

BNB Conjuntura Econômica

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - Etene

29

abr-jun/2011



ISSN 18078834

BNB Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo Escritório Técnico de
Estudos Econômicos do Nordeste / Etene

Número 29

**Periódico elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB**

**Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2011**

Obra publicada pelo



Presidente

— Jurandir Vieira Santiago

Diretores

— José Alan Teixeira da Rocha
— José Sydrião de Alencar Júnior
— Luiz Carlos Everton de Farias
— Oswaldo Serrano de Oliveira
— Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
— Stélio Gama Lyra Júnior

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – Etene

José Narciso Sobrinho – Superintendente

Ambiente de Estudos, Pesquisa e Avaliação

Jânia Maria Pinho Souza – Gerente de Ambiente
Laura Lúcia Ramos Freire
(Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas, Industriais e de Serviços)
Wendell Márcio Araújo Carneiro
(Gerente Executivo – Célula de Estudos Rurais e Agroindustriais)
Wellington Santos Damasceno
(Gerente da Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas)

Equipe ETENE:

Coordenação Técnica

Laura Lúcia Ramos Freire

Produto Interno Bruto

Aline Maria Souza Menezes

Desempenho do Comércio do Brasil e Nordeste

José Varela Donato

Desempenho do Faturamento e Balança Comercial do Agronegócio

Francisco Raimundo Evangelista

Balança Comercial do Agronegócio

George Alberto de Freitas

Agricultura

Hellen Cristina Rodrigues Alves

Pecuária

Jackson Dantas Coêlho

Emprego e Rendimento

Laura Lúcia Ramos Freire

Setor Externo

Aline Maria Souza Menezes e Inês Sílvia Batista Castro

Finanças Públicas

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Consultores Ad Hoc

Síntese de Expectativas e Coordenação Técnica

Assuero Ferreira

Produto Interno Bruto, Produção Industrial, Emprego e Rendimento, Síntese de Expectativas

Carlos Américo Leite Moreira

Roberto Alves Gomes

Intermediação Financeira

Francisco Ferreira Alves

Estagiários: João Mairton Moura de Araújo, José Vladimir Cardoso Sena, Francisco Alves de Oliveira e Rayssa Alexandre Costa

Preparação e Tabulação de Dados: Elias Augusto Cartaxo, Hamilton Reis de Oliveira, José Wandemberg Rodrigues Almeida e Leonardo Dias Lima

Ambiente de Comunicação Social

José Maurício de Lima da Silva

Editor

José Ribamar Mesquita

Normalização Bibliográfica

Rousianne da Silva Virgulino

Revisão

Edmilson Nascimento

Diagramação

Franciana Pequeno

Banco do Nordeste do Brasil S/A

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste

Av. Pedro Ramalho, 5700 - Bloco A2 - Térreo - Passaré - 60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL

Telefone: (85) 32995036

Celular: (85) 86356046

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - N. 29 (abr. - jun. 2011). – Fortaleza:

Banco do Nordeste do Brasil, 2011 -

107 p.

Trimestral.

ISSN 18078834

1. Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

BNB CONJUNTURA ECONÔMICA
ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

Fortaleza-CE, n. 29

Abril-Junho 2011

1. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

05

Desenvolvimento de Infraestrutura Macrologística da Região Nordeste Enquanto Suporte a Empreendimentos Produtivos 5
O Nordeste pela Ótica de Insumo-produto Inter-regional..... 11

2. SÍNTESE DE EXPECTATIVAS

21

3. NÍVEL DE ATIVIDADE

25

Produto Interno Bruto.....25
Comércio..... 31
Desempenho do Comércio no Brasil..... 31
Desempenho do Comércio no Nordeste33
Produção Industrial do Brasil.....35
Produção Industrial do Nordeste38
Produção Agropecuária43
Agronegócio43
Desempenho do PIB e do Faturamento43
Balança Comercial do Agronegócio.....45
Agricultura.....50
Pecuária.....63

4. EMPREGO E RENDIMENTO

67

Considerações Adicionais Sobre Emprego Formal..... 71

5. SETOR EXTERNO

75

Câmbio e Balanço de Pagamentos.....75
As Exportações Nordestinas76
Panorama das vendas externas por Estado 77
As Importações Nordestinas.....85

SUMÁRIO

6. FINANÇAS PÚBLICAS

87

Arrecadação de ICMS	87
Fundos Constitucionais	89
Transferências Voluntárias.....	91
Aplicação de Recursos dos Agentes Oficiais de Fomento no Nordeste.....	92

7. INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

95

Panorama Geral.....	95
Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional.....	95
Operações e Qualidade do Crédito do Sistema Financeiro Nordestino.....	98
Desembolsos Realizados pelo BNDES	100
Depósitos e Operações de Crédito do Sistema Bancário Nordestino.....	101
BNB – Taxas de Juros, Depósitos e Operações de Crédito	103
Conclusão	106

1 - AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

1.1 - Desenvolvimento de Infraestrutura Macrologística da Região Nordeste Enquanto Suporte a Empreendimentos Produtivos

Carlos Américo Leite Moreira¹

Fernando Luiz Emerenciano Viana²

João Bosco Furtado Arruda³

Marta Maria de Mendonça Bastos⁴

Caracterização da infraestrutura

Apesar dos diversos avanços dos últimos anos, a infraestrutura do Nordeste ainda carece de diversos investimentos, devido a suas características atuais. No que diz respeito à infraestrutura de transportes, a malha nordestina tem abrangência territorial equivalente a apenas cerca de 50% e 42% daquelas das malhas do Sudeste e Sul, respectivamente, e somente 11% das rodovias da região são pavimentadas.

Com relação à malha ferroviária nordestina, o seu estado atual constitui uma impedância para a circulação rápida e de baixo custo para os principais produtos (granéis de alto volume) regionais. Isso representa um “custo Nordeste” que, em muitas atividades econômicas regionais, é representado pelo uso do modal rodoviário como única opção

para acessar os mercados consumidores e adquirir insumos para a produção.

No sistema portuário nordestino convivem portos modernos, de grande dinâmica econômica, com outros que têm sido subutilizados e carecem de maiores investimentos para se adequar às suas vocações e necessidades operacionais, especialmente no tocante às condições mínimas de navegabilidade dos canais de acesso.

No que tange à infraestrutura energética, o Nordeste constitui-se como uma região importadora de energia. Nesse sentido, há necessidade de se estimular investimentos em capacidade de geração, especialmente voltados para fontes renováveis, aproveitando o potencial regional, notadamente para as fontes eólica e de biomassa, sem se esquecer,

1 Doutor em Economia e professor associado da UFC.

2 Doutor em Administração e Coordenador de Estudos e Pesquisas do BNB/Etene.

3 Ph. D em Planejamento dos Transportes e professor titular da UFC.

4 Doutora em Economia e professora associada da UFC.

também, a necessidade de investimentos em linhas de transmissão.

O serviço de saneamento permanece como um dos grandes desafios a serem superados no Nordeste, haja vista a baixa cobertura dos domicílios com acesso à rede de esgoto.

Nesse sentido, a expansão dos investimentos no Nordeste, especialmente aqueles relacionados com infraestrutura, torna-se crucial. A realização de blocos de inversões na região tem como objetivos principais, por um lado, a ampliação da matriz energética – geração e transmissão de energia elétrica, produção, exploração e transporte de petróleo; gás natural e combustíveis renováveis – e, por outro, o desenvolvimento de infraestrutura logística – rodovias, portos, aeroportos e hidrovias. Adicionalmente, deve-se incrementar os investimentos em infraestrutura social e urbana, envolvendo saneamento básico, metrô, trens urbanos e infraestrutura hídrica.

Investimentos em infraestrutura

A expectativa é de que os investimentos produzam efeitos multiplicadores sobre o Produto Interno Bruto (PIB) regional, gerados pelo efeito renda e pelos efeitos de encadeamento. A maior integração da base produtiva em função dos efeitos de encadeamento reduzirá substancialmente os vazamentos de renda observados na região.

Nessa perspectiva, estratégias de consolidação, interligação e adensamento de setores produtivos ganham relevância no momento de afluxos de investimentos privados e de ações públicas de apoio a esses investimentos.

O adensamento e a integração de cadeias produtivas regionais são fundamentais para romper limitações na competitividade, con-

solidando na região uma base produtiva exportadora que avance na agregação de valor.

Vale destacar que essa configuração exige uma participação decisiva do estado no planejamento da melhor sequência de investimentos que possibilitaria um desenvolvimento mais acelerado. Nessa perspectiva, a estratégia adequada para regiões em processo de desenvolvimento consiste na alocação de recursos em setores que assinalam forte capacidade de induzir novos investimentos dentro da própria estrutura produtiva.

Os investimentos em infraestrutura econômica previstos para o Nordeste estão enquadrados em três grandes grupos: energia/combustíveis, geração e transmissão de energia elétrica e transportes, sendo a maior parcela dos recursos oriunda do poder público. Entretanto, alguns projetos relevantes resultam de parcerias público-privadas, sobretudo no grupo de energia/combustíveis. Vale destacar, também, que uma parcela significativa dos investimentos está incluída no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal.

O balanço de quatro anos do PAC, realizado pelo governo federal até início de dezembro de 2010, revelou que os investimentos executados pelo programa chegaram a R\$ 559,6 bilhões, correspondendo a 85,1% do total para investir no período entre 2007 e 2010. A expectativa era de que o montante atingisse 94,1% dos R\$ 657,4 bilhões de inversões fixadas para até o final de 2010.

Para 2011, somente os investimentos programados no âmbito do PAC totalizam R\$ 43,5 bilhões, o que representa 84,6% dos investimentos públicos do Orçamento Fiscal e da Seguridade aprovados para o corrente ano (R\$ 51,4 bilhões)

No recorte regional, os dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) indicam que o Nordeste será contemplado com R\$ 9,9 bilhões (19,1%) dos R\$ 51,4 bilhões incluídos no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para 2011, superando as demais regiões. Vale destacar que a Bahia (R\$ 3 bilhões), o Ceará (R\$ 978,7 milhões) e Pernambuco (R\$ 889 milhões) concentram quase metade dos investimentos federais previstos para a região.

Grande parte desse total está associada às inversões no âmbito do PAC, cuja soma, em escala nacional, alcança R\$ 43,5 bilhões. As obras de infraestrutura têm por objetivo estimular a eficiência produtiva dos principais setores econômicos, incrementar a atualização tecnológica, intensificar o crescimento nos espaços já em processo de expansão e integrar, de forma mais competitiva, o Nordeste ao mercado internacional (Gráfico 1).

Ainda de acordo com dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (BRASIL, 2011a), o maior volume de investi-

mentos do governo federal está vinculado ao orçamento de inversões das estatais. São R\$ 107,5 bilhões em 2011, com destaque para as grandes empresas públicas na área de energia, como os grupos Petrobras (R\$ 91,3 bilhões) e Eletrobrás (R\$ 8,2 bilhões). Desse total, a região Nordeste participa com 20,9% (R\$ 22,5 bilhões).

Um levantamento apresentado no Anuário Exame de Infraestrutura (2010) revela um conjunto de projetos de infraestrutura para implantação na região Nordeste, nos próximos anos, dentro dos diversos segmentos de infraestrutura, incluídos os projetos do PAC. A Tabela 1 apresenta os montantes de investimento previstos nos diversos segmentos da infraestrutura, para cada estado da região.

Na Tabela 1, percebe-se um total de R\$ 114,6 bilhões em investimentos para os próximos anos, com ênfase para o setor de combustíveis, do qual fazem parte os recursos associados à implantação das três refinarias da Petrobras na região (Pernambuco, Ceará e Maranhão). No segmento

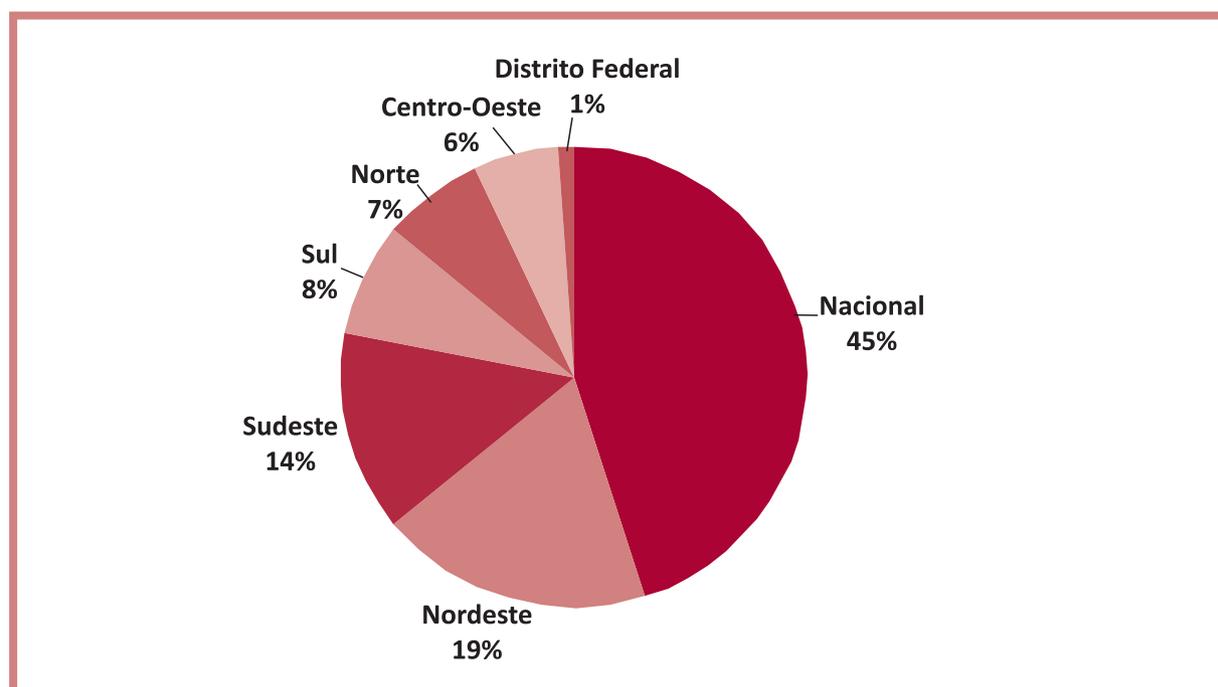


Gráfico 1 – Distribuição dos Investimentos do Orçamento Federal por Região em 2011

Fonte: Elaborado pelo Etene/CEIS a partir de dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (BRASIL, 2011a).

Tabela 1 – Investimentos em Infraestrutura Previstos para a Região Nordeste (R\$ Milhões)

Valores Investimentos	CE	PE	AL	BA	RN	PB	SE	MA	PI	Total
Energia/Combustíveis										74.619,9
Gás	533,3	125,0	125,0					533,3	533,3	1.849,9
Petróleo	22.000,0	11.750,0		950,0	70,0			38.000,0		72.770,0
Transportes										20.330,0
Aeropostos	286,0	27,0	31,0	48,0	73,0		190,0		7,0	662,0
Ferrovias	2.092,0	1.730,0	93,0	6.049,0	21,0	21,0		2.230,0	1.730,0	13.966,0
Metrô	963,0	253,0		259,0						1.475,0
Pontes e Viadutos							60,0			60,0
Portos	287,0	828,0		2,0				629,0		1.746,0
Rodovias e Vias Urbanas	106,0	94,3	512,3	249,0		94,3	165,0			1.221,0
Outras Obras		1.166,0		34,0						1.200,0
Energia Elétrica										7.811,0
Geração	3.530,0	201,0			508,0			1.310,0	159,0	5.708,0
Transmissão				29,0				151,5	1,5	182,0
Distribuição	Programa Luz Para Todos									1.921,0
Saneamento										11.833,0
Abastecimento de Água e Esgoto	494,0	797,0	289,0	567,0	373,0	25,0	222,0		212,0	2.979,0
Aduadoras		90,5	180,0		3,0	83,5	60,0		4,0	421,0
Barragens e Açudes	312,0		570,0						6,0	888,0
Irrigação	70,0		2.200,0						252,0	2.522,0
Outras Obras	833,8	1.671,8		124,0	721,8	1.671,8				5.023,0
TOTAL	31.507,1	18.733,6	4.000,3	8.311,0	1.769,8	1.895,6	697,0	42.853,8	2.904,8	114.593,9

Fonte: Elaborado pelo Etene/CEIS a partir de dados do Anuário Exame de Infraestrutura (2010).

de transportes destacam-se as ferrovias, cujos investimentos incluem a implantação da Ferrovia Nova Transnordestina, no Piauí, no Ceará e em Pernambuco, além da Ferrovia Oeste-Leste, na Bahia. Já no setor de saneamento destaca-se o segmento “outras obras”, que inclui investimentos para o projeto de integração do Rio São Francisco. Vale destacar que, embora a maior parte das obras associadas aos investimentos tenha conclusão prevista para até 2014, grandes projetos estruturantes, como as refinarias do Ceará e do Maranhão e a Ferrovia Oeste-Leste, extrapolam esse prazo.

No que tange ao crescimento de investimentos induzidos na estrutura produtiva, os

desdobramentos dessas iniciativas parecem confirmar a consolidação de um ciclo endógeno de investimentos produtivos na região.

Proposições para a infraestrutura macrologística regional

Levando-se em conta os diversos investimentos em infraestrutura programados para o Nordeste, percebe-se que alguns deles ainda se encontram em fase de projeto, mas que serão determinantes para o desenvolvimento socioeconômico da região. Ademais, há alguns gargalos de infraestrutura cujas soluções ainda não foram contempladas nos projetos previstos. Desse modo, torna-se crucial, através deste estudo, apontar algumas sinalizações de intervenções que precisam ser feitas no sentido de consolidar a infraestrutura macrologística regional:

- 1) as deficiências na infraestrutura de acesso aos principais terminais portuários exigem a revitalização da malha rodoferroviária de acesso, inclusive com a duplicação dos trechos, quando houver viabilidade;
 - 2) a iminente implantação das Zonas de Processamento de Exportações (ZPE) no Nordeste deve ser ancorada por uma infraestrutura econômica de caráter intermodal, que dê suporte aos fluxos de entrada e saída de mercadorias nas ZPEs;
 - recuperação da Hidrovia do Parnaíba, que pode constituir uma alternativa de ligação da região de Uruçuí, no Piauí, à Ferrovia Transnordestina;
 - finalização da construção do porto localizado em Luís Correia (PI);
 - recuperação da Hidrovia do Rio São Francisco;
 - 3) a integração logística do Nordeste com as demais regiões passa pela ligação de sua malha ferroviária com a do Sudeste e a do Centro-Oeste:
 - integração da Transnordestina com a Ferrovia Centro Atlântica, através da construção do ramal Salgueiro (PE)-Juazeiro (BA);
 - integração da Ferrovia Transnordestina com a Ferrovia Norte-Sul;
 - integração da Ferrovia Oeste-Leste (BA) com a Ferrovia Norte-Sul.
 - 4) a integração logística intrarregional, tendo como base uma plataforma multimodal, torna-se crucial para a consolidação do mercado doméstico e incremento da base exportadora, contribuindo, para tal, as seguintes ações:
 - recuperação da malha ferroviária existente (atualmente desativada) dos estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, propiciando ligação ferroviária com a Transnordestina a partir dos portos de Natal e Cabedelo (PB) e das ZPEs de Assu (RN), Macaíba (RN) e João Pessoa (PB);
 - implantação da Transcerrados, no Piauí, rodovia destinada a escoar a soja da região Sul do estado para centros de beneficiamento, agregando valor à produção;
- 1) deve-se buscar a integração sistêmica dos portos do Nordeste, evitando-se investimentos concorrenciais e procurando-se enfatizar as vocações de cada terminal portuário. Por exemplo, os portos de menor porte podem constituir boas alternativas para a navegação de cabotagem, enquanto aqueles de maior porte podem concentrar-se nas operações de longo curso (exportação e importação). Da mesma forma, alguns portos devem receber investimentos para a construção de terminais de passageiros;
 - 2) a infraestrutura econômica desempenha, também, papel fundamental como equipamento de apoio à atividade turística, e, nesse sentido, os aeroportos do Nordeste devem estar preparados para receber os fluxos crescentes de passageiros, principalmente aqueles localizados em cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Atenção especial deve ser dada ao aeroporto localizado em São Gonçalo do Amarante, na área metropolitana de Natal, que, além de ter a função de aeroporto de passageiros, também se constituirá numa plataforma multimodal de logística de cargas, que apoiará especialmente as atividades da ZPE de Macaíba.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCMBUSTÍVEIS. Rio de Janeiro: ANP, 2010.

ANUÁRIO EXAME DE INFRAESTRUTURA 2010-2011. São Paulo: Editora Abril, dez. 2010.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Balço de 4 anos do PAC**. Disponível em: <<http://www.mpog.gov.br>>. Acesso em: 27 maio 2011a.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Orçamento federal ao alcance de todos: PLOA 2011**. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>>. Acesso em: 26 janeiro 2011b.

_____. Ministério dos Transportes. **Plano nacional de viação 2010**. Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/plano-nacional-de-viacao/pnv-2010-relacao-de-trechos-xls>>. Acesso em: 27 maio 2011c.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE. **Pesquisa CNT de rodovias 2010**: relatório

gerencial. Disponível em: <<http://www.sistemacnt.org.br/pesquisacntrodovias/2010/>>. Acesso em: 27 maio 2011.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Balço energético nacional 2010**: ano base 2009. Rio de Janeiro: EPE, 2010.

MOREIRA, C. A. L. Uma avaliação das propostas do programa de aceleração do crescimento (PAC). **Revista BNB Conjuntura Econômica**, out.-dez. 2006.

PUGA, Fernando Pimentel; BORÇA JR., Gilberto. Perspectivas de investimentos em infraestrutura 2011-2014. **Visão de Desenvolvimento BNDES**, 25 fevereiro 2011.

REIS, A. F.; MONTES, G. C. Investimento público em infraestrutura no período pós-privatizações. **Economia e Sociedade**. v. 20, n.1, p.167-194, abril 2011.

VIANA, F. L. E.; DAMASCENO, W. **Previsão de investimentos públicos no Nordeste em 2011**. Fortaleza: BNB, 2011.

1.2 - O Nordeste pela Ótica de Insumo-produto Inter-regional

Aline Menezes

Economista. Pesquisadora do BNB-Etene

Ricardo Vidal

Economista. Pesquisador do BNB-Etene

Introdução

A análise da matriz de insumo-produto é uma ferramenta valiosa para se proceder a investigações sobre o funcionamento de uma economia. As restrições impostas aos preços e à composição setorial, com a utilização da tecnologia baseada na indústria ou no produto, são significativas. Mas uma análise que pondere os resultados por essas limitações pode ser bastante esclarecedora em relação ao potencial de interligação setorial e suas repercussões sobre variáveis como emprego, valor adicionado, massa salarial e arrecadação tributária, dentre outras.

A ideia aqui é caracterizar os setores produtivos do Nordeste, a partir de um modelo inter-regional de insumo-produto, na ótica sob o aspecto da geração de recursos internos, emprego e efeitos encadeadores. Isso será feito a partir do uso de indicadores relevantes para a análise do funcionamento da economia do Nordeste e suas inter-relações com o resto do país. Provavelmente, esses indicadores não convergirão naturalmente, mas darão um norte que poderá subsidiar a definição de setores merecedores de mais atenção das políticas públicas.

O estudo tem como base um modelo inter-regional de insumo-produto (MARTINS,

2010), com duas regiões: Nordeste e Resto do Brasil. A matriz desenvolvida pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), em parceria com o Banco do Nordeste, registra a atividade econômica de 111 setores no ano 2004. Para simplificar e facilitar a análise dos indicadores obtidos¹, a matriz foi compilada em 56 setores.

Impactos sobre valor adicionado

A partir do modelo básico de Leontief, é possível mensurar os efeitos das variações de demanda final de um setor, ou de algum de seus componentes (importações, gastos do governo, consumo das famílias, etc.) sobre o restante da economia.

Ponderando-se os impactos de uma variação de demanda final, pela proporção do valor adicionado que é gerado em cada setor, e somando-se as linhas da matriz obtida, consegue-se o quanto é gerado de valor adicionado em função de uma variação de demanda final para cada setor em questão. E a partir da normalização desses geradores, obtêm-se os multiplicadores de valor adicionado.

No escalonamento da magnitude dos efeitos multiplicadores setoriais, o segmento pecuária e pesca ocupa lugar de destaque no Resto do Brasil, ficando 15 posições

1 Agradecemos ao Prof. Guilhoto e a Leopoldo Mig, pela elaboração da tabela de correspondência utilizada no procedimento de agregação.

à frente em comparação com sua colocação no Nordeste.

Outros seis segmentos apresentaram colocações significativamente distantes (diferenças entre seis e oito posições), na comparação entre os dois grupos: artefatos de couro e calçados, fabricação de aço e derivados, produtos de metal, máquinas para escritório e equipamentos de informática, móveis e produtos das indústrias diversas e construção. Os demais segmentos, cujos multiplicadores são mais numerosos no Nordeste (24), apresentaram distanciamentos de no máximo cinco posições.

Na análise do resto do Brasil, no entanto, verifica-se que 27 segmentos apresentaram multiplicadores superiores em relação aos do Nordeste, sendo seis deles com distanciamento superior a seis posições: produtos de madeira – exclusive móveis, álcool, produtos farmacêuticos, serviços de informação, intermediação financeira e seguros e saúde mercantil.

Esses resultados estão diretamente relacionados à capacidade interna de geração de encadeamentos em cada região. Na Tabela 1 anexa é possível observar que os segmentos mais bem posicionados no Resto do Brasil, em geral, são aqueles do Nordeste capazes de produzir efeitos multiplicadores mais significativos fora da região, ao tempo em que apresentam uma demanda indireta bastante reduzida no sentido Resto do Brasil – Nordeste.

Geradores de emprego

Os geradores de emprego são calculados utilizando-se a mesma técnica empregada no valor adicionado. A Tabela 2 mostra as estatísticas descritivas sobre geração de empregos dos segmentos que apresentaram os maiores coeficientes (parâmetro: acima de 40 empregos no próprio segmento).

Os índices de dispersão são oferecidos de modo a fornecer uma ponderação pela distribuição dos efeitos da geração dos empregos sobre os demais segmentos da economia.

A quarta coluna mostra o que se denomina gerador de emprego direto, significando que se, por exemplo, no segmento agricultura, silvicultura e exploração florestal houver um aumento da produção em 1 milhão de reais de 2004, nele serão gerados 238 empregos. Em contrapartida, de forma indireta, serão gerados cerca de seis empregos nos demais segmentos. Percebe-se, aqui, que não há correspondência direta entre geração de empregos diretos e geração de empregos indiretos.

A segunda coluna mostra quantos segmentos foram indiretamente beneficiados pela expansão inicial, com geração de mais de um emprego. Destacam-se aqui educação mercantil e serviços de alojamento e alimentação (com atividades fortemente ligadas ao turismo). O que não é surpresa, já que o setor de serviços, em média, gera mais empregos diretos. A Tabela 2 exhibe, ainda, a média de empregos indiretos gerados, que é relativamente baixa, e o desvio-padrão, para mostrar a dispersão dos efeitos dentre os setores.

Vê-se que o segmento alimentos e bebidas é o que gera mais empregos indiretos, inclusive mais do que na própria atividade. Segundo Martins (2010), isso se explica pelo fato de esse segmento ser suprido em grande parte pelo setor agropecuário, que emprega a maior parte da mão de obra nacional.

Vale ainda destacar que no âmbito das fontes de variação da quantidade de trabalho demandada setorialmente destacam-se a tecnologia de produção, o montante de importação de insumos do segmento e a variação nas relações intersetoriais. O efeito indireto na geração de empregos geralmente é insignificante para aqueles setores que de-

mandam menor quantidade de insumos e/ou insumos locais.

Multiplicadores de produção

O multiplicador é definido como sendo o valor total de insumos demandados por determinado setor para suprir a demanda de uma unidade monetária de demanda final do bem ou serviço ali produzido. Ou seja, o valor total dos insumos que esse segmento compra do resto da economia para produzir uma unidade monetária de bem final.

Os efeitos de um choque de demanda final podem ser enquadrados em três categorias: diretos, indiretos e induzidos.

Nos efeitos diretos são contabilizadas as transações intersetoriais iniciais. Já nos indiretos leva-se em conta que a partir de um choque de demanda final em determinado setor, serão geradas demandas adicionais por insumos, já que os segmentos que lhe fornecerão insumos também demandarão bens do próprio segmento, inicialmente demandante, para consumo intermediário. Desse modo, o segmento não terá de suprir apenas o choque inicial de demanda final, mas também toda a demanda que ele próprio gerou para si, demandando insumos dos demais segmentos.

Para contabilizar o fato de que as famílias também são fornecedoras de insumos (mão de obra) e remuneradas por isso (salários), e que com essa remuneração apresentam um novo choque de demanda final ao setor produtivo, a estrutura de consumo e remuneração das famílias é também incorporada ao modelo, como se fosse um segmento, que é conhecido na literatura como a endogeneização do consumo das famílias. A partir daí, estarão incluídos no modelo os efeitos indutores da renda.

Os chamados multiplicadores simples incorporam os efeitos diretos e indiretos. Quando os efeitos indutores também são considerados, temos os multiplicadores totais.

Nos multiplicadores dos tipos I e II devem ser considerados os limites inferior e superior, respectivamente, do verdadeiro efeito indireto do acréscimo de demanda final (MILLER; BLAIR, 2009, p. 253).

Aqui consideram-se apenas os multiplicadores simples, como forma de evitar que sejam superestimados os efeitos induzidos pela renda em um modelo que dispõe de apenas uma estrutura de consumo. Os consumidores não mantêm o padrão de consumo no longo prazo, de sorte que algumas pesquisas sugerem a divisão dessa coluna de consumo em três, tentando desagregar ao máximo a estrutura de consumo de acordo com tipos de consumidores.

A partir da análise do Gráfico 2, observa-se que, em todos os segmentos, os multiplicadores intrarregionais do Resto do Brasil são superiores aos do Nordeste. Similarmente, os efeitos multiplicadores inter-regionais do Nordeste são também superiores aos do Resto do Brasil.

Pode-se argumentar que não seria pertinente a comparação entre uma região e outras quatro regiões agregadas. Mas importa considerar que a sofisticação dos indicadores do Resto do Brasil é basicamente definida pela região Sudeste, sendo, portanto, razoável a comparação. Há que se levar em conta, também, que a matriz de insumo-produto é construída com base na tecnologia de produção média de cada segmento.

Encadeamentos setoriais

Nesta análise foram utilizados os índices de ligação de Hasmussen/Hirschman. Básica-

mente, os índices de ligação para frente são calculados na linha da matriz inversa de Leontief, ou seja, para quais setores o segmento em questão vende seus bens. Enquanto isso, os índices de ligação para trás são calculados na coluna, já que compõem os segmentos que fornecem insumos para o segmento demandador em questão.

Formalmente, o índice de ligação para trás é definido como a soma dos coeficientes da coluna para determinado segmento j , dividida pela média aritmética desse indicador para todos os segmentos. Já o índice de ligação para frente é definido como a soma dos coeficientes da linha para determinado segmento, dividida pela média aritmética desse indicador para todos os setores.

Na verdade, essa é uma tentativa de normalização. Segmentos em que esse indicador for maior que um (>1) têm participação mais significativa na economia no que tange aos encadeamentos para trás e para frente. Por exemplo, se um segmento apresenta índice de ligação para trás menor que um (<1), significa dizer que ele é relativamente independente dos demais.

A Figura 1 ilustra a classificação do Índice de Hasmussen/Hirschman, como mencionado anteriormente. Percebe-se que há uma correspondência entre os setores com elevado índice de ligação para trás entre as duas regiões (quadrinhos), exceto os de pecuária e pesca e serviços de alojamento e alimentação (com atividades ligadas ao turismo).

O Resto do Brasil possui 24 segmentos com forte encadeamento para frente, enquanto o Nordeste possui apenas 11. No tocante aos elevados índices de ligação para trás, destacam-se 25 segmentos no Nordeste e 23 no Resto do Brasil. Note-se, no entan-

to, que os segmentos serviços de alojamento e alimentação e pecuária e pesca, embora apresentem índice de ligação para trás maior que um (>1) para o Resto do Brasil, o mesmo não ocorre com relação ao Nordeste.

Da agregação de 56 segmentos, quando os índices de ligação são decompostos entre os efeitos inter-regionais, verifica-se que em 23 deles o resultado da variação de demanda final no Nordeste produziria maiores efeitos de encadeamento para trás no Resto do Brasil do que propriamente no interior da região. Dentre esses segmentos, os principais detentores do encadeamento total no Resto do Brasil seriam automóveis, camionetas e utilitários (72,5%), máquinas para escritório e equipamentos de informática (69,1%) e artefatos de couro e calçados (65,3%). O comércio aparece entre os segmentos com maiores índices de ligação para frente, sendo um dos que geram mais empregos.

Em geral, as partes mais importantes em encadeamento para frente na economia nordestina são aquelas ligadas a comércio e serviços. Segundo o BNB, normalmente espera-se que isso aconteça com o setor primário. Talvez isso se dê em função do reduzido desenvolvimento dos segmentos industriais no Nordeste, que demandariam esses produtos primários. Nesse sentido, comércio e serviços ganham importância como fornecedores, atraindo produtos manufaturados de outras regiões para atender à demanda interna. Na verdade, funcionam como intermediários transacionais.

Na Tabela 3, pode-se ver o comparativo entre as posições dos setores que geram mais empregos e os demais indicadores. Como esperado, não há uma convergência entre eles. Em geral são segmentos com baixo poder de encadeamento para trás (exceto alimentos e bebidas), e para frente, quando o setor não

está relacionado a serviços, como bem ilustra o caso do comércio.

Considerações finais

A partir da análise dos indicadores, constata-se que há uma forte dependência do Nordeste em relação ao Resto do Brasil, tanto em consumo intermediário como em demanda final. Nesse sentido, o impacto das modificações que determinado segmento da economia nordestina exerce no resto do país deve ser levado em conta quando se tem em

mente o delineamento de uma política regional integradora.

A priorização de segmentos a serem desenvolvidos deve tomar como base não apenas as capacidades específicas de geração de emprego e/ou produção, mas todo o campo de influência de cada um deles dentro da economia, haja vista que sua cadeia de produção pode estar total ou parcialmente fora da região. Ou seja, um segmento pode gerar menos empregos na região simplesmente porque sua demanda por insumos é atendida externamente.

REFERÊNCIAS



MARTINS, Joaquim José Guilhoto et al. **Matriz de insumo produto do Nordeste e estados: metodologia e resultados** / Joaquim José Guilhoto Martins... [et al...]. – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

MILLER, Ronald E.; BLAIR, Miller D. **Input-output analysis: foundations and extensions**. Nova York: Cambridge University Press, 2009.

ANEXOS

Tabela 1 – Ranking dos segmentos de acordo com o multiplicador de valor adicionado

Setores	NE->NE	Rank NE (A)	RBR->RBR	Rank RBR (B)	(A)-(B)	RBR->NE	NE->RBR
Pecuária e pesca	1,273	50	1,760	35	15	0,050	0,252
Fabricação de aço e derivados	1,653	29	2,175	21	8	0,055	0,642
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	1,448	40	1,854	32	8	0,046	0,474
Artefatos de couro e calçados	1,862	19	2,758	12	7	0,111	0,970
Máquinas para escritório e equipamentos de informática	2,113	14	3,215	7	7	0,063	1,416
Móveis e produtos das indústrias diversas	1,483	36	1,938	29	7	0,054	0,505
Construção	1,280	49	1,575	43	6	0,028	0,276
Perfumaria, higiene e limpeza	1,650	30	2,064	25	5	0,103	0,564
Outros da indústria extrativa	1,461	38	1,797	34	4	0,050	0,332
Metalurgia de metais não-ferrosos	1,668	28	2,110	24	4	0,067	0,594
Têxteis	1,764	25	2,128	22	3	0,121	0,512
Cimento	1,460	39	1,712	36	3	0,032	0,284
Transporte, armazenagem e correio	1,391	44	1,613	41	3	0,026	0,244
Serviços prestados às empresas	1,265	51	1,502	48	3	0,011	0,113
Petróleo e gás natural	1,850	21	2,240	19	2	0,049	0,392
Alimentos e Bebidas	2,533	7	3,963	5	2	0,190	1,123
Refino de petróleo e coque	3,227	4	5,107	2	2	0,417	2,963
Defensivos agrícolas	2,133	13	2,867	11	2	0,136	0,955
Eletrodomésticos	1,981	16	2,655	14	2	0,084	0,787
Automóveis, camionetas e utilitários	3,708	3	7,434	1	2	0,247	4,212
Serviços de alojamento e alimentação	1,510	33	1,912	31	2	0,054	0,273
Agricultura, silvicultura, exploração florestal	1,138	53	1,403	52	1	0,036	0,099
Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	1,407	43	1,594	42	1	0,021	0,153
Serviços de manutenção e reparação	1,081	55	1,241	54	1	0,008	0,100
Saúde pública	1,374	45	1,571	44	1	0,013	0,177
Produtos químicos	2,293	9	2,968	9	0	0,156	1,033
Tintas, vernizes, esmaltes e lacas	2,258	10	2,920	10	0	0,232	0,997
Máquinas e equipamentos, inclusive manutenção e reparos	1,897	17	2,466	17	0	0,071	0,634
Serviços imobiliários e aluguel	1,028	56	1,046	56	0	0,001	0,010
Produtos do fumo	2,963	5	3,784	6	-1	0,121	0,898
Celulose e produtos de papel	1,846	22	2,114	23	-1	0,085	0,662
Jornais, revistas, discos	1,479	37	1,708	38	-1	0,036	0,290
Caminhões e ônibus	4,027	2	4,871	3	-1	0,167	1,262
Comércio	1,169	52	1,307	53	-1	0,007	0,058
Educação pública	1,130	54	1,216	55	-1	0,005	0,055
Artigos do vestuário e acessórios	1,729	26	1,947	28	-2	0,076	0,295
Outros produtos de minerais não-metálicos	1,765	24	2,046	26	-2	0,070	0,388
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1,869	18	2,178	20	-2	0,077	0,457
Outros equipamentos de transporte	2,606	6	3,147	8	-2	0,087	0,940
Minério de ferro	1,493	34	1,709	37	-3	0,033	0,238

(continua)

Tabela 1 – Ranking dos segmentos de acordo com o multiplicador de valor adicionado
(conclusão)

Setores	NE->NE	Rank NE (A)	RBR->RBR	Rank RBR (B)	(A)-(B)	RBR->NE	NE->RBR
Fabricação de resina e elastômeros	2,145	12	2,559	15	-3	0,209	0,769
Artigos de borracha e plástico	2,027	15	2,347	18	-3	0,210	0,474
Material eletrônico e equipamentos de comunicações	4,051	1	4,261	4	-3	0,128	0,814
Outros serviços	1,291	47	1,442	50	-3	0,015	0,117
Serviços domésticos	1,291	48	1,442	51	-3	0,015	0,117
Administração pública e seguridade social	1,320	46	1,449	49	-3	0,009	0,093
Aparelhos/instrumentos médico-hospitalar, medida e óptico	1,432	41	1,571	45	-4	0,028	0,204
Produtos e preparados químicos diversos	2,231	11	2,554	16	-5	0,195	0,638
Peças e acessórios para veículos automotores	2,346	8	2,707	13	-5	0,079	0,533
Educação mercantil	1,413	42	1,505	47	-5	0,012	0,126
Produtos farmacêuticos	1,703	27	1,840	33	-6	0,053	0,229
Produtos de madeira - exclusive móveis	1,854	20	2,042	27	-7	0,065	0,242
Álcool	1,827	23	1,936	30	-7	0,072	0,218
Saúde mercantil	1,514	32	1,697	39	-7	0,026	0,248
Serviços de informação	1,529	31	1,651	40	-9	0,012	0,124
Intermediação financeira e seguros	1,486	35	1,564	46	-11	0,010	0,086

Fonte: MARTINS, 2010. Elaboração própria.

Tabela 2 – Indicadores de geração de empregos e estatísticas descritivas

Setores	Nº de Set. *	DP	Média	Emp. no setor	Emp. demais setores
Agricultura, silvicultura, exploração florestal	1	0,38	0,12	238,7	6,6
Pecuária e pesca	3	2,16	0,47	206,8	26,1
Outros serviços	6	0,68	0,32	188,5	17,7
Serviços domésticos	6	0,68	0,32	188,5	17,7
Artigos do vestuário e acessórios	5	2,46	0,67	116,5	36,7
Serviços de manutenção e reparação	1	2,46	0,67	99,6	6,8
Comércio	4	0,46	0,17	95,1	9,4
Álcool	4	11,94	1,78	88,7	19,7
Produtos do fumo	5	11,01	1,78	81,8	20,5
Serviços de alojamento e alimentação	8	2,36	0,72	77,3	39,7
Educação pública	3	0,40	0,17	64,9	9,6
Administração pública e seguridade social	4	0,53	0,25	61,5	13,8
Construção	4	0,84	0,30	56,8	16,4
Produtos de madeira - exclusive móveis	4	3,39	0,69	53,5	38,0
Serviços prestados às empresas	4	0,53	0,23	53,3	12,4
Educação mercantil	10	0,80	0,38	48,2	20,7
Saúde mercantil	8	1,07	0,47	44,4	25,7
Alimentos e Bebidas	5	6,72	1,54	43,8	53,6
Transporte, armazenagem e correio	5	0,71	0,27	43,8	15,1
Têxteis	5	2,04	0,54	43,3	29,6

Fonte: MARTINS, 2010. Elaboração própria.

* Número de setores cujo impacto do setor em questão é mais relevante na geração de empregos (Critério: gerador maior que 1).

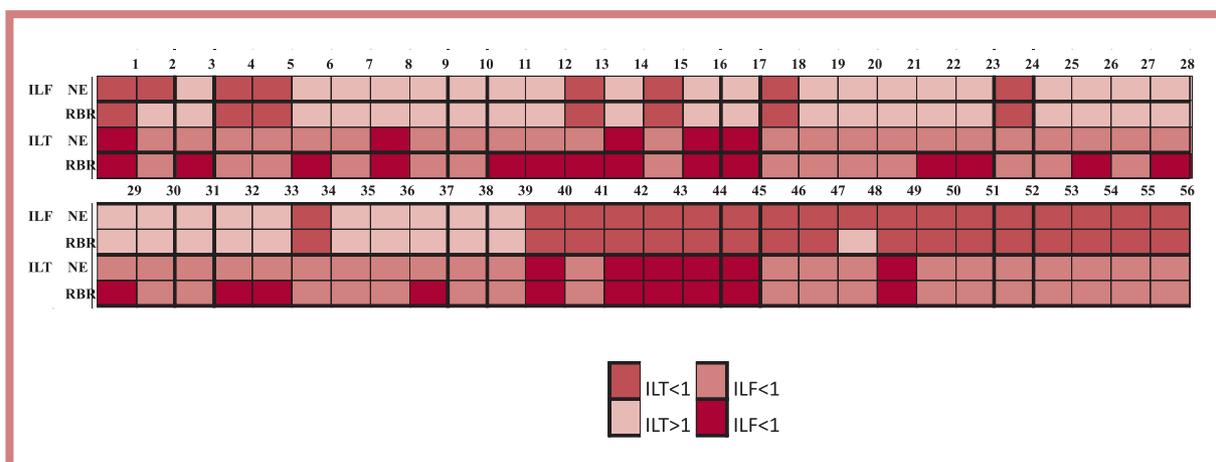


Figura 1 – Classificação dos índices de ligação para trás e para frente no Nordeste e no Resto do Brasil

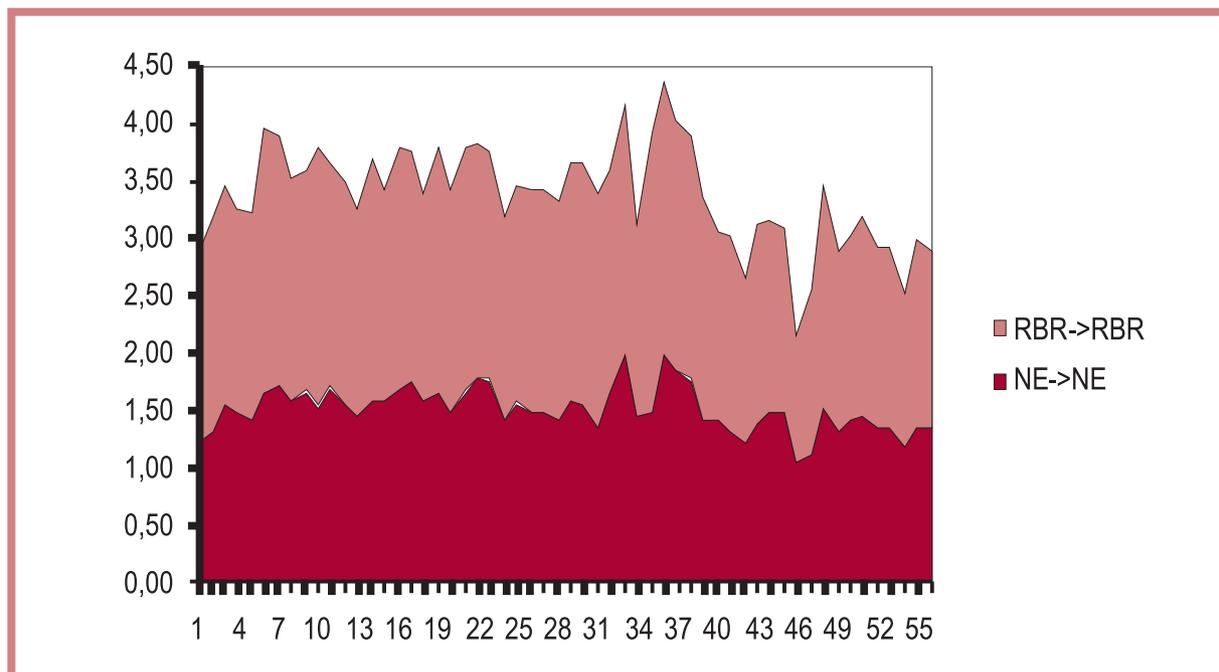


Gráfico 1 – Decomposição dos multiplicadores setoriais de acordo com os efeitos inter e intrarregionais

Tabela 3 – Comparativo de indicadores

Setor	Empregos diretos	Empregos indiretos	Emprego Total	PR sobre VA	PR ILT	PR ILF
Agricultura, silvicultura, exploração florestal	238,7	6,61	245,30	53	52	8
Pecuária e pesca	206,8	26,12	232,88	50	42	25
Outros serviços	188,5	17,68	206,20	47	48	26
Serviços domésticos	188,5	17,68	206,20	48	49	27
Artigos do vestuário e acessórios	116,5	36,68	153,22	26	26	50
Serviços de manutenção e reparação	99,6	6,80	106,42	55	53	34
Comércio	95,1	9,45	104,51	52	54	1
Álcool	88,7	19,66	108,31	23	35	43
Produtos do fumo	81,8	20,49	102,27	5	17	51
Serviços de alojamento e alimentação	77,3	39,69	116,96	33	32	33
Educação pública	64,9	9,56	74,48	54	55	55
Administração pública e seguridade social	61,5	13,84	75,32	46	50	37
Construção	56,8	16,44	73,20	49	41	21
Produtos de madeira - exclusive móveis	53,5	38,03	91,56	20	29	22
Serviços prestados às empresas	53,3	12,42	65,72	51	51	27
Educação mercantil	48,2	20,71	68,95	42	45	46
Saúde mercantil	44,4	25,70	70,07	32	39	49
Alimentos e Bebidas	43,8	53,57	97,41	7	9	14
Transporte, armazenagem e correio	43,8	15,09	58,92	44	38	3
Têxteis	43,3	29,64	72,92	25	22	11

Fonte: MARTINS, 2010. Elaboração própria.

PR=Posição no ranking.

VA=Valor adicionado.

ILT= Índice de Ligação para trás

ILF= Índice de Ligação para frente

2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS

Na atualização realizada em junho da edição de abril do World Economic Outlook, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reduziu de 4,4% para 4,3% a projeção da taxa de crescimento da economia mundial em 2011 (FMI, 2011). Entretanto, o FMI já alertava para o aumento dos riscos de instabilidade financeira, comprometendo a retomada do crescimento da economia mundial em bases sustentáveis. A gravidade dos problemas fiscais na periferia da zona euro e a fragilidade da economia dos Estados Unidos eram considerados fatores de risco importantes. Os últimos acontecimentos, de fato, agravaram esse cenário de instabilidade.

Nos Estados Unidos, a aprovação do acordo para elevar o teto da dívida federal afetará substancialmente a atividade econômica. Os cortes de gastos, quando a economia já se encontra deprimida, prejudicarão ainda mais o crescimento econômico, tornando negativas as perspectivas de longo prazo. De fato, a redução da demanda em função das medidas de contenção afetará as decisões de investimento das empresas e de consumo final. Por outro lado, as dificuldades políticas do governo Obama, diante da radicalização do Partido Republicano e do apoio não integral do Partido Democrata, embutem outro fator de instabilidade bastante consistente¹ sobre a dinâmica econômica de médio prazo.

Ademais, a desaceleração da economia compromete a arrecadação fiscal, já bastante afetada pelo corte de impostos, isenções fiscais e subsídios concedidos a empresas e famílias de maior rendimento no início da

década passada. Esse fato poderá agravar o desequilíbrio fiscal, exigindo novas diminuições de gastos, com consequente ampliação da possibilidade de um novo mergulho recessivo da economia dos EUA.

Nesse cenário, a decisão da agência de classificação de risco Standard & Poor de baixar o "rating" dos Estados Unidos de AAA para AA+ reflete a sua insatisfação com o processo de consolidação orçamentária recém-aprovado pelo mercado e pelo governo americano, considerado insuficiente para estabilizar a dinâmica da dívida a médio prazo. Portanto, na avaliação dessa agência, os cortes no orçamento precisam continuar de modo consistente.

O rebaixamento da nota de crédito dos Estados Unidos pode levar alguns países a intensificar o processo de diversificação dos seus investimentos. É o caso da China, por

1 Vale assinalar que os Estados Unidos estão entrando numa fase pré-eleitoral, em que o próprio presidente Barack Obama anunciou oficialmente sua candidatura à reeleição. Às circunstâncias econômicas negativas nos EUA, principalmente devido à persistência do reduzido crescimento da economia, combinado com o alto nível de desemprego aberto (este, próximo de 10%), à alta fragilidade financeira do setor público e à não-expansão consistente do investimento produtivo e do consumo final, soma-se uma progressiva radicalização das posições conservadoras por parte de adversários políticos do governo, em que se destaca o movimento *Tea Party*, ultraconservador de direita, além do apoio não integral do próprio partido no governo, o Democrata.

exemplo, que compromete uma significativa parcela de suas reversas cambiais em investimentos na moeda norte-americana, sendo, atualmente, o país que detém o maior volume de títulos da dívida estadunidense.

Na zona do euro, o Banco Central Europeu (BCE) decidiu executar um programa de compra de títulos de países que fazem parte do bloco regional. Essa decisão foi tomada devido aos desequilíbrios do mercado da dívida soberana não somente dos países da periferia da região, mas também de economias representativas do arranjo regional, como a Espanha e a Itália. De fato, os juros das dívidas soberanas desses dois países atingiram níveis elevados. Entretanto, a intervenção do BCE não foi suficiente para evitar uma queda acentuada das bolsas de valores mundiais no início de agosto, levando ao receio de uma nova desaceleração da economia mundial.

Essa nova crise poderá assumir uma dimensão comparável ou até superior à de 2008, já que as medidas preconizadas com vistas à saída da crise contribuem para acirrar a guerra cambial. De fato, a possibilidade de o governo dos EUA aliviar ainda mais sua política monetária, optando novamente pela flexibilização quantitativa, tem levado os bancos centrais do Japão e da Europa a desvalorizar suas moedas. O governo japonês, por exemplo, recentemente vendeu 1 trilhão de ienes (126 bilhões de dólares), e o seu banco central afrouxou a política monetária com o objetivo de evitar a apreciação da moeda.

Diante do agravamento da guerra cambial, o governo brasileiro sinaliza com medidas de gestão do fluxo cambial. As mais recentes objetivam evitar movimentos especulativos no mercado de derivativos, com o intuito de conter a sobrevalorização do real.

Ademais, face às claras deficiências competitivas da indústria brasileira, decorrente da apreciação cambial e da sua forte carga tributária, no último dia 2 de julho o governo anunciou o Plano Brasil Maior, que prevê desonerações fiscais para bens de capital com conteúdo nacional, estímulos à exportação e incentivos à inovação tecnológica.

As ações do plano estão sistematizadas em três grandes eixos. O primeiro refere-se aos incentivos à produção, visando ao barateamento do custo do capital. Ademais, o governo está determinado a inibir práticas predatórias dos países exportadores, com o objetivo de fortalecer a indústria nacional e o mercado interno. O plano tem como principal desafio dar condições à indústria nacional para competir num ambiente internacional a cada dia mais adverso (BRASIL, 2011).

Dentre as medidas que serão adotadas, destaca-se aquela relacionada com a prorrogação da atual desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de dezembro de 2011 para dezembro de 2012, para segmentos estratégicos da estrutura produtiva do país, como o de bens de capital, o de materiais de construção e o de caminhões e veículos comerciais leves.

Com relação especificamente aos bens de capital, o plano prevê também a redução do prazo de devolução dos créditos do PIS/Cofins sobre eles, que atualmente demora 12 meses, bem como a ampliação do escopo do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com a permanência do foco em bens de capital. O fortalecimento da produção doméstica de máquinas e equipamentos será crucial no sentido de possibilitar uma sistemática criação de capacidade produtiva.

Nessa perspectiva, estudo recém-realizado por Fernando Puga e Gilberto Borça Júnior, com base em dados relativos às perspectivas de investimento na economia brasileira, aponta “para a retomada do ciclo de inversões iniciado em meados da década de 2000, após ter sido interrompido em 2009”. Na avaliação dos dois autores, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) atingirá, em média, 20,9% entre 2011 e 2014, podendo alcançar 22,8% em 2014. Entre os componentes da FBCF, destaca-se a elevada participação do segmento de máquinas e equipamentos, que alcançará, em média, 52,6% da FBCF nesse intervalo. As possibilidades de grandes investimentos na área de petróleo e gás serão determinantes para garantir esses resultados (PUGA; BORÇA JR., 2011).

Por meio de medidas de regulação na área cambial e de fortalecimento do setor produtivo, o governo brasileiro pretende enfrentar os desequilíbrios gerados pelo processo de apreciação da moeda nacional, associados

aos déficits em conta-corrente financiados por investimentos de portfólio, de natureza volátil e de curto prazo.

Com relação à região Nordeste, o Plano Brasil Maior se revela extremamente oportuno, devido à desaceleração da indústria nordestina no primeiro semestre do ano, em função, principalmente, dos resultados negativos de alguns segmentos intensivos em mão de obra, como o de calçados e o têxtil, prejudicados pela valorização da moeda nacional frente ao dólar e por práticas predatórias de alguns países exportadores.

Em síntese, mesmo diante dessa situação de fragilidade econômica internacional, com maior expressão nos países desenvolvidos, a equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica avalia que em 2011 o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro deverá crescer 4,2%, enquanto para a economia do Nordeste espera-se um dinamismo ligeiramente superior, assinando crescimento do PIB regional em 4,4%.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Ação do governo reduzirá custos da indústria.** Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 7 ago. 2011.

FMI. **Perspectives de l'économie mondiale mise à jour juin 2011.** Disponível em: <<http://www.imf.org>>. Acesso em: 1 ago. 2011.

PUGA, F.; BORÇA JR., G. Bens de capital devem manter peso na taxa de investimento. **Visão de Desenvolvimento**, BNDES, n. 95, 20 jun. 2011.

Tabela 1 – Nordeste e Brasil – Principais Indicadores Econômicos Abril a Junho/2011

Indicadores	Período	Unidade	Nordeste	Δ (%): 2011/ igual período de 2010	Brasil	Δ (%): 2011/ igual período de 2010
Agricultura						
Estimativa produção grãos ¹	2010/11	Mil t	16.008	33,70	161.507	8,20
Estimativa área plantada grãos ¹	2010/11	mil ha	8.365	10,40	49.241	3,80
Estimativa produtividade grãos ¹	2010/11	Kg/ha	1.914	21,10	3.280	4,20
Indústria						
Produção Industrial ²	Abr-Jun	Nº Índice	95,74	-17,99	100,70	-11,97
Pessoal ocupado na indústria ²	Abr-Jun	Nº Índice	102,25	-4,06	101,24	-2,88
Horas pagas na indústria ²	Abr-Jun	Nº Índice	102,25	-4,06	101,24	-2,88
Folha de pagamento real na indústria ²	Abr-Jun	Nº Índice	102,25	-4,06	101,24	-2,88
Comércio						
Comércio varejista volume de vendas ³	Abr-Jun	Nº Índice	-	-	175,58	7,81
Comércio varejista ampliado volume de vendas ³	Junho	Nº Índice	-	-	188,60	9,20
Comércio Exterior						
Exportações (F.O.B.)	Abr-Jun	US\$ milhões	4.535	13,11	67.071	22,57
Importações (F.O.B.)	Abr-Jun	US\$ milhões	5.982	33,37	57.262	21,71
Corrente de comércio (exportações mais importações)	Abr-Jun	US\$ milhões	10.516	23,81	124.333	22,18
Saldo da balança comercial (exportações menos importações)	Abr-Jun	US\$ milhões	-1.447	204,04	9.809	27,86
Crédito						
Saldo das operações de crédito - SISBACEN ⁴	Maio	R\$ milhões	111.290	13,32	1.555.152	10,92
Saldo dos depósitos bancários - SISBACEN ⁴	Maio	R\$ milhões	143.553	8,84	2.634.366	5,17
Saldo das operações de crédito - BNB (inclui o FNE) ⁵	Junho	R\$ milhões	37.392	2,45	42.102(*)	1,77
Saldo das contratações do FNE - BNB ⁶	Abr-Jun	R\$ milhões	1.890	-31,56	-	-
Saldo das contratações do PRONAF - BNB ⁶	Abr-Jun	R\$ milhões	332	15,08	-	-
Finanças Públicas						
Arrecadação de receitas federais ⁷	Abr-Jun	R\$ milhões	10.772	10,89	175.474	15,33
Arrecadação de ICMS ⁸	Jul-Ago	R\$ milhões	10.274	-7,63	68.609	-6,49
Emprego						
Saldo emprego formal na indústria	Abr-Jun	Unidade	-17.848	-432,18	125.152	-36,92
Saldo emprego formal na const.civil	Abr-Jun	Unidade	18.590	-34,75	89.334	-12,70
Saldo emprego formal no comércio	Abr-Jun	Unidade	14.530	-10,36	96.863	-12,60
Saldo emprego formal nos serviços	Abr-Jun	Unidade	34.657	-2,39	245.392	-1,04
Saldo emprego formal agrop. extra. veg. caça pesca	Abr-Jun	Unidade	19.813	6,82	182.944	16,85
Saldo emprego formal total	Abr-Jun	Unidade	69.742	-33,02	739.685	-9,36
Taxa média de desocupação Recife⁹	Junho	%	6,5	0,60	-	-
Taxa média de desocupação Salvador⁹	Junho	%	5,7	0,50	-	-
Taxa média de desocupação Brasil⁹	Junho	%	-	-	5,70	0,30

Fontes: (a): CONAB/Levantamento: Junho/2011.

(b): IBGE: Pesquisa Industrial Mensal Emprego e Salário; Pesquisa Mensal de Comércio; Pesquisa Mensal do Emprego.

(c): MDIC/Estatísticas do Comércio Exterior/Balança Comercial Brasileira: dados consolidados e por unidades da federação.

(d): SISBACEN.

(e): BNB/Sistema de Demonstrações Financeiras (S440).

(f): BNB/Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

(g): Secretaria de Fazenda, Finanças ou Tributação.

(h): MTE/CAGED

Notas: (1): Produtos selecionados: Caroco de algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), girassol, mamona, milho (1ª e 2ª safras), soja, sorgo, trigo e triticale.

(2): A variação anual dos indicadores industriais (índice mensal com base no mês do ano anterior = 100) correspondente à razão entre os índices médios do 2º trimestre de 2011 e 2010.

(3): Para o comércio varejista o índice adotado é o de base fixa (2003 = 100), sendo a variação anual correspondente à razão entre os índices médios do 2º trimestre de 2011 e 2010.

(4): Saldos de maio de 2010 deflacionados pelo IGP-DI do mesmo período de 2011.

(5): Saldos de junho de 2010 deflacionados pelo IGP-DI do mesmo período de 2011.

(6): O saldo acumulado das operações e contratações de crédito realizadas pelo BNB no 2º trimestre de 2010 foi corrigido tendo com base o índice médio do IGP-DI no mesmo período em 2011.

(7): Arrecadação do 2º trimestre de 2010 deflacionada pelo IGP-DI médio do mesmo período de 2011. Não inclusa a receita previdenciária.

(8): Os valores arrecadados no período são estimados, uma vez que os lançamentos de abril (Nordeste) e de abril e maio (Brasil) são provisórios. Arrecadação do 2º trimestre de 2010 deflacionada pelo IGP-DI médio do mesmo período de 2011.

(9): Variação anual medida em pontos percentuais.

(*) Nas edições anteriores de Conjuntura, o saldo para o Brasil correspondia apenas às aplicações fora do Nordeste. A partir desta edição, esse saldo representa o total obtido pela instituição (operações no Nordeste mais as realizadas fora da região).

Elaboração: Equipes de conjuntura e da Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas do BNB/ETENE.

3 - NÍVEL DE ATIVIDADE

3.1 - Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro avançou 1,3% no primeiro trimestre de 2011, comparativamente ao último trimestre de 2010. Entretanto, o bom desempenho nesse indicador foi acompanhado de taxas decrescentes nas comparações interanuais. Dentre os fatores que contribuíram para essa desaceleração do PIB, foi determinante o comportamento do consumo das famílias, com expansão de apenas 0,6% no primeiro trimestre, no indicador trimestre/trimestre imediatamente anterior. Vale destacar que esse componente da demanda cresceu 2,3% no último trimestre de 2010 nessa mesma base de comparação. No indicador mensal, o consumo das famílias experimentou incremento de 5,9%, a trigésima variação positiva nessa base de comparação (Gráfico 1).

A desaceleração do consumo das famílias resulta, em parte, das medidas de contenção do crédito adotadas pelo Banco Central (Bacen) e da trajetória de alta da Selic com o objetivo de conter a demanda doméstica, na pretensão de direcionar a inflação para o centro da meta. Ademais, a própria pressão inflacionária tende a reduzir os gastos reais

de consumo final, especialmente dos segmentos de média e baixa renda.

Dados da Serasa revelam que a demanda dos consumidores por crédito no primeiro semestre de 2011 apresentou um incremento de 13,7% em relação a idêntico período do ano anterior. Esse resultado ficou abaixo

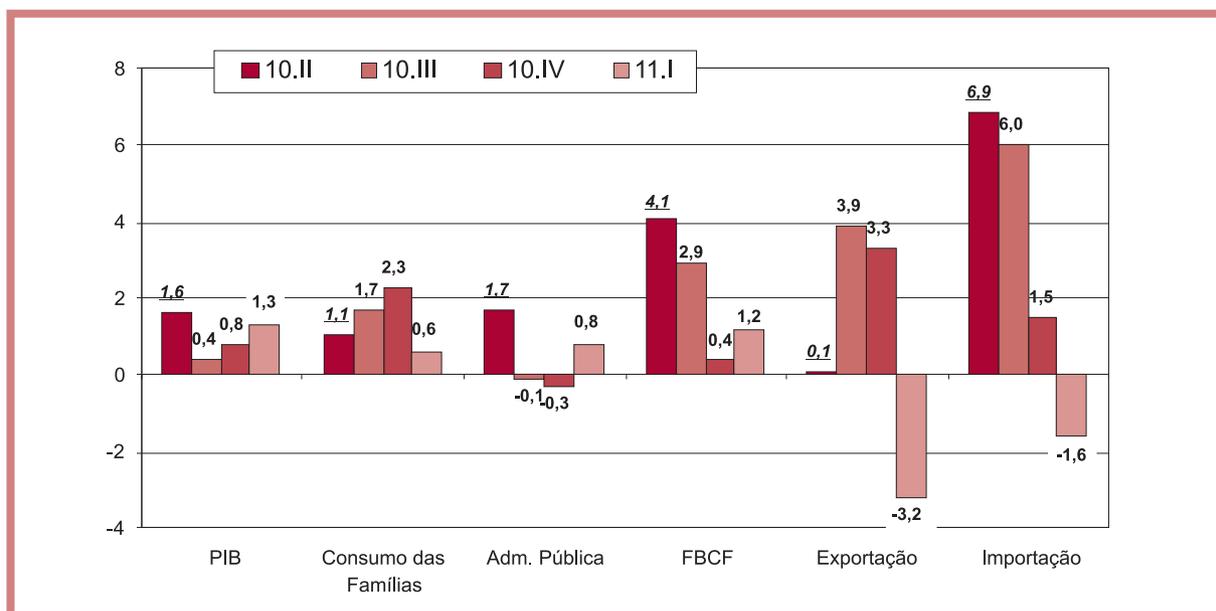


Gráfico 1 – Brasil: Componentes da Demanda. Taxa de Variação (%) do Trimestre com relação ao Trimestre Imediatamente Anterior

Fonte: IBGE. 2011a..

do aumento de 16,6% verificado na primeira metade de 2010 nessa mesma base de comparação. Por faixa de renda, verifica-se que nos segmentos mais modestos, com renda mensal de até R\$ 500,00, o crédito cresceu mais do que nas demais faixas, assinalando alta de 34% (SERASA, 2011a).

Consoante dados do Bacen, o crédito direcionado aos consumidores registrou menor ritmo de crescimento. A carteira de financiamento para aquisição de veículos, por exemplo, assinalou queda no ritmo de contratações em maio de 2011, com diminuição de 0,9% na média diária de concessões e de 17,4% comparativamente a dezembro de 2010 (SERASA, 2011a). Apesar da desaceleração, o saldo dessa modalidade totalizou R\$ 155,3 bilhões em maio de 2011, significando incremento mensal de 2%.

Vale mencionar que o financiamento para compra de veículos e o crédito pessoal permanecem entre as principais operações destinadas às pessoas físicas. A queda da de-

manda por crédito coincide com um aumento da inadimplência. O indicador Serasa de inadimplência do consumidor registrou um crescimento de 22,3% no primeiro semestre de 2011, considerado o maior em nove anos. Dentre os responsáveis por essa elevação destacam-se a redução do poder aquisitivo em função da inflação, o aumento da taxa de juros e as medidas macroprudenciais de contenção do crédito (SERASA, 2011b).

No Nordeste, as operações de crédito direcionadas às pessoas físicas continuam apresentando trajetória ascendente. De acordo com o Banco Central, o saldo dessa modalidade chegou a R\$ 84,4 bilhões em maio de 2011, assinalando alta de 26,7% em relação a maio do ano anterior. No primeiro quadrimestre, registrou-se crescimento de 5,6% (Gráfico 2).

A continuidade da expansão do crédito no país e no Nordeste, apesar das ações de política monetária, deve-se, principalmente, ao dinamismo do mercado de trabalho. Em

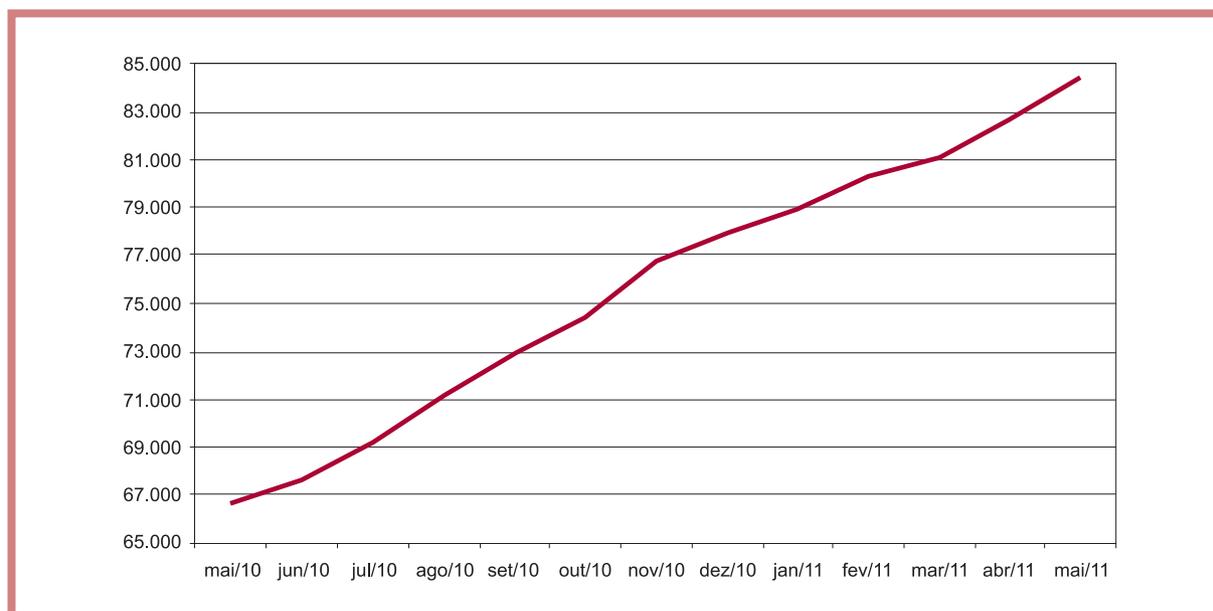


Gráfico 2 – Nordeste – Saldo das Operações de Crédito Direcionados às Pessoas Físicas. Maio de 2010 a Maio de 2011

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.-

junho, a taxa de desemprego para o agregado das seis principais regiões metropolitanas ficou em 6,2%, o menor patamar para o mês de junho desde o início da série histórica em 2002. As regiões metropolitanas nordestinas mostraram estabilidade na taxa de desemprego em junho de 2011, comparativamente a maio, e um significativo recuo em relação a maio de 2010.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), na série com ajuste sazonal, registrou alta de 1,2% no indicador trimestre/trimestre imediatamente anterior, acima do desempenho do último trimestre de 2010 (0,4%), nessa mesma base comparativa. Na comparação entre o primeiro trimestre de 2011 e idêntico período do ano anterior, constata-se uma expansão de 8,8% dos investimentos.

De acordo com a Sondagem de Investimento da Indústria de Transformação, realizada pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o setor empresarial parece disposto a elevar os investimentos em máquinas e equipamentos. Mais de um terço (36%) das empresas entrevistadas consideram a expansão da capacidade produtiva o principal motivo para a realização de investimentos na indústria de transformação (IEDI, 2011a). Ainda segundo a pesquisa, 33% das empresas destacam o aumento da eficiência como fator importante para a realização de inversões produtivas. Já a substituição de máquinas e/ou equipamentos foi mencionada por apenas 15% das empresas. Por outro lado, o maior obstáculo ao investimento foi a elevada carga tributária, considerada fator de influência negativa por 42% das empresas. A sondagem também constatou a grande preocupação do setor empresarial com o elevado patamar de importação de manufaturas.

No Nordeste, a expansão dos investimentos reflete a realização de grandes projetos de infraestrutura da União. De acordo com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, os investimentos previstos para 2011 atingem o montante de R\$ 32,4 bilhões. Desse total, 69,4% correspondem a inversões das empresas estatais na região.

Vale mencionar que os investimentos federais estão distribuídos de forma desigual entre os estados nordestinos. A maior parcela dos recursos (R\$12,3 bilhões) se direciona para Pernambuco, beneficiado com 37,8% do total, seguido por Bahia (R\$ 4,8 bilhões), Maranhão (R\$ 2 bilhões) e Ceará (R\$ 1,4 bilhão). São estados com maior densidade industrial, e cujas estruturas produtivas passam por um processo de ampliação e modernização (Tabela 1).

Os investimentos em infraestrutura econômica têm como objetivo a ampliação da matriz energética (geração e transmissão de energia elétrica, produção, exploração e transporte de petróleo; gás natural e combustíveis renováveis) e o desenvolvimento da logística (rodovias, portos, aeroportos, hidrovias, dutovias e centros de comunicação e distribuição). Adicionalmente, pretende-se incrementar os investimentos em infraestrutura social e urbana, envolvendo saneamento básico, metrô, trens urbanos e infraestrutura hídrica.

A expansão das inversões beneficia significativamente as importações de bens de capital, que, apesar da desaceleração no ritmo de crescimento da economia, seguem em patamar elevado. A significativa valorização da moeda nacional continuará influenciando positivamente as compras internacionais de máquinas e equipamentos.

Tabela 1 – Nordeste: Distribuição dos Investimentos Federais Previstos para 2011 (R\$ Mil)

Estado	Origem dos Investimentos		Total
	Executivo	Estatat	
Nordeste (1)	1.906.586	6.580.000	8.486.586
Alagoas	675.868	189.000	864.868
Bahia	3.028.040	1.786.000	4.814.040
Ceará	978.785	516.000	1.494.785
Maranhão	681.738	1.329.000	2.010.738
Paraíba	374.434	16.000	390.434
Pernambuco	889.072	11.404.000	12.293.072
Piauí	419.753	314.000	733.753
Rio Grande do Norte	536.695	298.000	834.695
Sergipe	447.585	120.000	567.585
Total Nordeste	9.938.556	22.552.000	32.490.556

Fonte: BRASIL, 2011g.

(1) Valor sem identificação da destinação específica.

Em contrapartida, constata-se uma nítida desaceleração da produção de bens de capital na região, como reflexo das ações de política monetária e de caráter macroprudencial. Esse fato é agravado pelo câmbio apreciado, que intensifica a substituição de produção local por importações (Gráfico 3).

No que se refere ao mercado externo, o primeiro semestre revelou um crescimento bem

mais modesto das compras internacionais. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (BRASIL, 2011f), o montante das importações registrou incremento de 28,5% no acumulado dos seis primeiros meses de 2011 em relação a idêntico período do ano anterior, uma alta bem menos acentuada do que os 45,1% registrados na primeira metade de 2010 nessa mesma base de comparação. A desaceleração da atividade

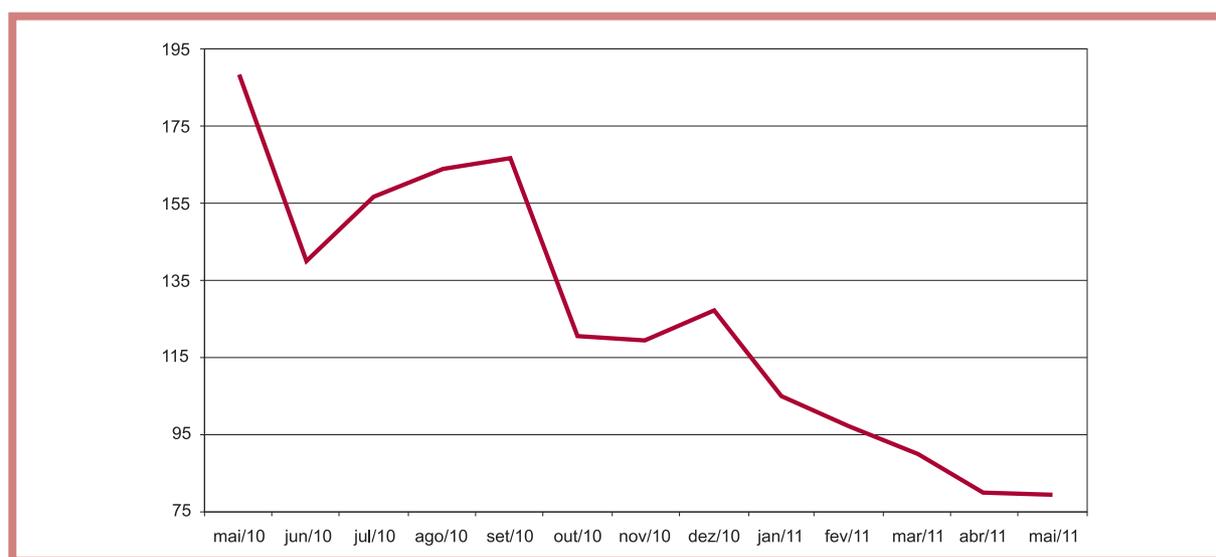


Gráfico 3 – Nordeste – Produção de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos – Indicador Mês/Mesmo mês do ano anterior. Maio de 2010 a Maio de 2011

Fonte: IBGE, 2011c.

econômica, sobretudo no setor industrial, e a expressividade da base de comparação explicam a queda de ritmo das importações.

Entretanto, as exportações cresceram 31,6% entre janeiro e junho de 2011, acima do aumento de 27,5% observado em igual intervalo de 2010. As vendas internacionais foram embaladas, principalmente, pela substancial demanda de produtos básicos oriunda das principais economias asiáticas. Essa crescente demanda mundial por *commodities* agrícolas e metálicas acentua o processo de primarização da pauta exportadora brasileira (Tabela 2).

Entre as maiores variações, figuram itens com significativa participação nas exportações nordestinas (minério de ferro, soja, petróleo). No Maranhão, por exemplo, as exportações de minério de ferro registraram grande expansão nos seis primeiros meses de 2011 (Gráfico 4).

Do lado da oferta, a agropecuária assinou o maior crescimento setorial registrado no primeiro trimestre de 2011, em relação ao último trimestre (3,3%). Indústria e serviços apresentaram expansão de 2,2% e 1,1%, respectivamente. Nas comparações interanuais, a agropecuária registrou incremento de 3,1%, a indústria cresceu 3,5%, e os serviços aumentaram 4%, conforme o Gráfico 5.

No confronto com idêntico período de 2010, o segmento construção apresentou o melhor resultado dentre os subsetores da indústria (5,2%), seguido por eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (4,9%), extração mineral (4%) e indústria de transformação (2,4%). De acordo com o Instituto de Estudos para Desenvolvimento Industrial (IEDI, 2011c), houve uma acomodação das tendências importadoras do país nesse período, ensejando que a indústria manufatureira viesse a apresentar esse crescimento.

Tabela 2 – Exportações Brasileiras: Maiores Variações em Valor, Quantidade e Preço – janeiro-junho de 2011/ janeiro-junho de 2010

Item	Valor (%)	Quantidade (%)	Preço (%)
Minério de ferro	93	4	85
Petróleo	25	3	40
Soja em grão	29	-2	31
Café em grão	83	13	62
Carne de frango	29	6	22
Semimanufaturados de ferro/aço	101	43	40
Açúcar em bruto	15	-8	25
Laminados planos	41	13	25
Veículos de carga	40	17	19
Autopeças	24	13	12
Motores de veículos	36	24	9
Máquinas p/terraplanagem e perfuração	89	54	23

Fonte: IBGE, 2011f..

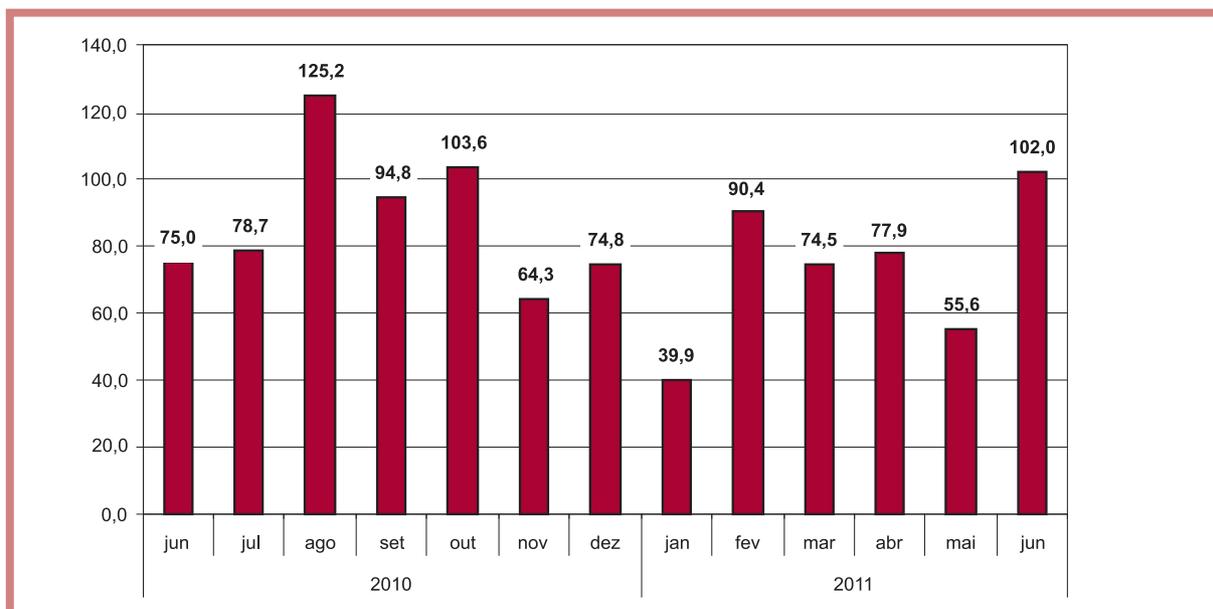


Gráfico 4 – Maranhão. Exportações de Minério de Ferro. Junho de 2010 a junho de 2011 – US\$ FOB Milhões

Fonte: BRASIL, 2011d.

No setor de serviços, o melhor desempenho ficou por conta dos itens intermediação financeira e seguros (6,4%) e serviços de informação (5,1%). Vale destacar, porém, que os demais subsetores, como outros ser-

viços (3,5%), serviços imobiliários e aluguel (1,9%) e administração, saúde e educação pública (2,8%), apresentaram crescimento superior ao registrado em igual período do ano anterior, o que pode ser considerado

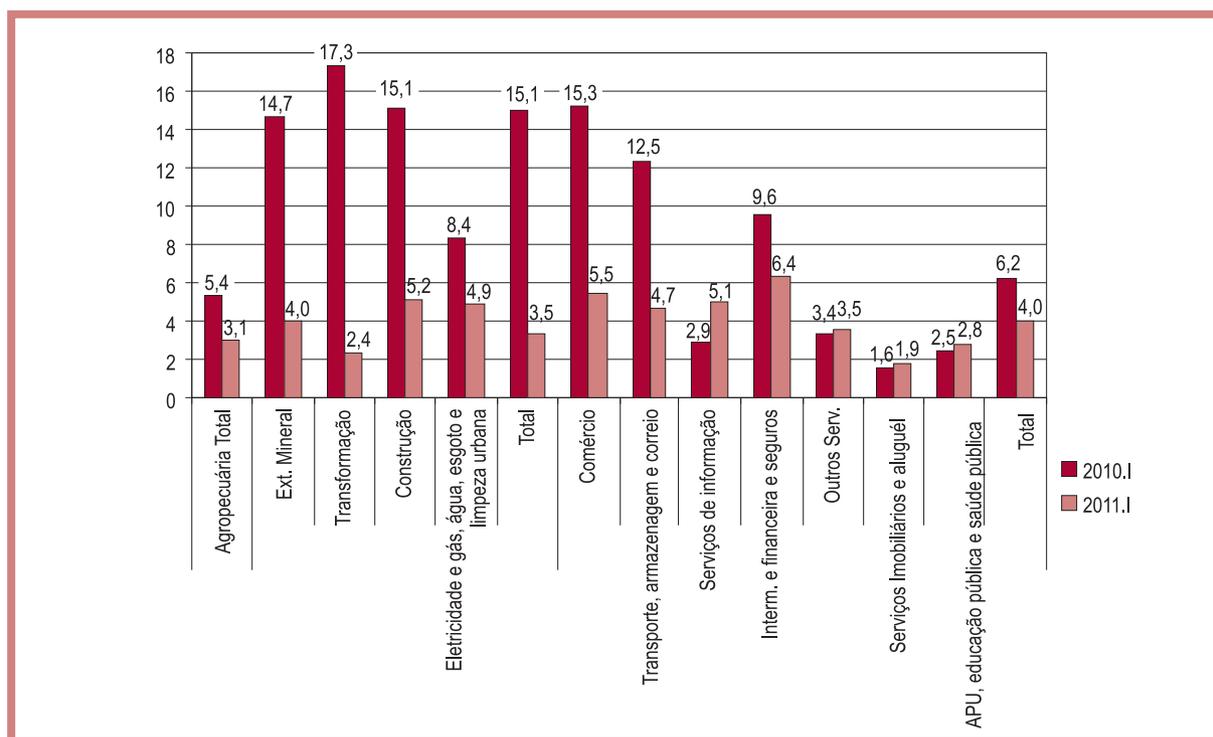


Gráfico 5 – Brasil. Subsetores do PIB pela Ótica da Oferta: Taxa de Crescimento(%) do Primeiro Trimestre de 2010 e 2011 com Relação ao mesmo Período do Ano Anterior

Fonte: IBGE, 2011a.

bastante significativo, dado que a base de comparação é bastante elevada.

Em suma, os bons números da economia brasileira no primeiro semestre resultam, principalmente, do satisfatório desempenho da FBCF. Os investimentos estão associados, sobretudo, à ampliação da capacidade e da

eficiência da estrutura produtiva, o que possibilita a expansão da produção industrial sem ocasionar pressões inflacionárias. Entretanto, as medidas de contenção do crédito, assim como a apreciação do câmbio, constituem importantes obstáculos à continuidade desse ciclo de investimento.

3.2 - Comércio

3.2.1 - Desempenho do Comércio no Brasil

O comércio varejista brasileiro continua a apresentar resultados positivos. Em maio de 2011, registrou crescimento de 0,6% em relação ao mês anterior; de 6,2% sobre maio de 2010; e de 7,4% e 9,2% nos acumulados de 2011 e dos últimos 12 meses, respectivamente.

A presente análise do desempenho do comércio se baseia no conceito de “volume de vendas” da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011e), representa valores nominais correntes deflacionados por índices de preços específicos para cada grupo de atividades e estado.

De abril para maio de 2011 (séries com ajuste sazonal), sete atividades registraram crescimento em vendas no comércio varejista. Os três grupos com melhores resultados foram equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (11,6%), tecidos, vestuário e calçados (2,5%) e livros, jornais, revistas e papelaria (2,4%). Apresentaram desempenho nulo ou negativo os grupos material de construção (0%), combustíveis e lubrificantes (- 0,6%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (- 4%).

Comparando-se o índice mês / mesmo mês do ano anterior, referente a maio de 2011/2010, observa-se que sete grupos de atividades do comércio varejista registraram

crescimento, com destaque para veículos, motocicletas, partes e peças (25,9%), móveis e eletrodomésticos (20,4%) e equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (14,7%). O segmento de combustíveis e lubrificantes teve resultado negativo (-2,1%). Quanto ao índice acumulado de 2011, todos os grupos de atividades apresentaram resultados positivos, destacando-se móveis e eletrodomésticos (18%), influenciado pela manutenção do crescimento do emprego e do rendimento e pela queda dos preços de aparelhos eletrônicos nos últimos 12 meses (IBGE, 2011e).

O comércio varejista ampliado apresentou melhores resultados comparativamente ao comércio varejista, com crescimento nos quatro índices da Tabela 3: 1% de abril para maio, 12,8% no índice mês / mesmo mês ano anterior, 9,2% e 10,5% nos índices acumulados de janeiro a maio de 2011 e dos últimos 12 meses, respectivamente.

O Gráfico 6 mostra a contribuição de cada grupo de atividades do comércio varejista e

Tabela 3 – Variação (%) do Volume de Vendas no Comércio Varejista no Brasil, por Grupo de Atividades – 2011

Grupo de Atividades	Índice Mês/ Mês Anterior (Maio/Abril 2011) (*)	Índice Mês / Mesmo Mês do Ano Anterior (Maio 2011/ Maio 2010)	Índice Acumulado	
			Janeiro a Maio 2011	Últimos 12 Meses (Junho 2010 a Maio 2011)
Comércio Varejista (1 a 8)	0,6	6,2	7,4	9,2
1. Combustíveis e lubrificantes	- 0,6	- 2,1	3,2	5,6
2. Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	0,4	1,9	4,2	6,5
3. Tecidos, vestuário e calçados	2,5	5,6	6,9	8,9
4. Móveis e eletrodomésticos	1,3	20,4	18,0	17,2
5. Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	1,9	11,7	10,1	10,9
6. Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	11,6	14,7	7,8	16,7
7. Livros, jornais, revistas e papelaria	2,4	8,3	8,6	11,8
8. Outros artigos de uso pessoal e doméstico	- 4,0	4,3	7,5	9,8
Comércio Varejista Ampliado (1 a 10)	1,0	12,8	9,2	10,5
9. Veículos, motocicletas, partes e peças	0,2	25,9	11,9	12,1
10. Material de construção	0,0	11,7	12,4	13,9

Fonte: IBGE, 2011e. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

(*) Séries com ajuste sazonal.

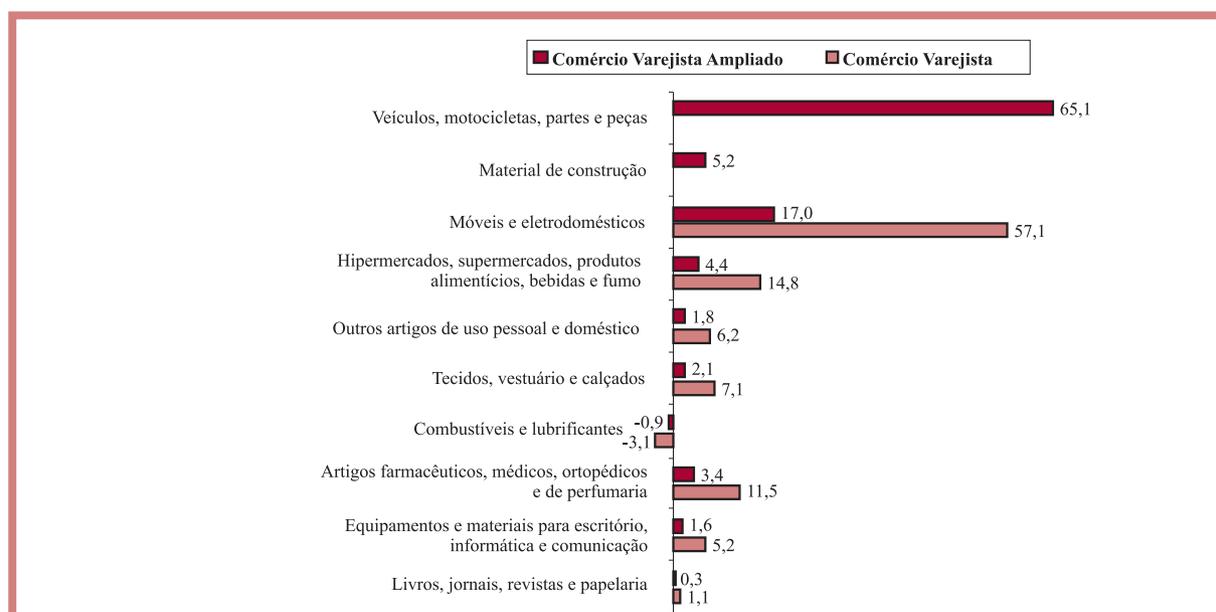


Gráfico 6 – Participação Proporcional (%) das Atividades na Formação da Taxa Global do Volume de Vendas do Comércio Varejista no Brasil em 2011 – Valor Acumulado até Maio

Fonte: IBGE, 2011e. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

do comércio varejista ampliado na formação da taxa global do volume de vendas, no valor acumulado até maio 2011. Quando são considerados todos os grupos do gráfico, ou seja, o comércio varejista ampliado, três gru-

pos de atividades contribuíram com 87,3% para o crescimento do volume de vendas: veículos, motocicletas, partes e peças (65,1%), móveis e eletrodomésticos (17%) e material de construção (5,2%).

3.2.2 - Desempenho do Comércio no Nordeste

A PMC não consolida o desempenho do comércio varejista por região, mas tão-somente os resultados do comércio varejista ampliado acumulados em 2011. De acordo com o Gráfico 7, apenas três estados nordestinos assinalaram crescimento proporcionalmente superior aos 9,2% obtidos pelo país: Paraíba (15%), Maranhão (13,2%) e Ceará (11,1%). Os demais estados apresentaram, pois, desempenho inferior ao do Brasil, ficando Sergipe na última posição, com inexpressivo 1,7%.

A PMC fornece as taxas de variação do comércio por grupo de atividades para Bahia, Ceará e Pernambuco (Tabela 4). O Ceará registrou o melhor desempenho proporcional. Os dois grupos de atividades com melhores resultados em cada estado foram: na Bahia, móveis e eletrodomésticos (23,5%) e livros,

jornais, revistas e papelaria (15,2%); no Ceará, livros, jornais, revistas e papelaria (43,8%) e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (19,2%); e, em Pernambuco, móveis e eletrodomésticos (35,9%) e tecidos, vestuário e calçados (14,1%).

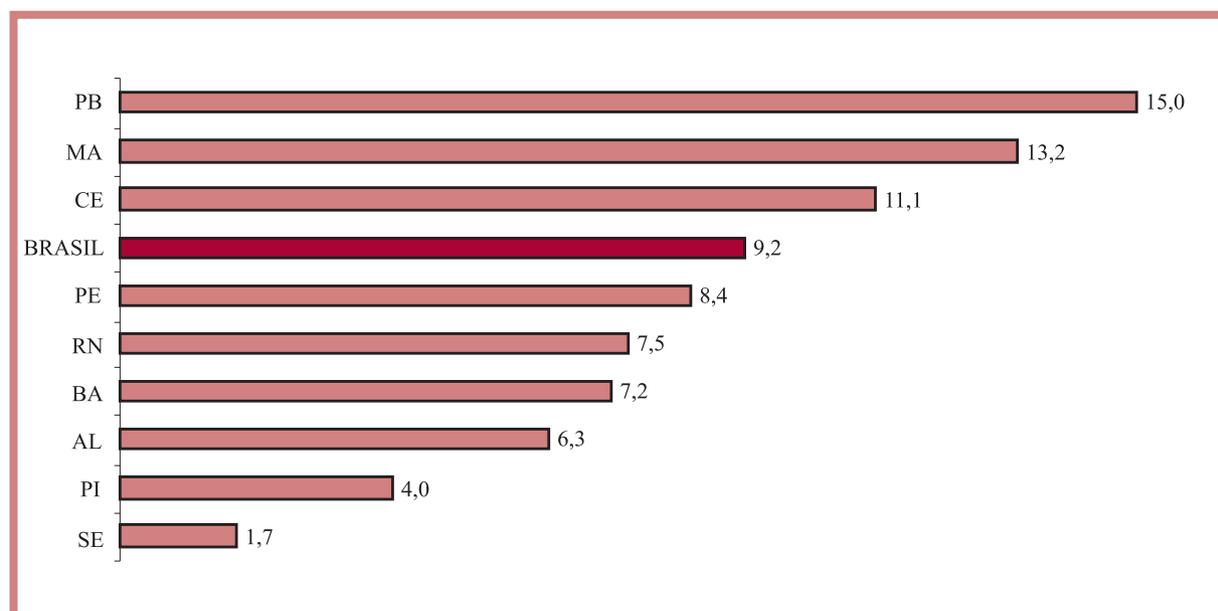


Gráfico 7 – Variação Acumulada (%) do Volume de Vendas no Comércio Varejista Ampliado no Brasil e em cada Estado do Nordeste – Janeiro a Maio de 2011

Fonte: IBGE, 2011e. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

Tabela 4 – Variação Acumulada (%) do Volume de Vendas no Comércio Varejista na Bahia, no Ceará e em Pernambuco – Janeiro a Maio de 2011 ⁽¹⁾

Grupo de Atividades	BAHIA	CEARÁ	PERNAMBUCO
Comércio Varejista	8,2	9,7	7,1
Combustíveis e lubrificantes	6,3	-5,1	10,0
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	0,8	11,0	-3,3
Tecidos, vestuário e calçados	10,8	-1,0	14,1
Móveis e eletrodomésticos	23,5	14,9	35,9
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	12,1	19,2	2,2
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-26,4	15,6	-13,4
Livros, jornais, revistas e papelaria	15,2	43,8	5,5
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	9,3	3,1	11,5
Comércio Varejista Ampliado	7,2	11,1	8,4
Veículos, motocicletas, partes e peças	5,8	15,4	11,2
Material de construção	0,4	0,0	4,9

Fonte: IBGE, 2011e. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

⁽¹⁾ Base no ano: igual período do ano anterior = 100.

Os resultados obtidos até maio tendem a confirmar as previsões de que o comércio varejista apresentará resultado positivo durante 2011, porém inferior aos 10,9% de 2010. Em âmbito nacional, persistem sinais relativos que apontam para esta direção: crescimento menor do PIB, renda, emprego, crédito e gastos com a máquina estatal; aumento de juros; e aumento da inadimplência (SERASA, 2011c).

Na região Nordeste, alguns indicadores calculados pelo BNB/Federações do Comércio em sete capitais nordestinas, em julho de 2011, sinalizam para um crescimento mais modesto do comércio em 2011: o índice de confiança do consumidor registrou queda pela segunda vez; e indicadores do perfil de endividamento e de intenção de compra dos consumidores sugerem uma menor propensão para compras no mês de agosto (Gráfico 8).

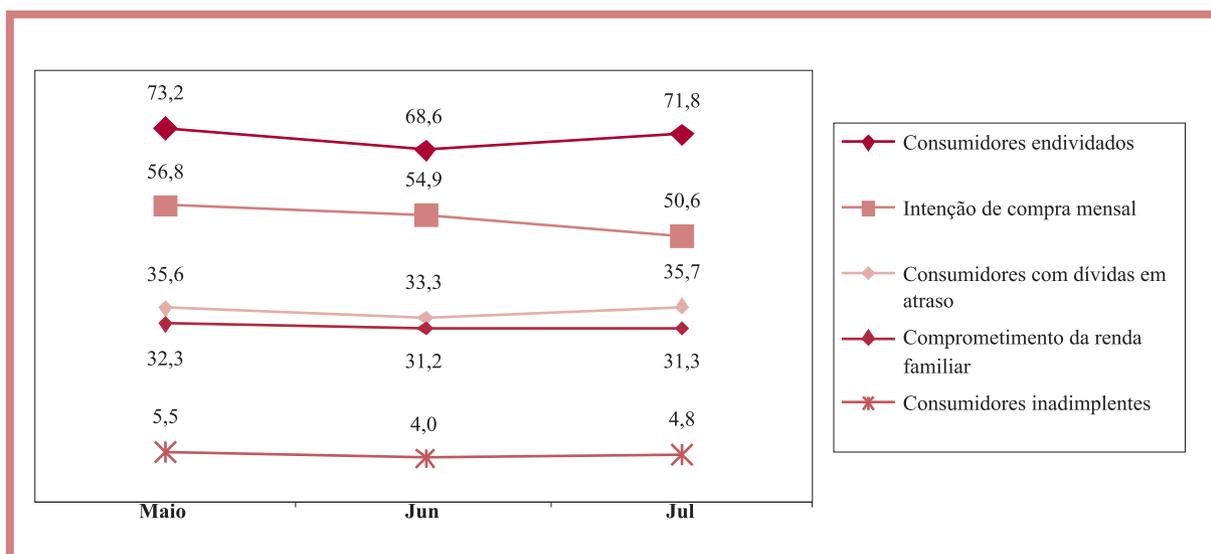


Gráfico 8 – Indicadores de Perfis de Endividamento e de Intenção de Compra dos Consumidores de Sete Capitais Nordeste – Maio-Julho 2011

Fonte: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL; FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO, 2011b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

Todavia, espera-se que se confirmem condições mais favoráveis ao crescimento do comércio nordestino em 2011, como o

aumento do PIB, do crédito e de investimentos em infraestrutura.

3.3 - Produção Industrial do Brasil

De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção industrial brasileira cresceu 1,3% em maio de 2011, comparativamente ao mês anterior, durante o qual havia decrescido 1,2% em relação a março. Esse desempenho da atividade industrial refletiu o aumento de 19 dos 27 ramos pesquisados, com destaque para produtos de metal (12,8%), equipamentos (4,8%), refino de petróleo e produção de álcool (4,2%), alimentos (3,9%) e veículos automotores (3,5%).

Nas comparações interanuais, os indicadores de produção industrial também apresentaram resultados positivos. Comparativamente a maio de 2010, constatou-se um incremento de 2,7%, revertendo os decréscimos observados em março (-1,3%) e abril (-1,5%). Vale salientar que a produção avançou em 19 das 27 atividades, com ênfase para produtos de metal (13%), refino de petróleo e produ-

ção de álcool (8%) e veículos automotores (6%). Por outro lado, as maiores retrações ocorreram nos ramos têxtil (-13,4%), bebidas (-6,4%) e edição e impressão (-2,6%). Os quatro segmentos da indústria assinalaram taxas de crescimento positivas, com a liderança de bens de capital, que apresentou alta de 7,1%. Os demais setores cresceram abaixo da média da indústria (Gráfico 9).

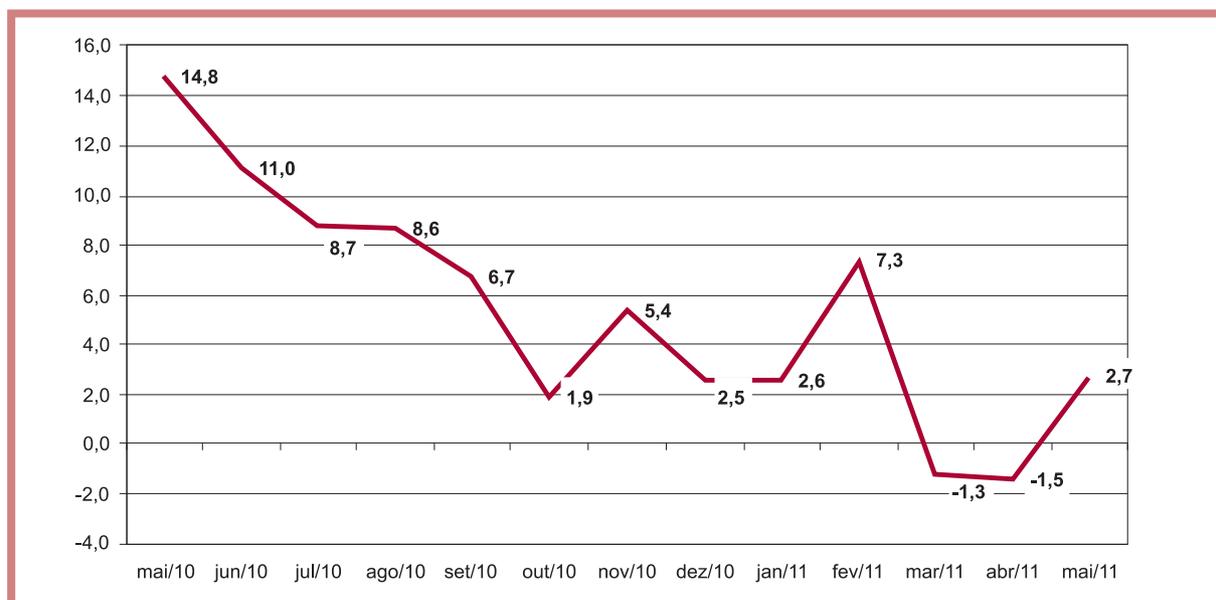


Gráfico 9 – Brasil: Produção Física Industrial (com ajuste sazonal). Base: Mês/mesmo mês do ano anterior. Maio de 2010 a maio de 2011

Fonte: IBGE, 2011b.

No acumulado do ano, a atividade industrial teve alta de 1,8%, com 17 das 27 atividades pesquisadas apresentando resultados positivos. As maiores contribuições vieram de outros equipamentos de transporte (12,5%), veículos automotores (6,9%), farmacêutica (6,6%) e refino de petróleo e produção de álcool (3,6%). Em contrapartida, exerceram as principais influências negativas a indústria têxtil (-11,9%), bebidas (-3,7%), outros produtos químicos (-3,3%) e alimentos (-1%).

Dentre as categorias de uso, a de bens de capital apresentou o maior crescimento (6,4%). Na sequência, aparecem bens de consumo duráveis (2,3%), bens intermediários (1,4%) e bens semiduráveis e não duráveis (0,5%)

As oscilações da atividade industrial nos cinco primeiros meses do ano produziram pequena variação do Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci). Informações da Fundação Getúlio Vargas revelam uma estabilização desse indicador entre abril e junho,

após uma nítida trajetória decrescente entre outubro de 2010 e março de 2011.

O Nuci da indústria de transformação atingiu 84% em julho de 2011, assinalando queda de 1,2% em relação a julho de 2010. Vale destacar que o segmento produtor de bens de capital foi o único a apresentar variação positiva nessa base de comparação, revelando que a produção nacional de máquinas e equipamentos vem sendo beneficiada pelos investimentos visando à ampliação e eficiência da capacidade produtiva. Enquanto isso os demais segmentos assinalaram aumento do grau de ociosidade (Gráfico 10).

Alguns fatores explicam o recuo do Nuci. O primeiro está relacionado com o expressivo déficit na balança comercial da indústria de transformação, que chegou a US\$ 21,2 bilhões nos primeiros seis meses de 2011, bem superior aos US\$ 14,3 bilhões negativos de idêntico período de 2010 (IEDI, 2011b). Na indústria automobilística, por exemplo, a participação dos importados no total de li-

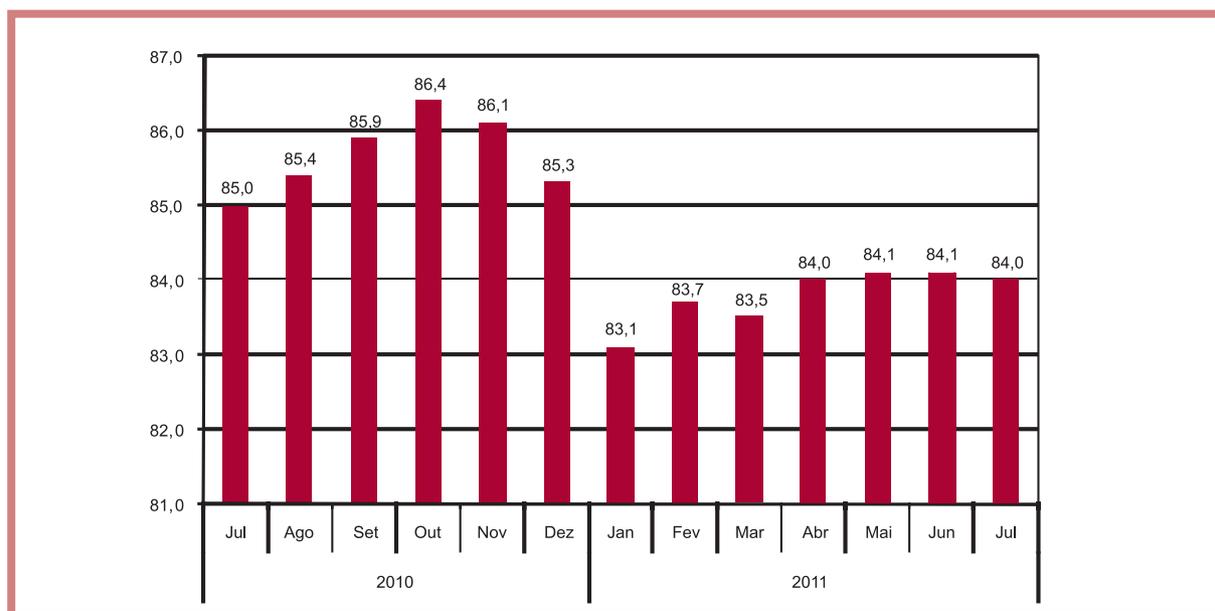


Gráfico 10 – Brasil. Nível de Utilização da Capacidade Instalada com ajuste sazonal por categoria de uso. Julho de 2010 a Julho de 2011 do ano anterior. Maio de 2010 a maio de 2011

Fonte: FGV, 2011.

cenciamentos chegou a atingir 22,4% no primeiro semestre do corrente ano. Vale destacar que a participação dos importados nesse segmento não passava de 19% em 2010 e de apenas 5% em 2005 (ANFAVEA, 2011).

O aumento da ociosidade está também relacionado à trajetória de alta da taxa básica de juros e às medidas macroprudenciais do governo, que afetam, sobretudo, os segmentos mais dependentes do crédito. No indicador média móvel trimestral, por exemplo, verificou-se uma queda de 1,1% da produção de bens de consumo duráveis, após recuo de 2,4% em abril e alta de 2,7% em março (Gráfico 11).

Em síntese, apesar dos resultados positivos assinalados em maio, quando a indústria brasileira atingiu seu maior nível de produção desde o início da série histórica, constata-se um movimento de desaceleração da atividade industrial no primeiro semestre de 2011. De fato, a evolução do índice de média móvel trimestral revela que o trimestre encerrado em maio registrou alta de apenas 0,2% (0,4% em abril e 0,9% em março). Dados referentes a junho mostram um decréscimo de 1,6% da atividade industrial no indicador mês/mês imediatamente anterior, revertendo o resultado positivo assinalado em maio. A apreciação do real e a contenção do crédito se destacam entre os responsáveis por esse arrefecimento.

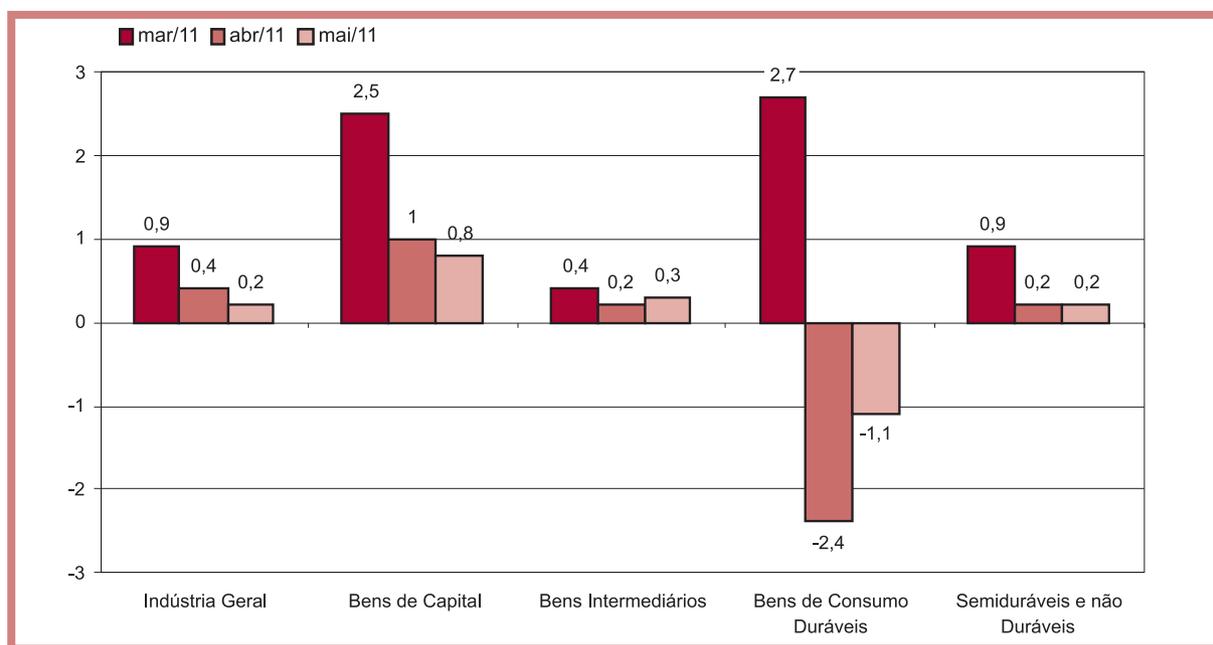


Gráfico 11 – Brasil: Produção Física Industrial (com ajuste sazonal). Variação da média móvel trimestral

Fonte: IBGE, 2011b.

3.3.1 - Produção Industrial do Nordeste

De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em maio deste ano a produção industrial nordestina assinalou alta de 1,1% em relação a abril, quando registrara recuo de 1,4% em relação a março. Na comparação interanual, o resultado foi negativo, com queda de 4,6% no indicador mensal (mês/mesmo mês do ano anterior). *Performance* semelhante ocorreu no acumulado do ano, com recuo de 5,9% em relação aos cinco primeiros meses de 2010.

No indicador mensal, a economia nordestina registra decréscimo desde novembro de 2010. Em maio, dez dos onze ramos investigados tiveram declínio, sendo mais acentuada no segmento celulose e papel (-20,4%), devido, sobretudo, à paralisação de uma grande empresa do setor, para manutenção. Também houve recuo nas áreas têxtil (-12,1%), de produtos químicos (-4%) e de alimentos e bebidas (-1,7%) (Gráfico 12).

No caso dos produtos químicos, já são sete meses consecutivos de decréscimo. Além da desaceleração da atividade econômica no início do ano, significativa parcela da

retração está associada ao “apagão” de energia elétrica que atingiu a região Nordeste em fevereiro, prejudicando sensivelmente a produção nos dois meses seguintes (Gráfico 13).

Esse cenário beneficia, sobretudo, as importações, que se mantêm em patamar elevado. É o caso da Bahia, maior fabricante de produtos químicos na região, onde claramente se percebe uma substituição da produção local por importações (Gráfico 14).

O desempenho da indústria de produtos químicos no Nordeste segue a trajetória nacional. Segundo a Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM, 2011), as im-

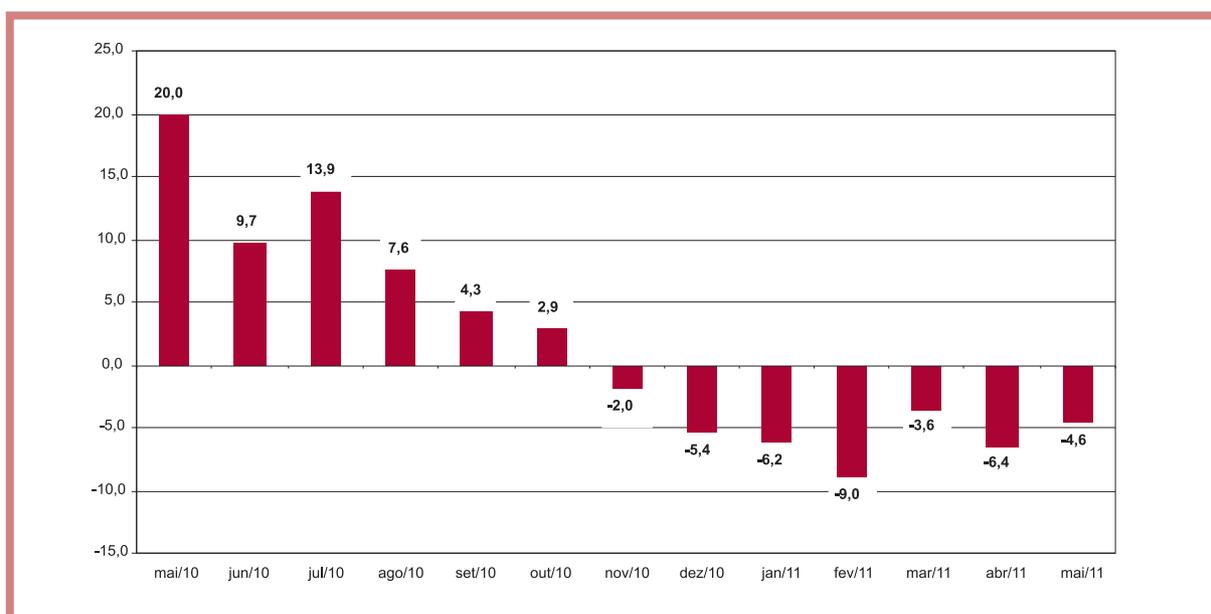


Gráfico 12 – Nordeste. Produção Física Industrial. Maio de 2010 a Maio de 2011. Indicador Mês/Mesmo Mês do Ano Anterior

Fonte: IBGE, 2011d.

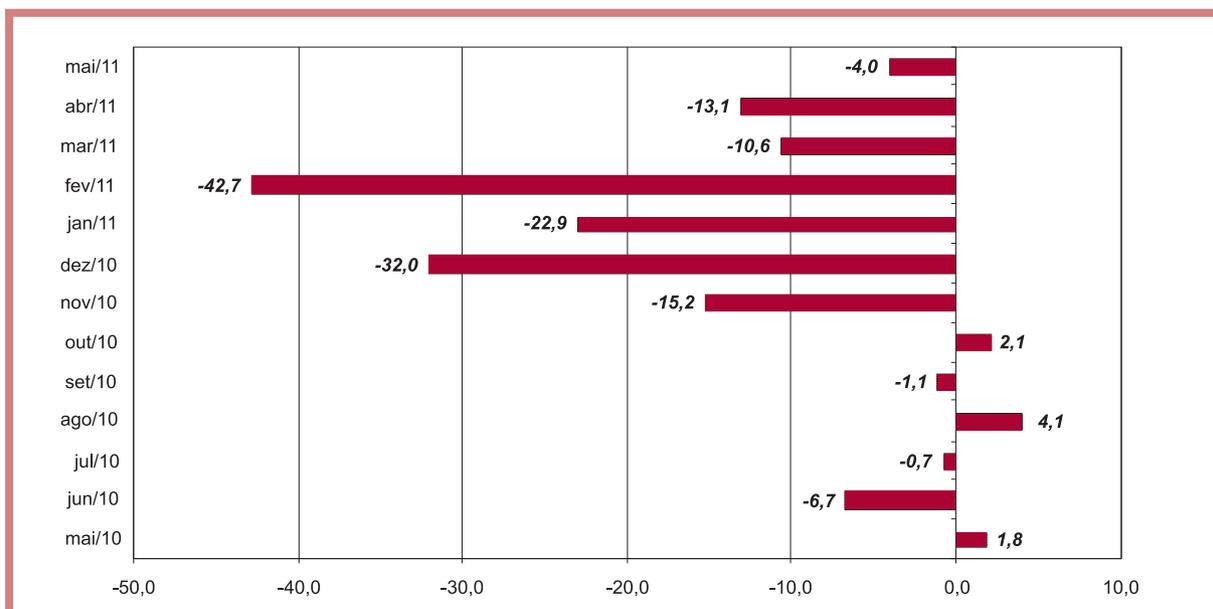


Gráfico 13 – Nordeste. Produção de Produtos Químicos. Maio de 2010 a Maio de 2011. Indicador Mês/Mesmo Mês do Ano Anterior

Fonte: IBGE, 2011d.

portações do setor somaram US\$ 19 bilhões no primeiro semestre de 2011, incremento de 27,4% em relação a idêntico período do ano anterior.

Na avaliação da Abiquim, esse crescimento reflete a ocorrência de fatores como a existência de excedentes no mercado inter-

nacional e a apreciação da moeda nacional. Ademais, os incentivos à importação concedidos por alguns estados inviabilizam a realização de investimentos no setor. A Abiquim aponta ainda os ganhos de competitividade na fabricação de produtos químicos nos Estados Unidos e em outros países, devido à

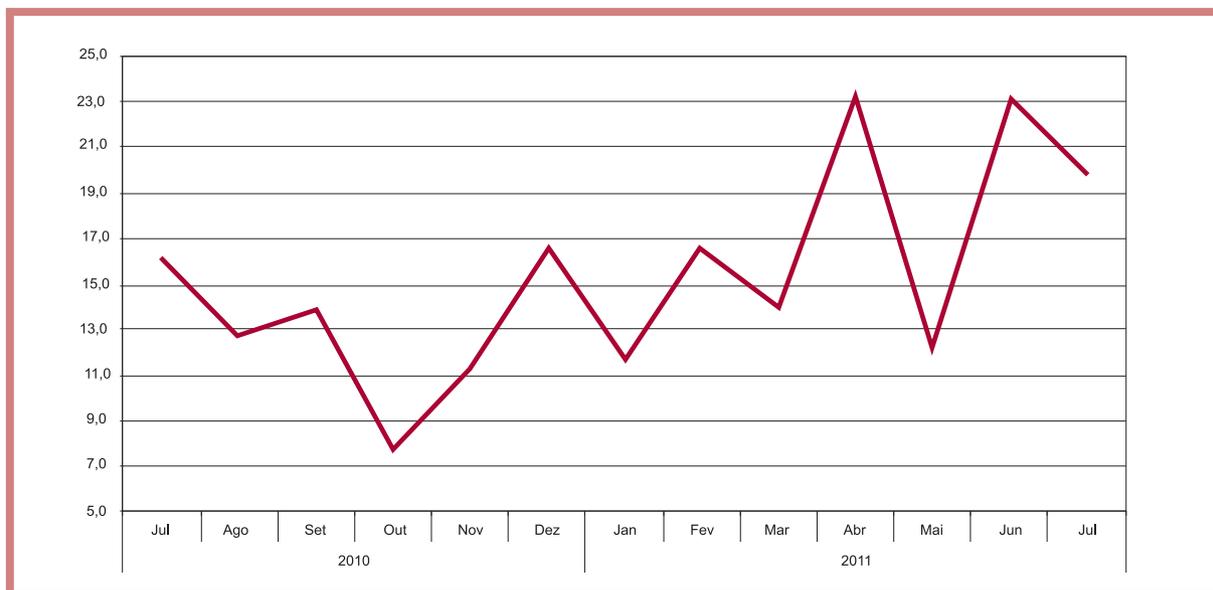


Gráfico 14 – Bahia. Importação de Produtos Químicos Orgânicos (Cap. 29 NCM). Julho de 2010 a Julho de 2011 US\$ FOB Milhões

Fonte: BRASIL, 2011e.

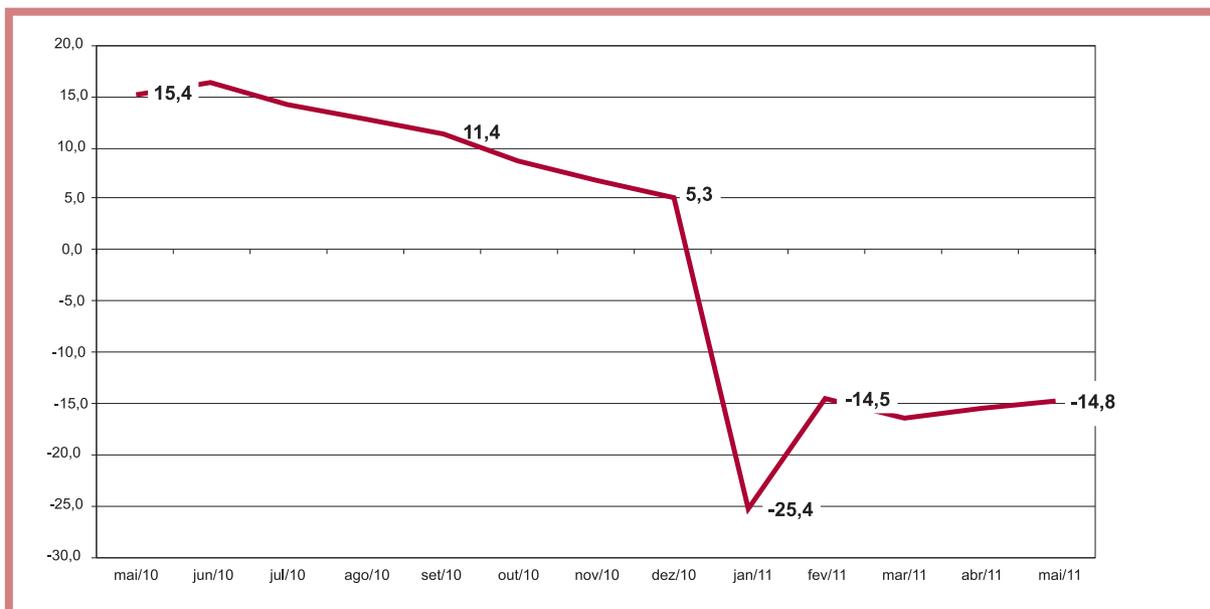


Gráfico 15 – Nordeste. Produção de Produtos Têxteis. Maio de 2010 a Maio de 2011. Indicador Mês/Mesmo Mês do Ano Anterior

Fonte: IBGE, 2011d.

redução do preço do gás natural, decorrente da expansão da oferta do gás de xisto (*shale gas*). Em contrapartida, observa-se um recuo no volume de produção, registrando 4,1% no acumulado dos seis primeiros meses do ano (ABIQUIM, 2011).

No caso dos segmentos intensivos em mão de obra (têxtil, calçados e artigos de couro e vestuário), observa-se uma nítida retração da produção nos cinco primeiros meses do ano. A indústria têxtil, por exemplo, registrou uma sequência de cinco meses de resultados ne-

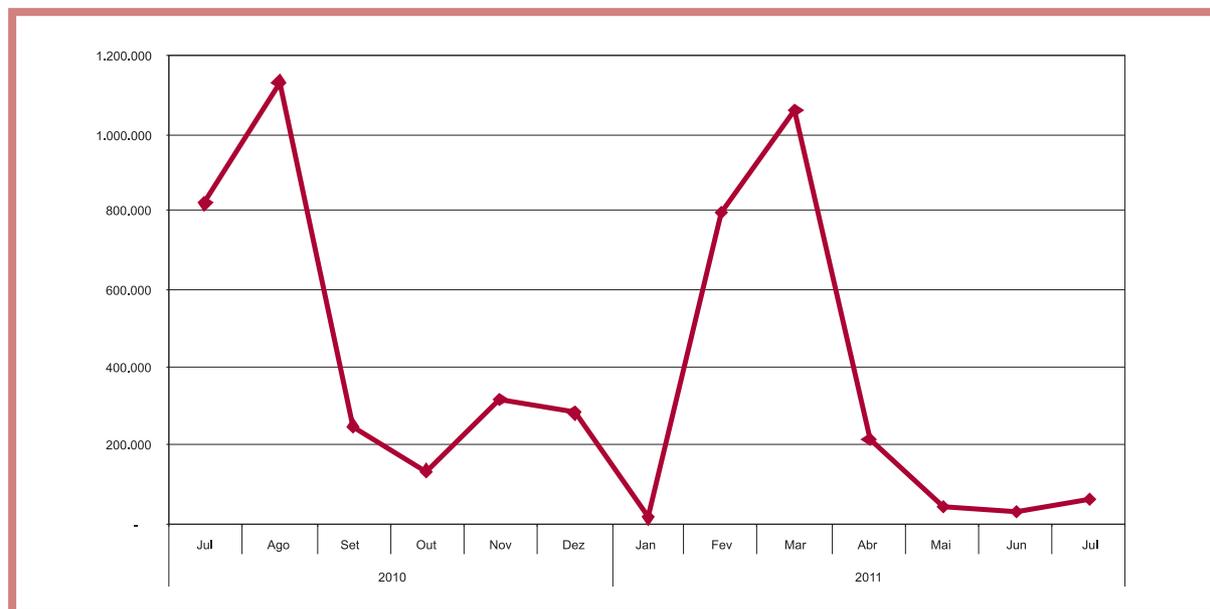


Gráfico 16 – Ceará. Exportação de Produtos Têxteis para a Argentina. Jul de 2010 a Jul de 2011 – US\$ FOB

Fonte: BRASIL, 2011c.

gativos no indicador mês/mesmo mês do ano anterior, com decréscimos superiores a 10% (Gráfico 15).

No Nordeste, as importações de têxteis por parte dos principais estados produtores continuam em níveis elevados. É o caso do Ceará, cujas compras apresentam trajetória ascendente em 2011. Além de sofrer com a apreciação do real, o segmento tem sido penalizado pelas barreiras protecionistas impostas pela Argentina. De fato, as exportações cearenses direcionadas para aquele país caíram substancialmente nos últimos meses, como mostra o Gráfico 16.

No caso da indústria nordestina de calçados e artigos de couro, o panorama é semelhante. No indicador mensal, o ramo ainda não assinalou resultado positivo em 2011, tendo variações negativas acima de 10% em todos os cinco primeiros meses do ano (Gráfico 17).

No Ceará, o baixo desempenho ainda é mais evidente. Em maio, o ramo calçadista teve queda de 24,3% comparativamente a

maio de 2010. Vale mencionar que nos quatro meses anteriores as retrações também ficaram acima de 20%. Em contrapartida, as importações registraram trajetória ascendente, enquanto as exportações foram igualmente prejudicadas pelo protecionismo argentino e pela apreciação do real (Gráfico 18).

Ademais, o Nordeste sofre a concorrência de outras regiões no tocante à atração de investimentos. A Vulcabras, por exemplo, adquiriu recentemente uma fábrica em Chennai, na Índia, para onde está transferindo as atividades mais intensivas em mão de obra de sua produção de tênis. A empresa pretende elevar de um mil mil para cinco mil o número de empregados na nova unidade. Considerando-se os empregos nas empresas terceirizadas locais, a expectativa é de geração de oito mil empregos diretos e indiretos.

A nova unidade de produção se especializará na fabricação de cabedais de tênis – parte superior do produto, feita de tecido, couro e materiais sintéticos. Essa etapa do proces-

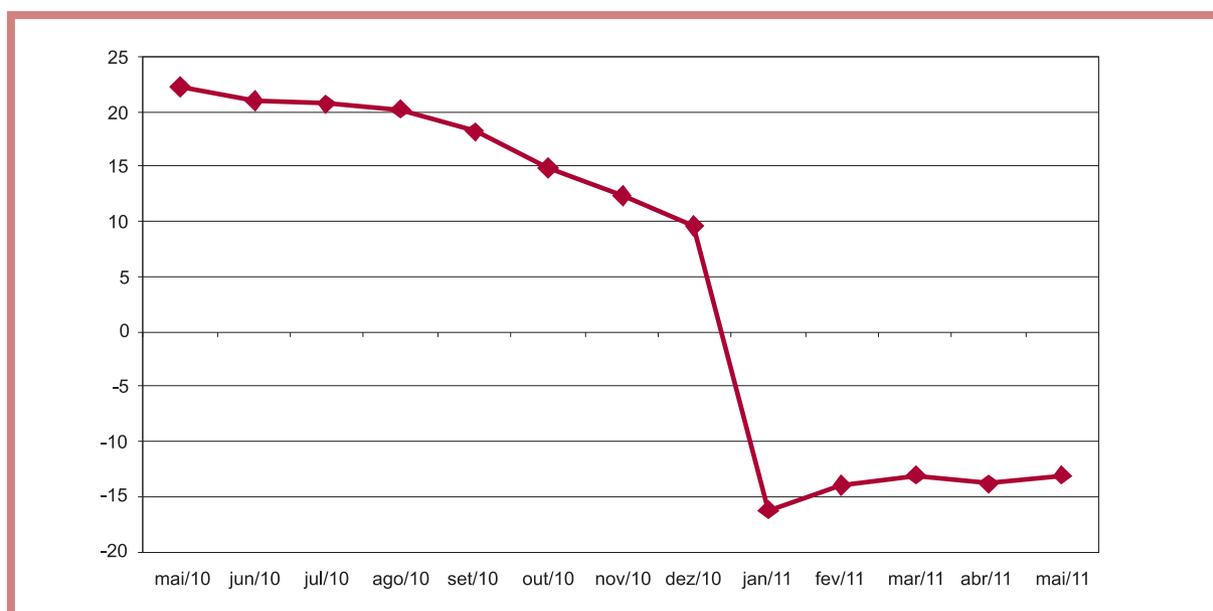


Gráfico 17 – Nordeste. Produção de Calçados e Artigos de Couro. Maio de 2010 a Maio de 2011. Indicador Mês/Mesmo Mês do Ano Anterior

Fonte: IBGE, 2011d.

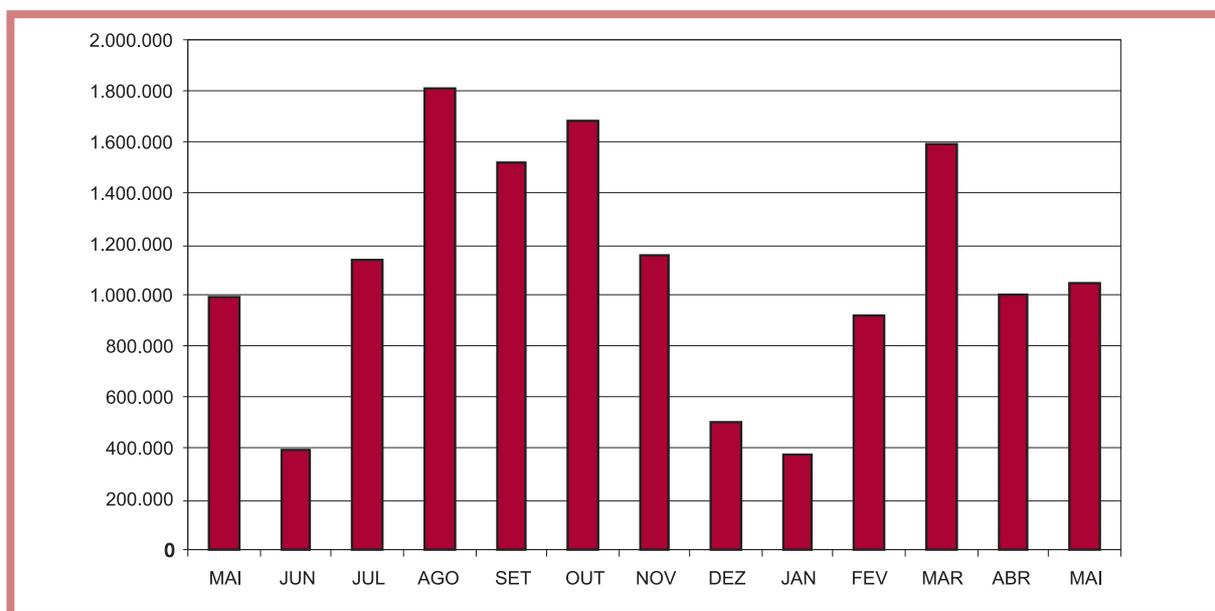


Gráfico 18 – Ceará. Importação de Calçados e Artigos de Couro. Maio de 2010 a Maio de 2011 – US\$ FOB

Fonte: BRASIL, 2011c..

so de produção é intensiva em mão de obra, já que exige maior número de trabalhadores para costura do tênis.

As unidades de produção do Brasil e da Argentina serão responsáveis pela colagem da sola dos cabedais importados da Índia. A Grendene espera reduzir pela metade o custo de produção. A decisão de intensificar o processo de internacionalização deveu-se à significativa valorização do real e à forte concorrência dos importados (GLOBAL 21, 2011).

Vale salientar que o baixo desempenho dos setores intensivos em mão de obra vem acompanhado de uma expansão substancial da demanda por esses produtos no Nordeste. Dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) mostram significativo aumento do consumo dos segmentos tecidos, vestuário e calçados nos principais estados da região. Em Pernambuco, por exemplo, o avanço foi de 15,3% no acumulado dos últimos 12 meses, enquanto Bahia e Ceará cravaram 8,4% e 3,8%, respectivamente.

3.4 - Produção Agropecuária

3.4.1 - Agronegócio

3.4.1.1. Desempenho do PIB e do Faturamento

O Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária brasileira deverá alcançar R\$ 293 bilhões em 2011, R\$ 10,1 bilhões a mais sobre o resultado de 2010, o que significará um crescimento de 3,6% (Tabela 5). Quase dois terços desse valor (64,7%) virão dos produtos agrícolas, enquanto o restante (35,3%) procede dos produtos pecuários.

O faturamento com os produtos pecuários crescerá apenas 2,1% e o dos produtos agrícolas, 4,4%, impulsionado sobretudo pelos grãos, cujo faturamento avançou 8,5%, especialmente devido ao aumento previsto na produção de algodão e soja.

No Nordeste, a estimativa de aumento do faturamento com as lavouras temporárias é de 24,5% (de R\$ 16,8 bilhões para R\$ 20,9 bilhões), bastante superior ao índice nacional, de 6,1%. As lavouras permanentes apresentarão incremento relativamente menor:

Tabela 5 – Valor Bruto da Produção Agropecuária Brasileira (VBP) – 2010 e 2011
R\$ Milhões de maio/2011

Produtos	2010	2011	Var. %	Var. Abs.
Agrícolas	181.839	189.867	4,4	8.028
- lavouras temporárias (1)	139.097	147.573	6,1	8.476
- lavouras permanentes (2)	42.742	42.295	-1,0	-447
grãos (3)	79.506	86.297	8,5	6.791
outras lavouras	102.333	103.571	1,2	1.238
Pecuários	101.369	103.488	2,1	2.119
- carnes (4)	77.348	78.872	2,0	1.524
- derivados (5)	24.021	24.616	2,5	595
Total	283.208	293.356	3,6	10.147

Fonte: IBGE; SIDRA, 2011a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

(1) abacaxi, algodão herbáceo, alho, amendoim, aveia, arroz, batata-doce, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, fumo, girassol, juta, linho, malva, mamona, mandioca, melancia, melão, milho, rami, soja, sorgo, tomate, trigo e tritcale.

(2) abacate, algodão arbóreo, azeitona, banana, borracha, cacau, café, caqui, castanha-de-caju, chá-da-índia, coco-da-baía, dendê, erva-mate, figo, goiaba, guaraná, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, noz, palmito, pera, pêssego, pimenta-do-reino, sisal, tangerina, tungue, urucum e uva.

(3) amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e tritcale.

(4) bovina, suína e de frango.

(5) leite e ovos.

1,5%, passando de R\$ 9,9 bilhões para R\$ 10 bilhões. O faturamento com os produtos pecuários subirá de R\$ 13,6 bilhões para R\$ 14,4 bilhões. Com isso, o VBP da agropecuá-

ria do Nordeste, em 2011, atingirá o montante de R\$ 45,3 bilhões, superando em 11,2% o de 2010 (Tabela 6).

Tabela 6 – Nordeste – Estimativa do Valor Bruto da Produção (VBP) – 2010 e 2011

Produtos	Unidade	Quantidade		Preço (kg)		VBP (mil reais)	
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
Lavoura temporária (a)							
Brasil						139.096.838	147.572.635
Nordeste						16.776.210	20.879.175
Abacaxi	Mil frutos	595.717	588.241	1,13	1,13	671.877	663.445
Algodão herbáceo (em caroço)	Tonelada	1.065.322	1.652.059	0,98	0,98	1.047.958	1.625.132
Alho	Tonelada	5.547	7.546	2,81	2,81	15.569	21.180
Arroz (em casca)	Tonelada	890.489	1.172.178	0,81	0,81	723.905	952.898
Aveia							
Batata - doce	Tonelada	187.611	203.309	0,53	0,53	99.800	108.151
Batata - inglesa	Tonelada	303.615	344.885	1,35	1,35	410.178	465.933
Cevada							
Ervilha							
Fava (em grão)	Tonelada	17.078	19.053	2,03	2,03	34.620	38.624
Feijão (em grão)	Tonelada	597.434	1.229.750	2,13	2,16	1.271.321	2.657.246
Linho							
Malva							
Mamona (baga)	Tonelada	83.293	132.326	0,86	0,86	71.954	114.312
Mandioca	Tonelada	8.126.768	8.528.752	0,19	0,18	1.569.284	1.496.687
Melancia	Tonelada	729.660	607.850	0,43	0,43	314.047	261.620
Milho (em grão)	Tonelada	4.145.246	6.261.125	0,46	0,46	1.891.727	2.894.588
Rami							
Soja (em grão)	Tonelada	5.307.264	6.242.600	0,72	0,72	3.844.306	4.521.815
Sorgo granífero (em grão)	Tonelada	101.745	222.331	0,39	0,39	39.295	85.867
Tomate	Tonelada	605.484	538.433	1,19	1,18	718.022	633.132
Lavoura permanente (b)							
Brasil						42.742.445	42.294.573
Abacate	Tonelada	9.187	15.403	1,47	1,47	13.496	22.627
Algodão arbóreo (em caroço)	Tonelada	309	180	1,06	1,06	327	190
Azeitona							
Banana	Tonelada	2.646.002	2.617.313	1,21	1,15	3.196.067	2.998.728
Borracha (látex coagulado)	Tonelada	32.648	30.649	1,94	1,94	63.467	59.581
Cacau (em amêndoa)	Tonelada	149.303	151.964	6,09	6,13	909.071	931.843
Caqui	Tonelada	140	196	0,17	0,17	24	33
Castanha-de-caju	Tonelada	102.536	300.518	0,94	0,94	96.566	283.019
Coco-da-baía	Mil frutos	1.297.550	1.379.707	0,58	0,59	757.953	818.117
Dendê (côco)	Tonelada	205.553	194.629	0,21	0,21	43.945	41.610

(continua)

Tabela 6 – Nordeste – Estimativa do Valor Bruto da Produção (VBP) – 2010 e 2011

(conclusão)

Produtos	Unidade	Quantidade		Preço (kg)		VBP (mil reais)	
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
Erva-mate							
Figo	Tonelada	0	15	7,95	7,95	0	119
Goiaba	Tonelada	137.841	135.016	0,75	0,75	103.629	101.505
Guaraná (semente)	Tonelada	2.688	2.907	9,72	9,72	26.140	28.270
Laranja	Tonelada	1.878.816	1.899.628	0,31	0,34	574.747	637.239
Limão	Tonelada	83.097	73.141	0,91	0,91	75.621	66.561
Maçã	Tonelada	365	608	1,38	1,38	505	842
Mamão	Tonelada	1.168.174	1.179.101	0,88	0,88	1.027.610	1.037.222
Maracujá	Tonelada	523.822	465.925	1,39	1,39	727.600	647.179
Palmito	Tonelada	21.668	21.242	0,37	0,37	7.942	7.786
Pera							
Pêssego							
Sisal ou agave (fibra)	Tonelada	235.759	266.580	0,79	0,79	187.340	211.656
Tangerina	Tonelada	50.280	47.865	0,79	0,79	39.848	37.934
Tungue							
Urucum (semente)	Tonelada	2.187	2.426	2,29	2,29	5.009	5.557
Uva	Tonelada	261.141	262.661	2,46	2,46	643.444	647.190
Agricultura							
Brasil						181.839.283	189.867.208
Nordeste						26.680.123	30.932.109
Pecuária							
Brasil						101.369.054	103.488.455
Nordeste						13.562.213	14.386.035
Carne bovina	Tonelada	1.060.919	1.083.234	5,92	5,97	6.280.920	6.466.735
Frango	Tonelada	1.136.148	1.156.560	2,22	2,33	2.523.502	2.696.700
Leite	Milhões de litros	2.937	3.021	0,74	0,79	2.184.021	2.398.821
Ovos	Mil cx. de 30 dúzias	12.740	12.873	1,99	2,01	845.042	862.520
Suínos	Tonelada	651.548	663.761	2,65	2,95	1.728.728	1.961.260
Agropecuária							
Brasil						283.208.337	293.355.663
Nordeste						40.242.336	45.318.144
Relações Nordeste/Brasil							
Lavoura temporária (a)						12,1	14,1
Lavoura permanente (b)						23,2	23,8
Agricultura (c)						14,7	16,3
Pecuária (d)						13,4	13,9
Agropecuária (c + d)						14,2	15,4

Fontes: IBGE; SIDRA, 2011 a e b; AGRAFNP, 2011a. Valores a preços de maio/2010.

Tabela 7 – Nordeste – Estimativa da Participação dos Estados do Nordeste no Valor Bruto da Produção Agropecuária 2011

R\$ milhões Maio 2011

Estados	Lavouras Temporárias	%	Lavouras Permanentes	%	Agricultura	%	Pecuária	%	Agropecuária	%
Maranhão	2.658	12,7	160	1,6	2.818	9,1	2.290	15,9	5.108	11,3
Piauí	1.865	8,9	123	1,2	1.988	6,4	1.201	8,3	3.188	7,0
Ceará	1.802	8,6	1.198	11,9	3.000	9,7	1.842	12,8	4.842	10,7
Rio Grande do Norte	600	2,9	384	3,8	984	3,2	597	4,1	1.580	3,5
Paraíba	1.066	5,1	364	3,6	1.430	4,6	730	5,1	2.160	4,8
Pernambuco	1.746	8,4	1.394	13,9	3.140	10,2	1.929	13,4	5.069	11,2
Alagoas	1.787	8,6	132	1,3	1.919	6,2	602	4,2	2.522	5,6
Sergipe	789	3,8	592	5,9	1.381	4,5	610	4,2	1.991	4,4
Bahia	8.566	41,0	5.707	56,8	14.273	46,1	4.586	31,9	18.859	41,6
Bahia+Pernambuco+ Ceará+Maranhão	14.772	70,8	8.458	84,1	23.230	75,1	10.646	74,0	33.877	74,8
Demais	6.107	29,2	1.595	15,9	7.702	24,9	3.740	26,0	11.442	25,2
Soma	20.879	100,0	10.053	100,0	30.932	100,0	14.386	100,0	45.318	100,0

Fontes: IBGE; SIDRA, 2011 a e b; AGRAFNP, 2011c.

Em termos estaduais, não há evidências de mudanças estruturais significativas. O conjunto formado por Bahia, Pernambuco, Maranhão e Ceará continuará respondendo por quase 75% do VBP da região.

Bahia e Maranhão são os destaques nas lavouras temporárias (41% e 12,7%, respectivamente), pela presença dos cerrados e

suas culturas (Tabela 7). Nas lavouras permanentes, Bahia (56,8%), Pernambuco (13,9%) e Ceará (11,9%) são os três estados mais importantes, devido à presença das culturas implantadas nos perímetros irrigados. Na pecuária há uma melhor distribuição do VBP, com quatro estados respondendo por 74% do total: Bahia (31,9%), Maranhão (15,9%), Pernambuco (13,4%) e Ceará (12,8%).

3.4.1.2 - Balança Comercial do Agronegócio

Conforme se vê na Tabela 8, nos cinco primeiros meses de 2011, em comparação com idêntico período de 2010, houve um crescimento de 22% nas exportações e de 37,6% nas importações do agronegócio brasileiro, resultando numa elevação de 18,5% no saldo comercial. Embora o real continue valorizado em relação ao dólar, observa-se uma recuperação de 52,2% no saldo da balança comercial total do país, bastante superior, em termos proporcionais, ao do agronegócio. Isso é reflexo do aumento de 31,2% nas exportações, superior aos 29,5% observados nas importações.

As exportações do agronegócio brasileiro em 2011 alcançaram US\$ 34,3 bilhões, enquanto as importações não passaram de US\$ 7 bilhões, resultando em um superávit de US\$ 27,3 bilhões.

No caso do agronegócio nordestino, em 2011 as exportações cresceram proporcionalmente menos que as nacionais (16,3%; US\$ 439,1 milhões), enquanto as importações cresceram bem mais (74,1%; US\$ 503,1 milhões), de maneira que o saldo comercial sofreu uma redução de 3,2% (US\$ 64,5 milhões).

No caso brasileiro, confirmou-se a importância dos produtos do agronegócio, cujo saldo comercial superou em cerca de três vezes o saldo comercial total (US\$ 27,3 bilhões frente a US\$ 5,6 bilhões). Esse incremento se deve, em larga medida, à elevação dos preços desses produtos no mercado internacional. Essa alta, aliada à apreciação cambial, deveria acarretar uma redução das exportações brasileiras. Entretanto, não é o que se observa; pelo contrário, como as exportações vêm crescendo, provavelmente

Tabela 8 – Nordeste – Balança Comercial do Agronegócio, por Estado – 2010 e 2011

US\$ milhões
Dados de janeiro a maio de cada ano

Região/Estado	2010			2011		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Brasil – Total (a)	72.093,5	66.473,9	5.619,6	94.614,4	86.059,0	8.555,4
Brasil – Agronegócio (b)	28.087,2	5.085,8	23.001,4	34.263,2	7.000,3	27.262,9
Nordeste – Total (c)	6.551,1	5.230,4	1.320,7	6.903,9	8.292,4	-1.388,5
Nordeste – Agronegócio (d)	2.695,7	679,3	2.016,4	3.134,8	1.182,9	1.951,9
Alagoas	506,0	17,6	488,4	783,8	66,0	717,8
Bahia	1.287,9	217,5	1.070,4	1.466,3	262,2	1.204,1
Ceará	313,7	125,6	188,1	333,5	266,8	66,7
Maranhão	90,0	26,9	63,1	139,1	33,8	105,3
Paraíba	41,5	36,6	4,9	32,6	196,3	-163,7
Pernambuco	294,2	220,6	73,6	258,3	304,8	-46,5
Piauí	44,7	1,1	43,6	34,0	0,3	33,7
Rio Grande do Norte	101,6	14,8	86,8	58,9	23,2	35,7
Sergipe	15,8	18,5	-2,7	28,1	29,4	-1,3
Variações % 2011/2010						
Brasil – Total				31,2	29,5	52,2
Brasil – Agronegócio				22,0	37,6	18,5
Nordeste – Total				5,4	58,5	-205,1
Nordeste – Agronegócio.				16,3	74,1	-3,2
Alagoas				54,9	275,0	47,0
Bahia				13,9	20,6	12,5
Ceará				6,3	112,4	-64,5
Maranhão				54,6	25,7	66,9
Paraíba				-21,4	436,3	-3.440,8
Pernambuco				-12,2	38,2	-163,2
Piauí				-23,9	-72,7	-22,7
Rio Grande do Norte				-42,0	56,8	-58,9
Sergipe				77,8	58,9	-51,9
Relações (%)						
b/a	39,0	7,7	409,3	36,2	8,1	318,7
d/c	41,1	13,0	152,7	45,4	14,3	-140,6
d/b	9,6	13,4	8,8	9,1	16,9	7,2

Fonte: BRASIL, 2011a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

outros fatores têm influenciado a competitividade desses produtos.

Sergipe foi o estado nordestino que, em termos proporcionais, mais aumentou as exportações do agronegócio em 2011, comparativamente a 2010: 77,8%. Rio Grande do Norte foi o que apresentou a maior redução nesse quesito (-42%).

Alagoas, Bahia e Ceará são os três maiores exportadores do agronegócio nordestino, em termos absolutos, representando, juntos, 82,1% do total exportado. No tocante às importações verifica-se também uma expressiva concentração: Bahia, Ceará e Pernambuco representam 70,5% das compras externas. Podem ter contribuído para esse comportamento fatores como nível de renda mais elevado e maior densidade populacional.

As importações na Paraíba assinalaram incremento de 436,3%, culminando no pior resultado do saldo comercial: -3.440,8%. Esse cenário desfavorável, porém, não se restringiu àquele estado, já que, em termos gerais, apenas Maranhão, Alagoas e Bahia apresentaram saldos positivos, com destaque para o Maranhão, com incremento de 66,9%. Em termos absolutos, entretanto, o agronegócio alagoano se destacou nas exportações e no saldo comercial, aumentando, respectivamente, US\$ 277,8 milhões e US\$ 229,4 milhões. A Paraíba, por sua vez, registrou incremento de US\$ 159,7 milhões nas importações.

Os produtos sucroalcooleiros; produtos florestais, complexo soja, couros, produtos de couro e peleteria, frutas (inclui nozes e castanhas) e fibras e produtos têxteis, nessa

Tabela 9 – Nordeste – Principais Produtos Exportados do Agronegócio, Janeiro a Maio

Produtos	2010			2011			Variação	
	Valor (US\$ milhões)	%	% Acumulado	Valor (US\$ milhões)	%	% Acumulado	Absoluta	%
1 Complexo sucroalcooleiro	801,5	29,7	29,7	1045,0	33,3	33,3	243,5	30,4
2 Produtos florestais	685,8	25,4	55,2	760,2	24,2	57,6	74,3	10,8
3 Complexo soja	334,9	12,4	67,6	427,3	13,6	71,2	92,5	27,6
4 Couros, produtos de couro e peleteria	202,2	7,5	75,1	202,0	6,4	77,7	-0,2	-0,1
5 Frutas (inclui nozes e castanhas)	197,1	7,3	82,4	192,7	6,1	83,8	-4,4	-2,2
6 Fibras e produtos têxteis	158,7	5,9	88,3	130,1	4,2	88,0	-28,6	-18,0
7 Cacau e seus produtos	117,4	4,4	92,7	123,5	3,9	91,9	6,1	5,2
8 Café	42,4	1,6	94,2	59,5	1,9	93,8	17,1	40,3
9 Demais produtos de origem vegetal	50,3	1,9	96,1	53,0	1,7	95,5	2,7	5,4
10 Sucos de fruta	32,1	1,2	97,3	40,8	1,3	96,8	8,7	27,2
11 Produtos oleaginosos (exclui soja)	3,3	0,1	97,4	21,3	0,7	97,5	18,0	537,5
12 Chá, mate e especiarias	6,3	0,2	97,6	20,2	0,6	98,1	13,8	218,5
13 Fumo e seus produtos	9,8	0,4	98,0	17,0	0,5	98,7	7,2	73,9
14 Produtos alimentícios diversos	8,4	0,3	98,3	11,6	0,4	99,0	3,3	39,3
15 Produtos apícolas	9,1	0,3	98,6	10,4	0,3	99,4	1,3	14,2
16 Outros	36,4	1,4	100,0	20,3	0,6	100,0	-16,1	-44,3
Total	2.695,6	100,0		3.134,8	100,0		439,2	16,3

Fonte: BRASIL, 2011a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

ordem, foram os principais itens do agronegócio exportados pelo Nordeste em 2011, respondendo, juntos, por mais de 88% do total, com faturamento de US\$ 2,8 bilhões.

Três dos quinze itens listados na tabela 9 sofreram redução nas exportações, de 2010 para 2011, sendo significativa apenas a queda observada no caso do item fibras e produtos têxteis (-18%). O item 'outros', embora tenha reduzido 44,3%, representa apenas 1,4% das exportações. O item produtos oleaginosos (exclui soja) experimentou crescimento de 537,5%, mas sua representatividade não passa de 0,1%. O complexo sucroalcooleiro cresceu 30,4% no período observado, sendo esse aumento bastante significativo, já que o item concentra um terço das exportações nordestinas em 2011.

Os cinco principais itens do agronegócio importados pelo Nordeste foram cereais, farinhas e preparações, fibras e produtos têx-

teis, produtos florestais, complexo sucroalcooleiro e produtos oleaginosos (exclui soja).

Esse grupo totalizou compras externas no valor de US\$ 976,8 milhões, correspondente a 82,6% do total importado pelo agronegócio nordestino em 2011 (Tabela 10). Aqui pode ser percebida a influência da valorização da moeda nacional, já que apenas dois dos quinze produtos listados registraram diminuição no valor das importações, sendo mais significativa a redução de 54,8% assinalada pelo item couros, produtos de couro e peleteria.

O destaque das importações ficou com o complexo sucroalcooleiro, com aumento de 2.796,3%, ocupando o quarto lugar em 2011, oito posições à frente em relação a 2010. Esse fato se deve à escassez desses produtos na entressafra, período em que se fez uso das importações como forma de conter a alta dos preços e evitar o desabastecimento.

Tabela 10 – Nordeste – Principais Produtos Importados do Agronegócio, Janeiro a Maio

Produtos	2010			2011			Variação	
	Valor (US\$ milhões)	%	% Acumulado	Valor (US\$ milhões)	%	% Acumulado	Absoluta	%
1 Cereais, farinhas e preparações	321,1	47,3	47,3	376,8	31,9	31,9	55,7	17,3
2 Fibras e produtos têxteis	60,5	8,9	56,2	287,9	24,3	56,2	227,4	376,0
3 Produtos florestais	68,6	10,1	66,3	117,0	9,9	66,1	48,4	70,7
4 Complexo sucroalcooleiro	4,0	0,6	66,9	117,0	9,9	76,0	112,9	2.796,3
5 Produtos oleaginosos (exclui soja)	42,0	6,2	73,0	78,1	6,6	82,6	36,1	86,0
6 Cacau e seus produtos	65,8	9,7	82,7	51,8	4,4	86,9	-14,1	-21,4
7 Pescados	37,9	5,6	88,3	48,3	4,1	91,0	10,4	27,3
8 Bebidas	23,0	3,4	91,7	33,3	2,8	93,8	10,3	44,7
9 Produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos	8,4	1,2	93,0	17,0	1,4	95,3	8,6	101,3
10 Carnes	8,4	1,2	94,2	17,0	1,4	96,7	8,6	103,4
11 Frutas (inclui nozes e castanhas)	4,2	0,6	94,8	8,7	0,7	97,5	4,5	108,4
12 Lácteos	3,2	0,5	95,3	6,7	0,6	98,0	3,5	110,0
13 Produtos alimentícios diversos	4,6	0,7	95,9	6,6	0,6	98,6	2,1	44,9
14 Couros, produtos de couro e peleteria	9,6	1,4	97,4	4,4	0,4	99,0	-5,3	-54,8
15 Demais produtos de origem vegetal	2,7	0,4	97,8	3,9	0,3	99,3	1,2	43,6
16 Outros	15,3	2,2	100,0	8,5	0,7	100,0	-6,7	-44,1
Total	679,3	100,0		1.182,9	100,0		503,6	74,1

Fonte: BRASIL, 2011a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

Tabela 11 – Nordeste – Saldo Comercial dos Principais Produtos Exportados e Importados, Simultaneamente, do Agronegócio, Janeiro a Maio

PRODUTOS	2010			2011			Variação	
	Valor (US\$ milhões)	%	% Acumulado	Valor (US\$ milhões)	%	% Acumulado	Absoluta	%
1 Complexo Sucroalcooleiro	797,4	40,6	40,6	928,0	49,8	49,8	130,6	16,4
2 Produtos Florestais	617,3	31,5	72,1	643,2	34,5	84,3	25,9	4,2
3 Frutas (Inclui Nozes e Castanhas)	192,5	9,8	81,9	197,6	10,6	94,9	5,1	2,6
4 Couros, Produtos de Couro e Peleteria	192,9	9,8	91,7	184,0	9,9	104,8	-8,9	-4,6
5 Fibras e Produtos Têxteis	98,3	5,0	96,7	-157,8	-8,5	96,3	-256,0	-260,6
6 Cacau e seus Produtos	51,5	2,6	99,4	71,7	3,8	100,1	20,2	39,1
7 Produtos Alimentícios Diversos	47,6	2,4	101,8	49,2	2,6	102,8	1,6	3,3
8 Demais Produtos de Origem Vegetal	-38,7	-2,0	99,8	-56,8	-3,0	99,7	-18,1	46,9
9 Produtos Oleaginosos (Exclui Soja)	3,8	0,2	100,0	5,0	0,3	100,0	1,2	32,6
Total	1.962,7	100,0		1.864,1	100,0		-98,6	-5,0

Fonte: BRASIL, 2011a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

Na Tabela 11 observa-se que, dos nove produtos do agronegócio presentes ao mesmo tempo na lista dos principais exportados e na dos principais importados, apenas dois apresentaram saldo comercial negativo em

2011. Além disso, o saldo comercial de seis deles aumentou em relação a 2010, com destaque, em termos relativos, para cacau e seus produtos, e, em termos absolutos, para complexo sucroalcooleiro e produtos florestais.

3.4.2 - Agricultura

O décimo levantamento da safra 2010/2011, realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), indica uma expansão de 4,4% na área cultivada com grãos no país, a qual deverá ficar próximo de 49,5 milhões de hectares, superior à da safra anterior em 2,1 milhões de hectares. Os destaques de crescimento são para as culturas do algodão (acréscimo de 555 mil hectares, ou seja, 66,4%), feijão (acréscimo em torno de 263,5 mil hectares, ou 7,4%) e milho segunda safra (acréscimo de 608,2 mil hectares, ou 4,7%).

Estima-se que a safra de 2010/2011 no país alcançará um volume de 162,1 milhões de toneladas, superando a safra de 2009/2010 em 12,8 milhões de toneladas, ou seja, 8,6%. A soja (75 milhões de toneladas), o milho (57,1 milhões de toneladas) e o feijão (3,8 milhões de toneladas), juntos, responderão por 83,8% da produção total. Mesmo com atraso do período chuvoso e

precipitação abaixo do normal, o plantio e a colheita ocorreram nos prazos estipulados, assegurando uma produtividade de 3.274 kg/ha, ou seja, 4% maior que a da safra de 2009/2010.

Segundo a Conab, em grande parte da região Nordeste, o período chuvoso foi satisfatório, beneficiando as culturas de milho e fei-

Tabela 12 – Brasil. Comparativo de Área, Produtividade e Produção de Grãos. Safra 2009/2010 e Safra 2010/2011

Região/UF	Área (Em mil ha)			Produtividade (Em kg/ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%
Norte	1.647,4	1.754,5	6,5	2.511	2.697	7,4	4.137,3	4.731,6	14,4
Nordeste	7.579,3	8.522,3	12,4	1.580	1.903	20,4	11.973,5	16.214,9	35,4
Maranhão	1.450,8	1.564,6	7,8	1.697	2.181	28,5	2.461,7	3.411,7	38,6
Piauí	1.010,8	1.138,0	12,6	1.370	2.096	53,0	1.384,4	2.385,2	72,3
Ceará	1.059,6	1.201,6	13,4	318	940	195,6	336,6	1.129,9	235,7
Rio Grande do Norte	79,3	158,2	99,5	363	764	110,5	28,8	120,9	319,8
Paraíba	146,6	366,6	150,1	74	557	652,7	10,9	204,1	1.772,5
Pernambuco	557,2	589,8	5,9	436	538	23,4	243,1	317,3	30,5
Alagoas	125,2	128,7	2,8	750	708	-5,6	93,9	91,1	-3,0
Sergipe	232,6	264,8	13,8	3.484	4.163	19,5	810,4	1.102,4	36,0
Bahia	2.917,2	3.110,0	6,6	2.264	2.396	5,8	6.603,7	7.452,3	12,9
Centro-Oeste	15.936,8	16.835,3	5,6	3.289	3.309	0,6	52.408,2	55.707,9	6,3
Sudeste	4.750,7	4.735,6	-0,3	3.646	3.696	1,4	17.323,2	17.500,4	1,0
Sul	17.501,5	17.650,4	0,9	3.623	3.847	6,2	63.412,7	67.896,8	7,1
Norte/Nordeste	9.226,7	10.276,8	11,4	1.746,0	2.038	16,7	16.110,8	20.946,5	30,0
Centro-Sul	38.189,0	39.221,3	2,7	3.486,0	3.598	3,2	133.144,1	141.105,2	6,0
Brasil	47.415,7	49.498,1	4,4	3.148,0	3.274	4,0	149.254,9	162.051,7	8,6

Fonte: CONAB, 2011d.

(*) Produtos Selecionados: caroço de algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), girassol, mamona, milho (1ª, 2ª safras), soja, sorgo, trigo e triticale.

jão. No oeste baiano e no sudoeste piauiense, o clima foi favorável, contribuindo para um bom desenvolvimento da cotonicultura, com perspectiva de elevados índices de produtividade. A previsão indica um excelente desempenho na produção (acréscimo de 4.241 mil toneladas, ou 35,4%), na área plantada (aumento de 943 mil hectares, ou 12,4%) e na produtividade (variação de 20,4%). Os maiores incrementos de produção e produtividade na região são observados na Paraíba, no Rio Grande do Norte e no Ceará, os quais enfrentaram condições climáticas adversas na safra anterior (Tabela 12).

Algodão

Segundo dados da safra 2010/2011, o país deverá colher 5,25 milhões de toneladas de algodão em caroço, representando cresci-

mento em torno de 2,2 milhões de toneladas em relação à safra anterior, correspondente a 72,9%. Muito contribuirá para esse bom desempenho o significativo aumento da área plantada, de 835,7 mil para 1.390,7 mil hectares, assinalando incremento de 66,4%. Esse aumento de produção vem sendo estimulado pela forte alta do preço da pluma, que tem se mantido em patamar elevado nos últimos meses, devido à expressiva redução dos estoques mundiais.

No contexto regional, o Nordeste segue o panorama nacional, com previsão de significativo aumento na sua produção, da ordem de 58,3% com relação à safra de 2009/2010, alcançando 1,7 milhão de toneladas na safra de 2010/2011 e um aumento de 56,6% na área cultivada, chegando a utilizar 451,9 mil hectares.

Os produtores localizados nas áreas de cerrado do Piauí, do Maranhão e da Bahia deverão experimentar os maiores incrementos na produção: 204,9%, 57,5% e 55,4%, respectivamente. A expectativa é que os estados nordestinos, com exceção de Pernambuco, apresentem crescimento da produção (Tabela 13).

No mercado internacional, o baixo estoque mundial que, segundo o Cepea/Esalq (2011d), chegou à menor relação estoque/consumo dos últimos 15 anos, conseguiu sustentar os preços do algodão, em alta durante o período de agosto de 2010 a abril de 2011. O relatório do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) indica quebra da safra nos EUA, notadamente no Texas, o maior produtor do país. A maior parte das lavouras se encontra em estágio ruim ou muito ruim, podendo comprometer o desenvolvimento vegetativo. Além disso, verifica-se uma diminuição nos pedidos das

indústrias têxteis da China, maior comprador mundial. Segundo dados da Associação do Algodão da China, a diminuição deve-se ao fato do país possuir excesso de estoque de fios. Dessa forma, baseando-se no mercado futuro da Bolsa de Nova Iorque, as cotações semanais fecharam em queda.

No cenário nacional, os preços do algodão em pluma se retraíram desde as duas últimas semanas de maio, devido à demanda menor por parte das indústrias e ao interesse dos produtores de algodão em diminuir os últimos lotes da safra passada. Alguns compradores da matéria-prima possuíam estoques de fios suficientes para abastecer suas atividades em curto prazo, pretendendo voltar apenas na disponibilização de alguns lotes da nova temporada. Segundo o Cepea, os preços de algodão em pluma ficaram bem abaixo da paridade de exportação (piso para os preços domésticos calculados pelo Cepea diariamente).

Tabela 13 – Algodão em Caroco. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safra 2009/2010 e Safra 2010/2011

Região/Estado	Área (Em mil ha)			Produtividade (Em kg/ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%
Norte	4,0	5,5	37,5	3.450	3.527	2,2	13,8	19,4	40,6
Nordeste	288,3	451,6	56,6	3.768	3.806	1,0	1.086,2	1.719,0	58,3
Maranhão	11,3	18,1	60,2	3.814	3.751	-1,6	43,1	67,9	57,5
Piauí	5,9	16,8	184,7	3.458	3.702	7,1	20,4	62,2	204,9
Ceará	2,7	2,8	3,7	741	786	6,1	2,0	2,2	10,0
Rio Grande do Norte	3,0	3,9	30,0	500	641	28,2	1,5	2,5	66,7
Paraíba	0,5	2,3	360,0	200	1.000	400,0	0,1	2,3	2.200,0
Pernambuco	2,5	0,8	-68,0	600	750	25,0	1,5	0,6	-60,0
Alagoas	1,6	1,6	0,0	313	375	20,0	0,5	0,6	20,0
Bahia	260,8	405,3	55,4	3.900	3.900	0,0	1.017,1	1.580,7	55,4
Centro-Oeste	523,4	882,6	68,6	3.562	3.762	5,6	1.864,6	3.319,9	78,0
Sudeste	19,9	49,7	149,7	3.638	3.793	4,2	72,4	188,5	160,4
Sul	0,1	1,3	1.200,0	2.000	2.462	23,1	0,2	3,2	1.500,0
Norte/Nordeste	292,3	457,1	56,4	3.763	3.803	1,1	1.100,0	1.738,4	58,0
Centro-Sul	543,4	933,6	71,8	3.565	3.761	5,5	1.937,2	3.511,6	81,3
Brasil	835,7	1.390,7	66,4	3.634	3.775	3,9	3.037,2	5.250,0	72,9

Fonte: CONAB, 2011d. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

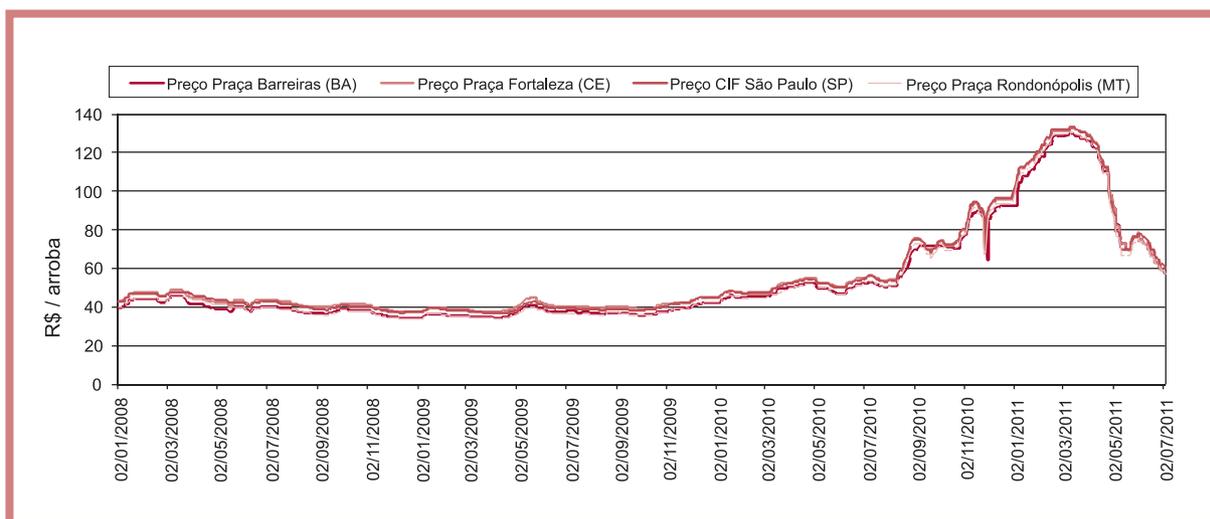


Gráfico 19 – Evolução dos Preços da Arroba da Pluma de Algodão em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), CIF São Paulo e Rondonópolis (MT), de janeiro/2008 a julho/2011

Fonte: CMA, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

No início de julho de 2011 a arroba da pluma de algodão foi cotada a R\$ 59,52 em São Paulo (queda de 51,8% em relação aos R\$ 123,40 registrados em abril deste ano). Em Barreiras (BA), a arroba foi comercializada a R\$ 57,20 (queda de 52,6% em três meses), o mesmo ocorrendo em Fortaleza (queda de 53,9%)¹.

Para 2011, não há perspectiva de crescimento dos estoques de fios, os quais foram suficientes para curto prazo. Os compradores de fios alegaram que devido à redução dos preços da pluma do algodão, o preço do manufaturado desvalorizou-se, desestimulando as fiações que seguem com problemas de escoamento do produto. Mesmo com crescimento na safra de 2010/2011, segundo a Conab, a produção não será suficiente para influenciar o mercado de forma significativa (Gráfico 19).

Feijão

Segundo o décimo levantamento para 2010/2011, realizado pela Conab, a área plan-

tada com feijão (1ª, 2ª e 3ª safras) no Brasil foi estimada em 3,9 milhões de hectares, acusando crescimento de 7,3% em relação à safra passada. Dos fatores mais apontados para essa variação sobressaíram os elevados preços praticados no final da safra anterior.

Estima-se que a produção atinja 3,8 milhões de toneladas, significando alta de 14,3% em relação à safra 2009/2010, pois, além do aumento da área plantada, as melhores condições climáticas observadas na safra 2010/2011 deverão resultar na elevação da produtividade, que poderá alcançar 981 kg/ha.

Para o Nordeste, espera-se um aumento de 11% na área plantada, em relação à safra de 2009/2010. As condições climáticas favoráveis à cultura deverão resultar na recuperação da produtividade média, estimada em 512 kg/ha, 35,1% superior à da safra anterior. Nesse contexto, espera-se um incremento de 50,1% na produção nordestina de feijão, com destaque para a Paraíba, o Rio Grande do Norte, o Piauí e o Ceará (Tabela 14).

1 Valores referentes a 5/07/2011.

Tabela 14–Feijão Total. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2009/2010 e 2010/2011

Região/UF	Área (Em mil ha)			Produtividade (Em kg/ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%
Norte	143,0	141,6	-1,0	573	764	33,4	81,9	108,2	32,1
Nordeste	1.843,6	2.045,6	11,0	379	512	35,2	698,1	1.047,5	50,1
Maranhão	85,0	88,2	3,8	329	469	42,5	28,0	41,4	47,9
Piauí	213,8	236,6	10,7	159	416	160,8	34,1	98,4	188,6
Ceará	458,2	476,1	3,9	184	431	133,8	84,5	205,3	143,0
Rio Grande do Norte	31,8	71,5	124,8	252	565	124,6	8,0	40,4	405,0
Paraíba	73,0	184,0	152,1	51	401	691,3	3,7	73,8	1.894,6
Pernambuco	264,6	306,7	15,9	334	423	26,4	88,5	129,7	46,6
Alagoas	62,6	66,4	6,1	540	485	-10,2	33,8	32,2	-4,7
Sergipe	42,6	36,0	-15,5	636	800	25,8	27,1	28,8	6,3
Bahia	612,0	580,1	-5,2	638	685	7,4	390,4	397,5	1,8
Centro-Oeste	257,7	376,2	46,0	1.914	1.581	-17,4	493,2	594,8	20,6
Sudeste	626,5	595,2	-5,0	1.552	1.614	4,0	972,1	960,4	-1,2
Sul	738,0	713,7	-3,3	1.460	1.522	4,3	1.077,2	1.086,2	0,8
Norte/Nordeste	1.986,6	2.187,2	10,1	393	528	34,6	780,0	1.155,7	48,2
Centro-Sul	1.622,2	1.685,1	3,9	1.567	1.568	0,0	2.542,5	2.641,4	3,9
Brasil	3.608,8	3.872,3	7,3	921	981	6,5	3.322,5	3.796,9	14,3

Fonte: CONAB, 2011d. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

Devido à redução da oferta no mercado interno, os preços do feijão, praticados em 2010, atingiram um patamar bastante elevado, mostrando um comportamento mais firme. Para este ano, as condições climáticas

têm proporcionado um excelente desenvolvimento da cultura e ampliado significativamente a oferta; nesse contexto os preços recuaram no primeiro semestre de 2011.

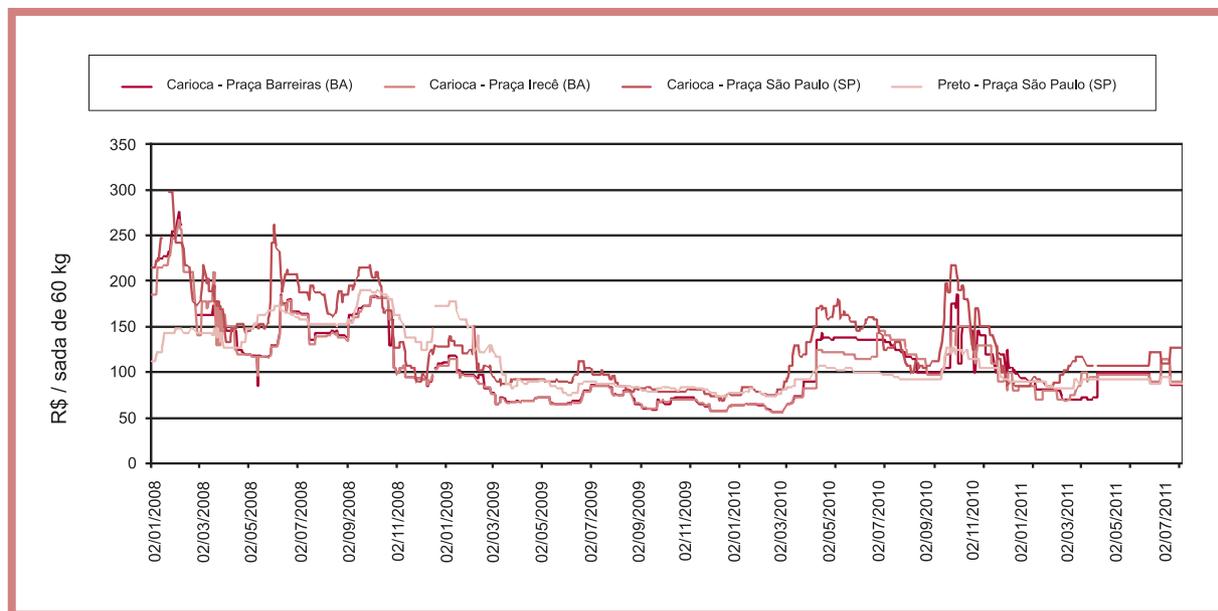


Gráfico 20 – Evolução dos Preços da Arroba da Pluma de Algodão em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), CIF São Paulo e Rondonópolis (MT), de janeiro/2008 a julho/2011

Fonte: CMA, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

Em Barreiras (BA), o preço da saca do feijão tipo carioca de 60 kg foi comercializado a R\$ 86,00², baixa de 35% em relação ao mesmo período de 2010; em Irecê (BA), a saca foi cotada a R\$ 90,00, com desvalorização de 35,7% no mesmo período. No mercado de São Paulo, o feijão carioca tipo 1 registrou pequeno aumento de 2%, enquanto o feijão preto sofreu redução de 26%, sendo a saca de 60 Kg cotada a R\$ 127,50 e R\$ 87,50, respectivamente (Gráfico 20).

Milho

Devido à boa desenvoltura do cultivo do milho na maioria dos estados produtores, para a safra 2010/2011 estima-se um crescimento de 4,7% na área plantada, alcançando 13,6 milhões de hectares. Espera-se uma produção de 57,1 milhões de toneladas, sendo 35,4 milhões oriundas da primeira safra e 21,7 milhões de toneladas provenientes da segunda.

O Nordeste apresentará expressivo incremento de área plantada com milho (15,9%), o que, aliado às condições climáticas favoráveis, proporcionará uma produtividade de 2.015 kg/ha, 24,9% superior ao observado na safra anterior, porém muito aquém da média nacional (4.200 kg/ha).

A produção foi estimada em 6,1 milhões de toneladas, significando incremento de 1,9 milhão de toneladas, equivalente a 44,7%. Esse resultado só não será maior devido à opção dos produtores do oeste baiano pelo cultivo de algodão e soja. Com relação à Bahia, maior produtor nordestino de milho, há estimativa de queda na produção (0,2%), na área plantada (0,4%) e no rendimentos (0,2%), prevendo-se uma colheita de 2,3 milhões de toneladas do grão.

Os maiores incrementos na área plantada, na produtividade e, conseqüentemente, na produção deverão ocorrer na Paraíba, no Rio Grande do Norte, no Ceará, no Piauí e em Sergipe (segundo maior produtor do grão na região), devido à recuperação do plantio e da produtividade em relação à safra 2009/2010, afetada sobremaneira pela irregularidade das chuvas (Tabela 15).

No mercado internacional, a valorização do milho em 2010 foi atribuída aos baixos estoques e ao aquecimento da demanda. No primeiro semestre de 2011, as cotações permaneceram em alta, sustentadas pela menor produção na Argentina e pelo crescimento do consumo nos Estados Unidos. Percebe-se que no mercado internacional para a cultura do milho, entre outras *commodities*, foram praticados preços bastante elevados, no primeiro semestre de 2011, assim como verificou-se uma forte volatilidade nos últimos meses.

Segundo o Cepea, os preços futuros na Bolsa de Chicago já acumulavam alta desde o início de maio, mas, a partir de junho, ocorreram quedas abruptas, devido a incertezas que influenciaram as cotações do grão. Importa destacar que a queda nas cotações, não só do milho, mas também da soja e do trigo, deveu-se à determinação de retirada do subsídio de US\$ 0.45 / litro de etanol. A USDA informou que a produção referente à safra mundial 2011/2012 poderá totalizar 867,7 milhões de toneladas, significando crescimento de 6,4%. A expectativa é que os preços no mercado externo, para o segundo semestre, também tendem a seguir firmes (CEPEA; ESALQ, 2011g).

No Brasil, pelo fato de encontrar-se com o mercado aquecido, os preços do cereal

2 Valores referentes a 5/07/2011.

Tabela 15 – Milho Total (1ª e 2ª Safras). Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2009/2010 e 2010/2011

Região/UF	Área (Em mil ha)			Produtividade (Em kg/ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%
Norte	514,0	538,7	4,8	2.503	2.763	10,4	1.286,5	1.488,3	15,7
Nordeste	2.648,7	3.070,0	15,9	1.613	2.015	24,9	4.273,6	6.185,7	44,7
Maranhão	382,4	477,6	24,9	1.470	2.106	43,3	562,1	1.005,8	78,9
Piauí	309,9	350,8	13,2	1.141	2.016	76,7	353,6	707,2	100,0
Ceará	535,6	638,4	19,2	327	1.225	274,7	175,1	782,0	346,6
Rio Grande do Norte	87,0	73,6	-15,4	106	740	600,2	9,2	54,5	492,4
Paraíba	69,6	175,9	152,7	91	710	684,5	6,3	124,9	1.882,5
Pernambuco	272,5	273,9	0,5	461	640	38,9	125,6	175,3	39,6
Alagoas	58,0	57,7	-0,5	721	712	-1,2	41,8	41,1	-1,7
Sergipe	176,8	218,5	23,6	4.088	4.683	14,5	722,8	1.023,2	41,6
Bahia	806,9	803,6	-0,4	2.822	2.827	0,2	2.277,1	2.271,7	-0,2
Centro-Oeste	3.723,3	3.819,9	2,6	4.541	4.372	-3,7	16.906,8	16.700,0	-1,2
Sudeste	2.113,3	2.098,1	-0,7	5.071	5.188	2,3	10.715,6	10.884,4	1,6
Sul	3.994,6	4.075,4	2,0	5.717	5.365	-6,2	22.835,6	21.864,5	-4,3
Norte/Nordeste	3.162,7	3.608,7	14,1	1.758	2.127	21,0	5.560,1	7.674,0	38,0
Centro-Sul	9.831,2	9.993,4	1,6	5.132	4.948	-3,6	50.458,0	49.448,9	-2,0
Brasil	12.993,9	13.602,1	4,7	4.311	4.200	-2,6	56.017,1	57.122,9	2,0

Fonte: CONAB, 2011b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

continuam elevados e sustentados pelas incertezas quanto ao volume da 2ª safra, que

já começa a ser colhida, com excelente desempenho; às preocupações com o clima

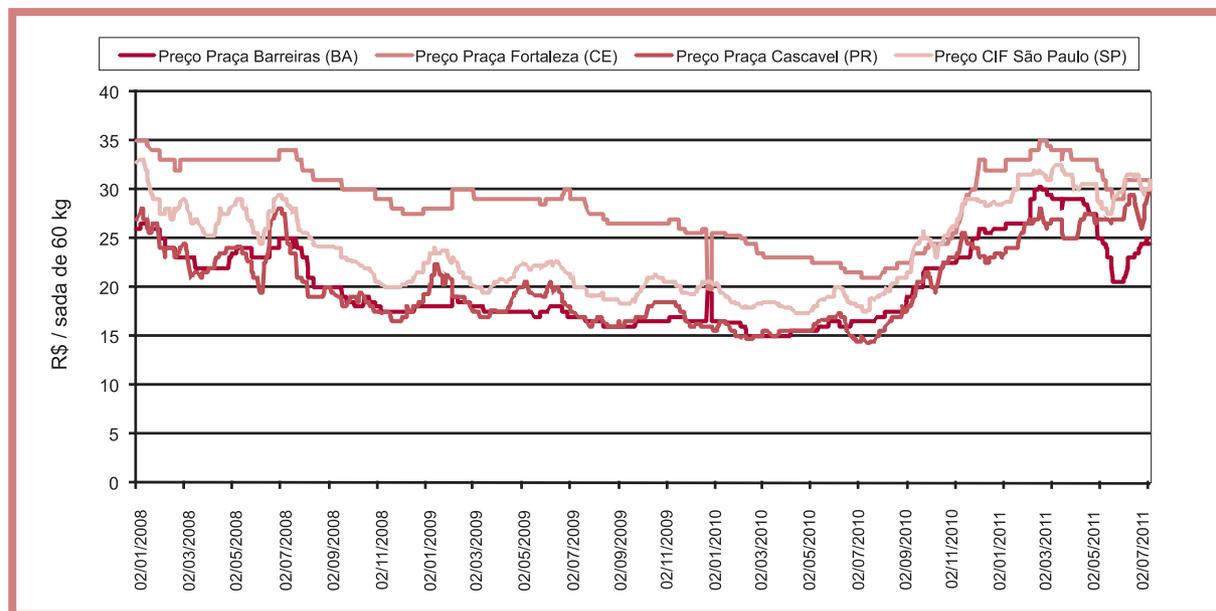


Gráfico 21 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg de Milho em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), Cascavel (PR) e Preço CIF São Paulo, de janeiro/2008 a julho/2011

Fonte: CMA, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

em alguns estados produtores; e, também, ao aquecimento da demanda. Porém, com o avanço na colheita, a cotação do milho deve recuar. No início de julho de 2011, a saca de 60 kg em São Paulo (Preço CIF) foi comercializada a R\$ 31,00³, valor superior em 72,2% ao do mesmo período de 2010. Em Cascavel (PR), o milho foi cotado a R\$ 30,00 (106,9% superior); na praça de Barreiras (BA) foi transacionado a R\$ 24,50 (48,5 % a mais que em 2010); e, em Fortaleza (CE), a cotação chegou a R\$ 31,00, significando valorização de 44,2% (Gráfico 21).

Soja

De acordo com o décimo levantamento da safra 2010/2011, realizado pela Conab, a produção recorde de soja no Brasil, alcançando 75 milhões de toneladas, 9,2% superior à safra 2009/2010, mantém o ritmo de crescimento das últimas safras. A área plantada foi ampliada em 3%, e as condições climáticas foram favoráveis ao desenvolvimento da cultura, o que possibilitou o incremento de 6,1% na produtividade. A região Centro-Sul sofreu com atrasos de chuvas de 20 a 30 dias, porém, o desenvolvimento da cultura se deu no prazo, e, logo após o plantio, de certa forma o clima beneficiou a lavoura.

Na região Centro-Oeste, responsável por 45% da produção nacional, destaca-se Mato Grosso, com 20,4 milhões de toneladas. Na região Sul, responsável por 38% da produção nacional (28,5 milhões de toneladas), deverá ocorrer um incremento de 11,2% na produção. O Paraná deverá participar da produção regional com 15,4 milhões de toneladas, 9,6% superior à da safra anterior.

O Nordeste é a região com maior incremento em área plantada com soja no país, totalizando 1,9 milhão de hectares, 4,2% maior que a da safra 2009/2010. Beneficiada pelas boas condições climáticas, a produtividade deverá chegar a 3.226 kg/ha, 13,2% maior que a da safra anterior e superior à média nacional. A produção regional deverá chegar a 6,2 milhões de toneladas, assinando incremento de 18% em relação à safra 2009/2010.

Todas as áreas nordestinas produtoras de soja houve incremento na produção, com destaque para o sul do Piauí (33,2%) e o sul do Maranhão (20,2%). A Bahia assegura a maior produtividade regional e nacional, igualando-se ao Paraná, com uma média de 3.360 kg/ha (Tabela 16).

Os preços da soja no mercado externo seguiram em alta em abril, maio, junho e início de julho de 2011 (média de US\$ 30,69 pela saca de 60 kg), com média superior aos valores praticados nos últimos 12 meses (US\$ 21,17 pela saca de 60 kg). Esse resultado se deve, provavelmente, ao aquecimento da demanda mundial e à redução dos estoques. A demanda mundial por óleo vegetal nos mercados de alimentos e combustível é crescente. Na China, o maior importador mundial do óleo de soja, as estimativas são de aumento das importações, de 1,75 milhão de toneladas para 2 milhões de toneladas. Em janeiro, o óleo de soja se valorizou acima do observado para farelo de soja e petróleo (CEPEA;ESALQ, 2011h).

No Brasil, apesar da ocorrência de atraso no cultivo, devido às condições climáticas,

3 Valores referentes a 5/07/2011.

Tabela 16 – Soja. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2009/2010 e 2010/2011

Região/UF	Área (Em mil ha)			Produtividade (Em kg/ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%
Norte	574,9	634,8	10,4	2.943	3.060	4,0	1.691,7	1.942,6	14,8
Nordeste	1.861,7	1.940,2	4,2	2.852	3.229	13,2	5.309,5	6.264,2	18,0
Maranhão	502,1	518,2	3,2	2.650	3.087	16,5	1.330,6	1.599,7	20,2
Piauí	343,1	378,1	10,2	2.531	3.060	20,9	868,4	1.157,0	33,2
Bahia	1.016,5	1.043,9	2,7	3.060	3.360	9,8	3.110,5	3.507,5	12,8
Centro-Oeste	10.539,2	10.817,5	2,6	2.997	3.125	4,3	31.586,7	33.804,7	7,0
Sudeste	1.591,2	1.632,1	2,6	2.801	2.764	-1,3	4.457,6	4.511,6	1,2
Sul	8.900,9	9.133,5	2,6	2.881	3.122	8,4	25.642,7	28.516,2	11,2
Norte/Nordeste	2.436,6	2.575,0	5,7	2.873	3.187	10,9	7.001,2	8.206,8	17,2
Centro-Sul	21.031,3	21.583,1	2,6	2.933	3.097	5,6	61.687,0	66.832,5	8,3
Brasil	23.467,9	24.158,1	2,9	2.927	3.106	6,1	68.688,2	75.039,3	9,2

Fonte: CONAB, 2011d. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

isso não comprometeu o bom desenvolvimento da lavoura, havendo estimativa de safra recorde, o que garantiu mais estabilidade no preço da soja no mercado interno no início do segundo semestre de 2011.

De acordo com o índice Cepea/Esalq, a saca da soja foi comercializada a R\$ 46,10⁴ em São Paulo, assinalando alta de 25,1%. Em Sorriso (MT), a soja experimentou valorização de 19,2%, sendo a saca cotada a

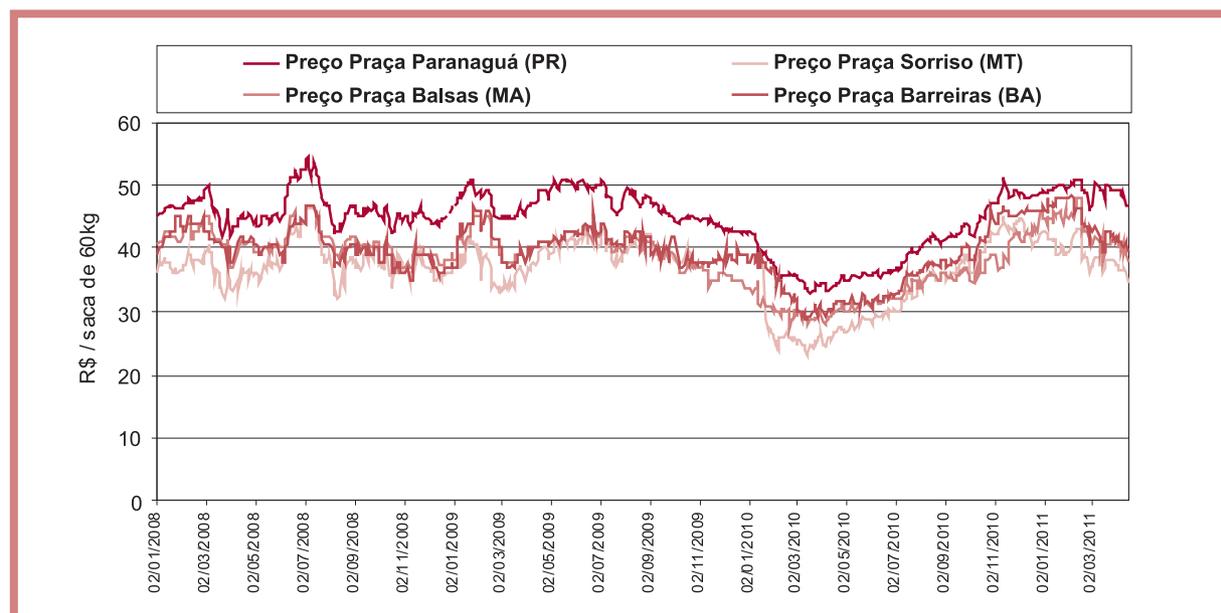


Gráfico 22 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg da Soja em Balsas (MA), Barreiras (BA), Sorriso (MT) e Paranaguá (PR) pelo Indicador CEPEA/ESALQ, de janeiro/2008 a abril/2011

Fonte: CMA, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

12 Valores referentes a 5/07/2011.

R\$ 36,00. No Nordeste, observou-se o mesmo comportamento dos preços: em Balsas (MA), a saca de 60 kg foi comercializada a R\$ 40,00 (24,6% superior); e em Barreiras (BA) a cotação chegou a R\$ 39,00, o que representa valorização de 18,9% (Gráfico 22).

Café

A segunda estimativa (CONAB, 2011b) da safra 2011 de café, realizada pela Conab, prevê que a área destinada à produção de café totalize 2.057,8 mil hectares. Comparada à da safra de 2010, a área cultivada com café sofrerá redução de 18,8 mil hectares, correspondente a 0,9% da área total. A produção segue a mesma trajetória, devendo finalizar esta safra com valores bem

abaixo daqueles praticados na safra de 2010. Esse desempenho se deve à baixa bienualidade do ano 2011.

Para a safra 2011, estima-se uma produção de 43,5 milhões de sacas de 60 kg de café beneficiado, 9,5% inferior à da safra 2010, consequência da menor produção do arábica, que baixou de 36,8 milhões de sacas de 60 kg para 32,2 milhões. Na safra 2011, o café arábica deverá representar 73,9% do total de café beneficiado no país.

Para a Bahia, maior polo cafeeiro do Nordeste, estima-se um crescimento de 8% na produção de café beneficiado, passando de 2,3 milhões de sacas para 2,5 milhões, resultado do incremento de 1,9% na produção

Tabela 17 – Café Beneficiado Comparativo de Área e Produção. Safras 2010 e 2011(*)

UF/Região	Área (em ha)			Produção (em mil sacas beneficiadas)							Var. total %
				Safra 2010			Safra 2011				
	Safra 2010	Safra 2011	Var. %	Arábica	Robusta	Total	Arábica	Robusta	Total		
Minas Gerais	1.006.719,0	997.498,0	-0,9%	24.903,0	252,0	25.155,0	21.848,0	276,0	22.124,0	-12,0%	
Sul e Centro-Oeste	509.687,0	502.628,0	-1,4%	12.616,0	-	12.616,0	10.492,0	-	10.492,0	-16,8%	
Cerrado - Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste	162.217,0	163.053,0	0,5%	5.652,0	-	5.652,0	4.345,0	-	4.345,0	-23,1%	
Zona da Mata - Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce Central e Norte	334.815,0	331.817,0	-0,9%	6.635,0	252,0	6.887,0	7.011,0	276,0	7.287,0	5,8%	
Espírito Santo	460.193,0	455.775,0	-1,0%	2.792,0	7.355,0	10.147,0	2.932,0	8.090,0	11.022,0	8,6%	
São Paulo	167.147,0	168.283,0	0,7%	4.662,0	-	4.662,0	3.475,0	-	3.475,0	-25,5%	
Paraná	81.874,0	75.497,0	-7,8%	2.284,0	-	2.284,0	1.705,0	-	1.705,0	-25,4%	
Bahia	139.550,0	139.883,0	0,2%	1.727,9	564,8	2.292,7	1.749,7	726,0	2.475,7	8,0%	
Cerrado	12.273,0	12.606,0	2,7%	485,5	-	485,5	483,8	-	483,8	-0,4%	
Planalto	103.344,0	102.338,0	-1,0%	1.242,4	-	1.242,4	1.265,9	-	1.265,9	1,9%	
Atlântico	23.933,0	24.939,0	4,2%	-	564,8	564,8	-	726,0	726,0	28,5%	
Rondônia	154.879,0	154.879,0	0,0%	-	2.369,0	2.369,0	-	1.624,5	1.624,5	-31,4%	
Mato Grosso	15.186,0	18.143,0	19,5%	16,3	186,8	203,1	13,4	153,5	166,9	-17,8%	
Pará	13.500,0	10.533,0	-22,0%	-	228,6	228,6	-	175,9	175,9	-23,1%	
Rio de Janeiro	13.100,0	12.807,0	-2,2%	237,6	12,5	250,1	257,3	13,5	270,8	8,3%	
Outros	24.477,0	24.477,0	0,0%	201,3	302,0	503,3	201,3	302,0	503,3	0,0%	
BRASIL	2.076.625,0	2.057.775,0	-0,9%	36.824,1	11.270,7	48.094,8	32.181,8	11.361,4	43.543,2	-9,5%	

Fonte: CONAB, 2011b.

de café arábica e de 28,5% na produção de café conilon na região do Planalto. Mesmo em ano de biennialidade negativa, a Bahia deverá obter bons resultados na safra 2011 de café, devido às condições climáticas favoráveis ao desenvolvimento da cultura e das novas lavouras de robusta (influenciada também pelo bom preço praticado na região) (Tabela 17).

Desde o segundo semestre de 2010, o preço do café vem apresentando expressivo crescimento, impulsionado pela queda dos estoques mundiais, pelo avanço do consumo e pela redução da produção em outros países produtores, devido às condições climáticas adversas, como é o caso da Colômbia e de Uganda, assim como do Vietnã, maior produtor mundial de robusta (CEPEA; ESALQ, 2011f).

No mercado interno, a valorização do café tem sido impulsionada pela restrição de grãos de qualidade e pelo aumento da demanda interna e externa. Os preços do tipo arábica seguiram firmes. Em julho de 2011, a cotação na capital paulista aumentou 48,3%, sustentada pela menor oferta de grãos de qualidade.

No caso do conilon (robusta) o crescimento pelo índice Cepea/Esalq foi de 25,6%, em relação ao mesmo período de 2010. A demanda por esse tipo vem crescendo, impulsionada pelas valorizações do arábica. Em Vitória da Conquista (BA), o café Bica Rio T6/7 foi comercializado a R\$ 290,00, aumentando 31,8% em relação à cotação de julho de 2010. Enquanto isso, o Bica Dura T6/7 foi cotado a R\$ 455,00, assinalando alta de 56,9%. A cotação do café despulpado elevou-se em 50,7%, chegando a R\$ 520,00 (Gráfico 23).

Cana-de-açúcar

De acordo com o primeiro levantamento da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar, a estimativa da Conab é de expansão da atividade sucroalcooleira no Brasil. A área total cultivada deverá ocupar 8.442,8 mil hectares, 4,8% superior à da safra 2010/2011, devido ao acréscimo das novas áreas de plantio das usinas recém-instaladas no país.

Os dados apontam avanços de 2,9% no volume de cana moída, em relação ao da sa-

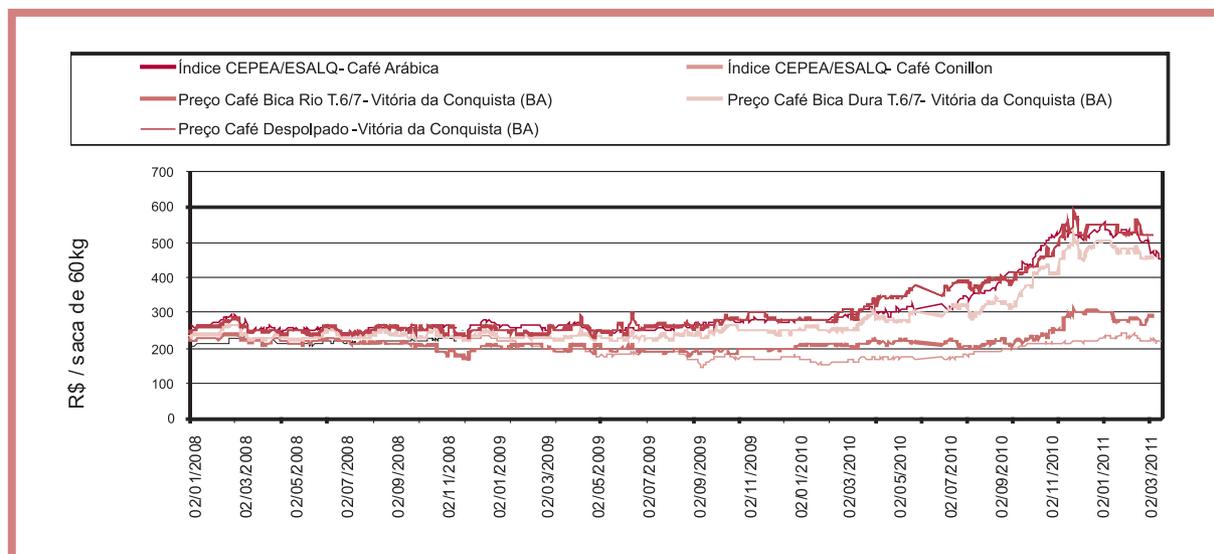


Gráfico 23 –Evolução dos Preços da Sacca de 60 kg em Vitória da Conquista (BA) dos Cafés Bica Dura T.6/7, Bica Rio T. 6/7 e Despulpado e Índice CEPEA/ESALQ para os Cafés Arábica e Conillon, de janeiro/2008 a julho/2011

Fonte: CMA, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

fra 2010/2011, totalizando 641,9 milhões de toneladas. Esse crescimento se deve à ampliação da área plantada com o objetivo de recuperar o que foi perdido na safra passada, já que a precipitação pluviométrica em nível abaixo da média em 2010 ocasionou queda da produtividade da safra 2010/2011 nas principais regiões produtoras.

Da safra 2010/2011, 48,1% da cana esmagada no país devem ser destinados à produção de açúcar e o restante para etanol, o que deverá gerar 308.880,2 mil toneladas de açúcar e 27.090.915,6 mil de litros de etanol, significando uma redução de 1,8% na produção do biocombustível (CONAB, 2011c).

Para o Nordeste, há previsão de crescimento de 6,4% na produção, decorrente, princi-

palmente, do incremento de área plantada na Bahia (24,8%), no Ceará (17,6%) e em Sergipe (16,4%), como também da melhora na produtividade em Pernambuco (14,2%), no Rio Grande do Norte (13,4%) e na Paraíba (12%). Na safra 2010/2011, a produção nordestina de cana-de-açúcar deverá totalizar quase 66 milhões de toneladas, sendo que Alagoas responderá por 43,7%, Pernambuco produzirá 27,2% e a Paraíba participará com 9,2% (Tabela 18).

No primeiro semestre de 2011, a cotação do açúcar experimentou expressivo aumento no mercado externo, acompanhando o desempenho de outras *commodities*. O aquecimento da demanda e a queda da oferta decorrente da quebra de safras nos maiores

Tabela 18 – Cana de Açúcar Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2010/11 e 2011/12

Região/UF	Área (Em mil ha)			Produtividade (Em kg/ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 10/11	Safra 11/12	Var%	Safra 10/11	Safra 11/12	Var%	Safra 10/11	Safra 11/12	Var%
NORTE	19,6	36,5	86,2	65.224	76.356	17,1	1.278,4	2.787,0	118,0
NORDESTE	1.113,2	1.108,0	(0,5)	55.767	59.624	6,9	62.079,4	66.063,3	6,4
Maranhão	42.100,0	42.130,0	0,1	55	60	8,6	2.327,5	2.529,9	8,7
Piauí	13.290,0	12.910,0	(2,9)	63	70	10,8	836,9	900,4	7,6
Ceará	2.760,0	3.250,0	17,8	65	59	(10,5)	180,5	190,3	5,4
Rio Grande do Norte	65.720,0	62.780,0	(4,5)	42	47	13,4	2.729,4	2.955,9	8,3
Paraíba	111.800,0	115.940,0	3,7	47	53	12,0	5.246,3	6.092,8	16,1
Pernambuco	348.820,0	32.430,0	(90,7)	48	553	1.047,6	16.820,8	17.946,1	6,7
Alagoas	451.199,0	450.750,0	(0,1)	65	64	(0,7)	29.120,4	28.890,8	(0,8)
Sergipe	36.990,0	43.060,0	16,4	55	64	16,4	2.025,6	2.745,0	35,5
Bahia	42.570,0	53.140,0	24,8	66	72	9,4	2.792,2	3.812,1	36,5
Centro-Oeste	1.202,5	1.377,4	14,5	77.626	78.121	0,6	93.344,7	107.603,5	15,3
Sudeste	5.136,5	5.299,9	3,2	82.507	78.960	(4,3)	423.799,5	418.482,7	(1,3)
Sul	584,0	621,1	6,4	74.320	75.745	1,9	43.403,1	47.045,5	8,4
Norte/Nordeste	1.132,9	1.144,5	1,0	55.925	60.158	7,6	63.357,8	68.850,3	8,7
Centro-Sul	6.923,1	7.298,3	5,4	80.968	78.529	(3,0)	560.547,3	573.131,7	2,2
Brasil	8.056,0	8.442,8	4,8	77.446	76.039	(1,8)	623.905,1	641.982,0	2,9

Fonte: CONAB, 2011e.

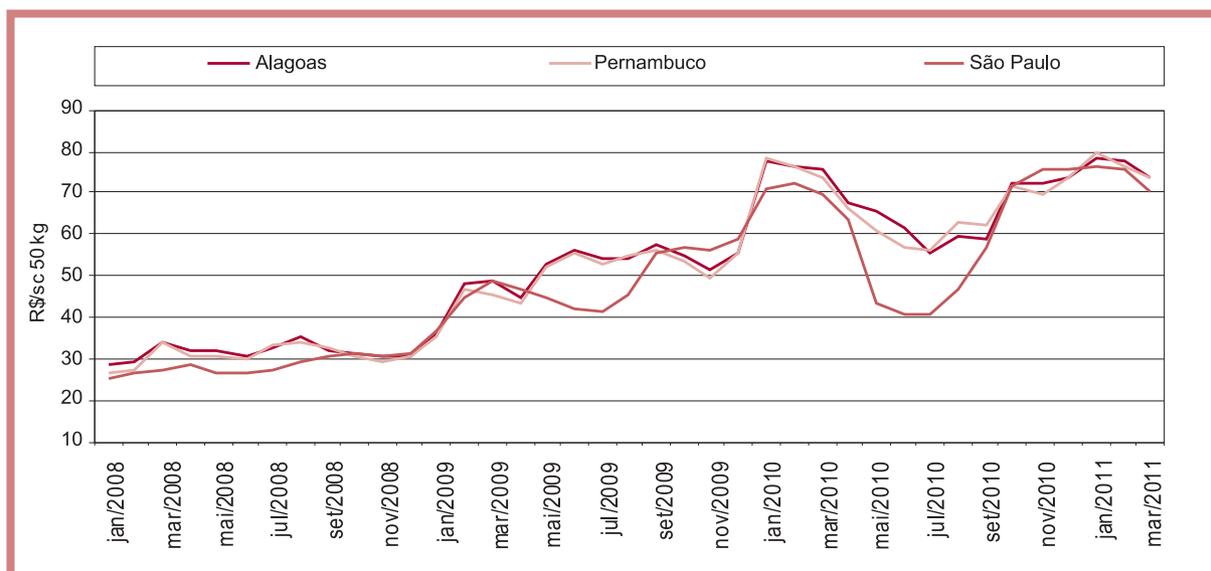


Gráfico 24 – Evolução dos Preços da Saca de 50 kg do Açúcar Cristal em Alagoas, Pernambuco e São Paulo pelo Índice CEPEA/ESALQ, de janeiro/2008 a março/2011

Fonte: CEPEA; ESALQ, 2011. Elaboração: BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

produtores mundiais foram os principais fatores de sustentação do preço do açúcar no mercado internacional. Em 2010, efeitos climáticos adversos prejudicaram a produção na Índia, na Austrália, no Paquistão e na Indonésia, diminuindo a oferta mundial.

Para a safra de 2011/2012, a Organização Internacional do Açúcar (OIA) projetou um superávit de três milhões de toneladas e um excedente de 1 milhão a 1,5 milhão de toneladas.

No mercado nacional, os preços do açúcar sofreram queda no primeiro semestre, devido à aceleração do ritmo da produção de açúcar no estado de São Paulo, aumentando a oferta interna do açúcar cristal. Em junho de 2011, a saca de 50 kg foi comercializada a R\$ 69,18 em Alagoas e em Pernambuco, e a R\$ 54,91 em São Paulo, pelo indicador m

Cepea/Esalq, com baixas de 11,4%, 13,1% e 28%, respectivamente, em relação a janeiro de 2011 (Gráfico 24).

Para o início do primeiro semestre de 2011, os preços do etanol experimentaram crescimento, por causa da entressafra da cana-de-açúcar. Porém, para o início de maio, o produto foi cotado em baixa nos principais mercados. Essas reduções são explicadas, em parte, pela entrada de novas usinas no mercado. Os preços do etanol foram baixos em grande parte das principais praças do país. De acordo com Indicador Mensal Cepea/Esalq, em maio de 2011 o preço do álcool anidro diminuiu 3,8% em Alagoas e 41,9% em São Paulo, elevando-se 3,4% em Pernambuco, frente ao mês anterior. O hidratado sofreu, também, redução de 2% em Alagoas e de 27,6% em São Paulo (Gráfico 25).

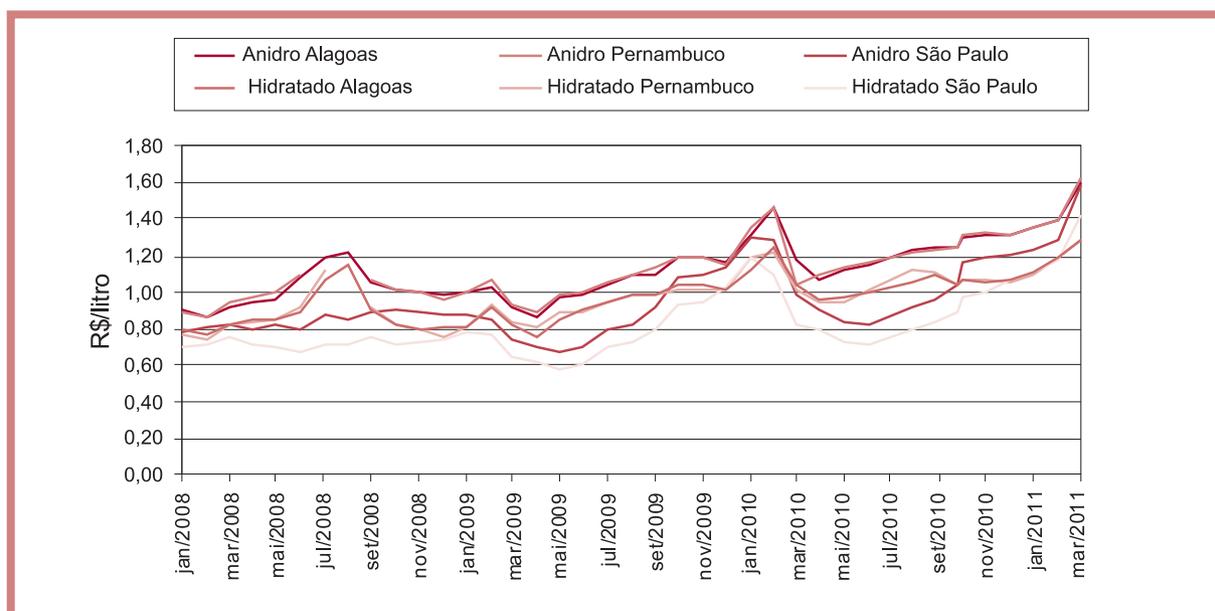


Gráfico 25 – Evolução dos Preços do Litro do Alcool Anidro e Hidratado em Alagoas, Pernambuco e São Paulo pelo Índice CEPEA/ESALQ, de janeiro/2008 a março/2011

Fonte: CEPEA; ESALQ, 2011m. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

3.4.3 - Pecuária

O mercado do boi gordo pouco se alterou no segundo trimestre, sendo que a queda nos indicadores de preços não resultou do crescimento da oferta de animais criados a pasto e sim da lentidão nas vendas da carne no atacado, prejudicadas, em abril, pela baixa demanda na Semana Santa.

Em abril, o indicador Esalq/BM&FBovespa fechou em R\$ 103,22/@, 1,4% inferior a março (CEPEA;BM&F, 2010a). Em maio, devido a um pequeno aumento da oferta em comparação com os meses anteriores e à diminuição dos preços da carne no atacado, os frigoríficos exerceram forte pressão para negociar o boi a preços menores, o que acarretou redução do indicador para R\$ 98,61, representando nova queda de 4,5% em relação a abril. A chegada da época de safra aumentou um pouco a oferta em julho, com o indicador caindo para R\$ 96,45, nova baixa de 2,3% (CEPEA;BM&F, 2010b; CEPEA/BM&F, 2010c).

Segundo informações das agências do BNB localizadas nas principais regiões produtoras de bovinos, no Maranhão, o preço mé-

dio em junho foi de R\$ 86,40/@, chegando a R\$ 90,00/@ em alguns municípios, devido ao período de safra para o boi gordo. O leite adquirido diretamente do produtor, no mesmo período, foi cotado a R\$ 0,68/l. Na Bahia, pela mesma razão, a arroba do boi gordo alcançou R\$ 94,00, em média, enquanto o leite pago foi também negociado a R\$ 0,68/l.

A oferta de leite continuou restrita em abril, devido à redução da área de pastagens e ao aumento no preço do concentrado, elevando o preço médio nacional para R\$ 0,7956/l, ficando o da Bahia em R\$ 0,6973/l. Em maio, a continuidade da entressafra, com restrição da oferta em outras regiões produtoras, elevou a média nacional para R\$ 0,8399/l, enquanto a da Bahia subiu

para R\$ 0,7174/l. Em julho, apesar de haver aumentado a produção de leite no Sul, a redução nas demais regiões levou a nova alta no preço nacional, para R\$ 0,8645/l, aumentando o preço da Bahia para R\$ 0,7291/l.

A tendência é de estabilidade de preços, devendo a oferta aumentar em agosto (CEPEA/BM&F, 2010d; CEPEA/BM&F, 2010e; CEPEA/BM&F, 2010f).

REFERÊNCIAS

ABIQUIM. **Relatório de acompanhamento conjuntural (RAC)**. Disponível em: <<http://www.abiquim.org.br>>. Acesso em: 31 jul. 2011.

AGRAFNP. **Anualpec**: anuário da pecuária brasileira. São Paulo: AgraFNP, 2010.

ANFAVEA. **Carta da Anfavea**, julho/2011. Disponível em: <http://www.anfavea.com.br/carta.html>. Acesso em 16 jul. 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 24 abr. 2011a.

_____. Política monetária e operações de crédito do SFN. **Notas econômico-financeiras para a imprensa**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 17 jul. 2011b.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL; FEDERAÇÕES DO COMÉRCIO. **Confiança e intenção de compra do consumidor da região Nordeste – julho 2011**. Disponível em: <http://d001int05/content/aplicacao/Sobre_Nordeste/Estudos_e_Pesquisas/gerados/obras_cientificas_bnb.asp>. Acesso em: 20 jul. 2011a.

_____. **Perfil de endividamento do consumidor da região Nordeste**, jul. 2011. Disponível em: <http://d001int05/content/aplicacao/Sobre_Nordeste/Estudos_e_Pesquisas/gerados/obras_cientificas_bnb.asp>. Acesso em: 20 jul. 2011b.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Agrostat**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/agrostat>>. Acesso em: 05 jul. 2011a.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb**: balança comercial. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.aliceweb.gov.br>>. Acesso em: 04 ago. 2011b.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.aliceweb.gov.br>>. Acesso em: 04 ago. 2011c.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb**. Disponível em: <<http://www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 31 jul. 2011d.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança Comercial**, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 04 ago. 2011e.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança Comercial**, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 30 jul. 2011f.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <<http://www.mpog.gov.br>>. Acesso em: 30 jul. 2011g.

CEPEA; ESALQ. **Agromensal**: indicadores de preços: boi, jun. 2011. Disponível em:

<<http://www.cepea.esalq.usp.br/xls/SBOI.XLS>>. Acesso em: 11 jul. 2011a.

_____. **Agromensal:** informações de mercado, abr. 2011. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2011/04_abril/Pecuaria.htm>. Acesso em: 11 jul. 2011b.

_____. **Agromensal:** informações de mercado, abr. 2011. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Abril_11.doc>. Acesso em: 11 jul. 2011c.

_____. **Agromensal:** informações de mercado. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2011/05_maio/Acuca-rAlcool.htm>. Acesso em: 30 jun. 2011d.

_____. **Agromensal:** informações de mercado. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2011/05_maio/Algodao.htm>. Acesso em: 29 jun. 2011e.

_____. **Agromensal:** informações de mercado. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2011/05_maio/Cafe.htm>. Acesso em: 30 jun. 2011f.

_____. **Agromensal:** informações de mercado. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2011/05_maio/Milho.htm>. Acesso em: 30 jun. 2011g.

_____. **Agromensal:** informações de mercado. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2011/05_maio/Soja.htm>. Acesso em: 29 jun. 2011h.

_____. **Agromensal:** informações de mercado, jun. 2011. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Junho_11.doc>. Acesso em: 11 jul. 2011i.

_____. **Agromensal:** informações de mercado, maio 2011. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2011/05_

[maio/Pecuaria.htm](http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2011/05_maio/Pecuaria.htm)>. Acesso em: 11 jul. 2011j.

_____. **Agromensal:** informações de mercado, maio 2011. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Maio_11.doc>. Acesso em: 11 jul. 2011k.

_____. **Indicadores de preços:** açúcar. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/acucar/>>. Acesso em: 07 jul. 2011l.

_____. **Indicadores de preços:** etanol. Disponível em:

<<http://www.cepea.esalq.usp.br/etanol/>>. Acesso em: 07 jul. 2011m.

CMA. **Trading analysis information.** São Paulo: CMA, 2011.

CONAB. **Acompanhamento de safra brasileira:** café, safra 2011, segunda estimativa, jan. 2011. Brasília: Conab, 2011a.

_____. **Acompanhamento da safra brasileira:** café, safra 2011, segunda estimativa, maio/2011. Brasília: Conab, 2011b.

_____. **Acompanhamento de safra brasileira:** cana-de-açúcar, safra 2011/2012, primeiro levantamento, maio 2011. Brasília: Conab, 2011c.

_____. **Acompanhamento de safra brasileira:** grãos, safra 2010/2011, nono levantamento, jun. 2011. Brasília: Conab, 2011d.

_____. **Primeiro levantamento:** cana-de-açúcar, jun. 2011. Brasília: Conab, 2011e.

FGV. In.: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores econômicos consolidados.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 01 ago. 2011.

GLOBAL 21. **Vulcabras compra fábrica na Índia.** Disponível em: <<http://www.global21.com.br>>. Acesso em: 29 jul. 2011.

IBGE. **Contas nacionais trimestrais**, jan./mar. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 jul. 2011a.

_____. **Pesquisa industrial mensal: produção física Brasil**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 01 ago. 2011b.

_____. **Pesquisa industrial mensal: produção física regional, maio 2011**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 jul. 2011c.

_____. **Pesquisa industrial mensal: regional, maio 2011**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04 ago. 2011d.

_____. **Pesquisa mensal de comércio, maio 2011**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2011e.

IBGE; SIDRA. **Levantamento sistemático da produção agrícola municipal 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/default.asp?t=5&z=t&o=1&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1&u8=1&u9=1&u10=1&u11=3&u12=1&u13=26674&u14=1&u15=1>>. Acesso em: 01 jul. 2011a.

_____. **Produção agrícola municipal 2009**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp>>. Acesso em: 28 mar. 2011b.

IEDI. **Aumento da capacidade puxa indústria. IEDI na imprensa**. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 31 jul. 2011a.

_____. **Primeiro semestre de 2011: o elevado déficit nos bens da indústria de transformação. Carta IEDI**, n. 476. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 31 jul. 2011b.

_____. **Produção industrial em março de 2011: mais um resultado positivo. Carta IEDI**, n. 466. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 15 jul. 2011c.

SERASA. **Demanda por crédito desacelera no primeiro semestre**. Disponível em: <<http://www.serasaexperian.com.br>>. Acesso em: 19 jul. 2011a.

_____. **Inflação puxa inadimplência do consumidor que fecha semestre com maior crescimento desde 2002**. Disponível em: <<http://www.serasaexperian.com.br>>. Acesso em: 19 jul. 2011b.

_____. **Perspectiva da inadimplência**. Disponível em: <<http://www.serasaexperian.com.br>>. Acesso em: 20 jul. 2011c.

4 - EMPREGO E RENDIMENTO

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) relativa a junho, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o agregado das seis principais regiões metropolitanas do país, revelou uma taxa de desocupaçã¹ de 6,2% que corresponde a 1,5 milhão de pessoas. Foi o menor índice já alcançado para o mês de junho desde o início da série, em 2002. Em comparação à taxa observada em maio (6,4%), não houve variação significativa; comparativamente a junho de 2010, registrou-se queda de 0,8 ponto percentual (p.p.).

Dentre as seis regiões metropolitanas pesquisadas (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador), esta registrou, em junho, a maior taxa de desocupaçã (10,2%). Na comparação com junho de 2010, o recuo em Salvador foi de

1,8 p.p. Na região metropolitana de Recife, com taxa de desocupaçã de 6,1% em junho, a queda alcançou 2,5 p.p. em relaçaõ a junho de 2010, sendo o maior declínio entre as seis regiões (Gráfico 1).

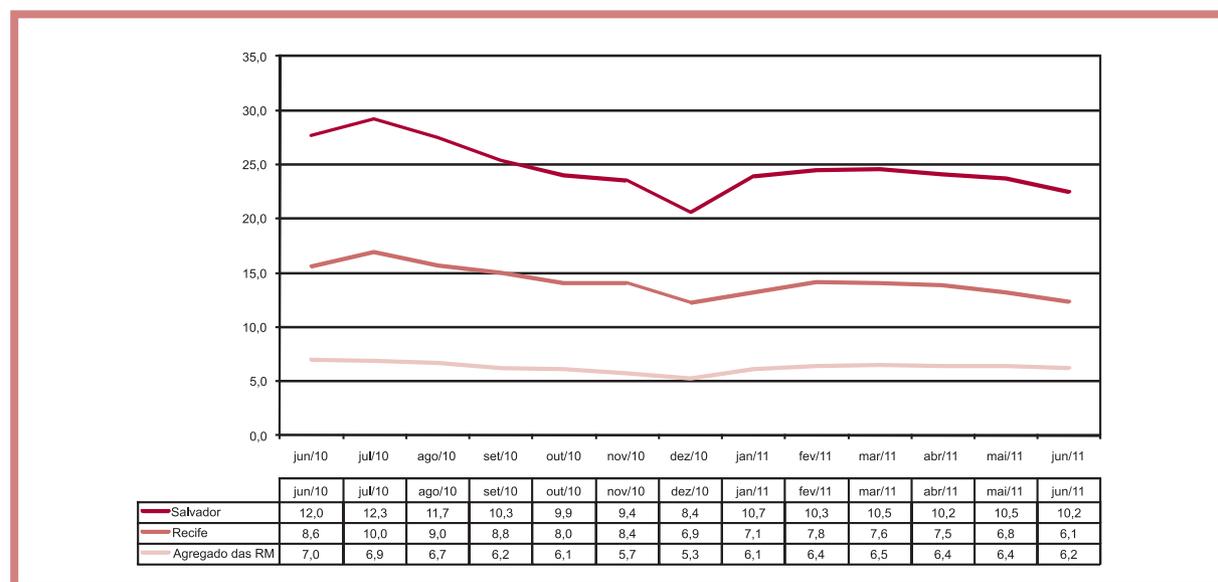


Gráfico 1 – Taxa de Desocupaçã por Região Metropolitana

Fonte: IBGE. 2011b. Elaboraçaõ: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econõmica.

1 Segundo o IBGE, a taxa de desocupaçã corresponde ao percentual de pessoas desocupadas na semana de referêcia da pesquisa com procura de trabalho no perodo de referêcia de 30 dias em relaçaõ à populaçaõ economicamente ativa na semana de referêcia.

Cf. IBGE – pmemet1. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/pmemet1.pdf>. Acesso em: 9.ago.2011.

Segundo estimativas apresentadas na PME em junho de 2011, a população ocupada nas seis regiões metropolitanas totalizou 22,4 milhões de empregados, um acréscimo de 2,3% ou 512 mil postos de trabalho em relação a junho de 2010.

Na região metropolitana de Recife, o contingente ocupado em junho de 2011 foi estimada em 1.550 mil pessoas (47,4% da população em idade ativa), aumento de 60 mil novos postos de trabalho sobre a posição de junho de 2010, correspondente a 3,9% do total. De acordo com a PME, 55,8% da população ocupada pertencem ao sexo masculino; 65,3% encontram-se na faixa etária entre 25 e 49 anos; 59,1% possuem mais de 10 anos de estudo; 60,1% trabalham em estabelecimentos com pelo menos 11 em-

pregados; e 65,2% são empregados há pelo menos dois anos.

Na região metropolitana de Salvador, a população ocupada em junho de 2011 foi estimada em 1.720 mil pessoas (50,5% do contingente em idade ativa). O sexo masculino predomina entre os ocupados (53,4%); 64,6% encontram-se com idade entre 25 e 49 anos; 61,7% frequentaram a escola durante pelo menos 11 anos; 57,6% trabalham em estabelecimentos com mais de 10 empregados; e 67% são empregados há pelo menos dois anos (Tabela 1).

As atividades de comércio, que incluem os serviços de reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e venda de combustíveis no varejo, foi o grupo com o maior número de pessoas ocu-

Tabela 1 – População Ocupada nas Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador em junho de 2011 – Distribuição Proporcional (%) Segundo Características Sociométricas

População Ocupada (%)	Total das 6 regiões metropolitanas	Recife	Salvador
Sexo			
Masculino	54,8	55,8	53,4
Feminino	45,2	44,2	46,6
Faixa Etária (anos)			
10 a 14 anos	0,2	0,3	0,3
15 a 17 anos	1,6	0,9	1,3
18 a 24 anos	14,0	13,8	13,4
25 a 49 anos	62,3	65,3	64,6
50 anos ou mais	21,9	19,7	20,4
Anos de Estudo			
Sem instrução e menos de 1 ano	1,7	2,3	1,8
1 a 3 anos	3,5	4,3	4,0
4 a 7 anos	17,5	18,6	17,7
8 a 10 anos	17,2	15,4	14,8
11 anos ou mais	60,1	59,4	61,7
Tamanho do Empreendimento (por número de empregados)			
1 a 5	32,1	35,1	36,4
6 a 10	5,5	4,8	6,0
Acima de 10	62,4	60,1	57,6

Fonte: IBGE, 2011b.

padas em junho de 2011, absorvendo 18,6% da população ocupada nas seis regiões metropolitanas. As de Recife e Salvador concentram 373 mil e 358 mil postos de trabalho, correspondentes a 24% e 20,8% da população ocupada, respectivamente.

No período de junho de 2010 a junho de 2011, o grupamento dos serviços prestados às empresas, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira registrou maior acréscimo no número de trabalhadores no conjunto das seis regiões metropolitanas (215 mil), bem como na de Salvador (18 mil). Enquanto isso, na de Recife, o grupamento comércio, incluindo reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e venda de combustíveis no varejo, foi o que mais contratou, com incremento, de 28 mil postos de trabalho.

O número de trabalhadores com carteira assinada no setor privado respondeu por 10,8 milhões de pessoas ocupadas nas seis regiões metropolitanas em junho/2011

(Tabela 3), ou 48,2% do total. No confronto com maio de 2011, observa-se uma ligeira queda no contingente de trabalhadores (-0,2%). Entretanto, em relação a junho do ano passado, registra-se um acréscimo de 634 mil empregados com carteira assinada, 6,2% a mais.

Nas regiões metropolitanas de Recife e Salvador, os trabalhadores com carteira assinada representaram 44,5% e 44,1% da população ocupada, respectivamente.

Na área do Recife, o setor privado incorporou 45 mil novas contratações com carteira assinada no período de junho de 2010 a junho de 2011, alta de 6,9%. No mesmo período, na área de Salvador houve acréscimo de 36 mil trabalhadores com carteira assinada, correspondente a 6,1%.

Nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE, o rendimento médio dos trabalhadores alcançou R\$1.578,00 em junho de 2011 – incremento de 0,5% em relação a

Tabela 2 – População Ocupada nas Seis Regiões Metropolitanas Pesquisadas em Junho de 2010 e Junho de 2011 – Distribuição Proporcional (%) por Grupamento de Atividades

Grupamento	Todas (6 Regiões)		Recife		Salvador	
	Junho de 2010	Junho de 2011	Junho de 2010	Junho de 2011	Junho de 2010	Junho de 2011
Indústria	16,7	16,8	11,1	10,2	10,3	10,5
Construção	7,6	7,8	6,4	7,9	9,6	9,9
Comércio	18,7	18,6	23,7	24,0	20,8	20,8
Serviços prestados às empresas	15,3	16,0	14,5	15,0	13,7	14,6
Educação, saúde e administração pública	16,3	15,9	19,7	18,5	18,6	18,1
Serviços domésticos	7,3	7,1	7,2	7,2	8,7	8,3
Outros serviços	17,5	17,2	16,8	16,5	17,7	17,2

Fonte: IBGE, 2011b.

Nota. Foi excluído o grupamento "Outras Atividades".

Tabela 3 – Empregados com Carteira Assinada no Setor Privado das Seis Regiões Metropolitanas Pesquisadas (%) – 2003 a 2011 (Posição em Junho)

Ano	Total (6 regiões)	Recife	Salvador
jun/03	39,2	32,7	35,5
jun/04	39,1	31,1	36,5
jun/05	40,3	34,1	35,8
jun/06	41,2	33,6	34,8
jun/07	41,8	35,7	36,3
jun/08	43,8	37,7	39,0
jun/09	44,8	40,2	40,1
jun/10	46,4	43,3	41,3
jun/11	48,2	44,5	44,1

Fonte: IBGE, 2011c.

maio e de 4% em 12 meses. Vale salientar que no primeiro quadrimestre do ano, verificou-se uma trajetória descendente desse indicador.

Contribuiu para essa recuperação o recuo das pressões inflacionárias, em função, sobretudo, da queda nos preços dos alimentos. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2011), em 14 das 17 capitais investigadas pela Pesquisa Nacional da Cesta Básica houve variação negativa no valor dos gêneros alimentícios essenciais, repetindo-se o comportamento de maio.

Fortaleza registrou a maior variação (+4,7%) entre as capitais nordestinas e a segunda maior considerando-se o conjunto pesquisado. Três capitais nordestinas assinalaram os menores valores da cesta básica: Aracaju (R\$ 184,01), João Pessoa (R\$ 204,40) e Salvador (R\$ 206,58).

No que tange aos rendimentos médios, segundo as formas de inserção no mercado de trabalho, as informações de junho mostram uma estabilização nos salários dos empregados com carteira assinada, na comparação com o mês anterior, e um acréscimo de 2,3% nos ganhos dos trabalhadores informais. Na

comparação com o mesmo mês do ano anterior, observou-se um aumento do rendimento médio nas duas categorias consideradas na PME, com ênfase para a expansão de 12,3% dos ganhos dos trabalhadores informais e de 3,7% nos salários dos empregados com carteira assinada.

As regiões metropolitanas de Recife e Salvador apresentaram comportamentos distintos em junho. Na de Recife, constatou-se uma estabilização do rendimento médio real em relação ao mês anterior (- 0,2%) e uma ligeira queda no confronto com igual mês do ano antecedente (- 0,4%). Devido ao baixo desempenho assinalado em junho, o rendimento médio real representou 68,4% do rendimento médio real apurado nas seis regiões metropolitanas. Em junho de 2010, o rendimento médio em Recife correspondia a 71,4% daquele calculado para o conjunto de regiões pesquisadas. Salvador exibiu um aumento de 2% do rendimento médio real de junho comparado ao mês anterior, confirmando a trajetória crescente observada nos últimos cinco meses. Na comparação com junho de 2010, verificou-se uma expansão de 4,7%. Com esses resultados positivos, o rendimento médio em Salvador correspondeu a 83,1% do rendimento total

do agregado das seis regiões metropolitanas, ou seja, ligeiramente superior aos 82,6% assinalados em junho de 2010.

Avaliando-se segundo as categorias de posição na ocupação, os trabalhadores informais apresentaram recuo de 6,1% no rendimento médio em Salvador, no indicador mês/mês anterior. Já em relação a junho de 2010, observou-se queda de 1,6%. O rendimento médio dos empregados com carteira assinada sofreu perda de 0,8% con-

siderado o mês anterior e ganho de 0,4% em relação a junho de 2010.

Em Recife, o rendimento médio dos trabalhadores informais avançou 2,2% na comparação com maio de 2011. Por outro lado, entre os empregados com carteira assinada a retração foi de 4,3% nessa mesma base de análise. Na comparação com igual mês do ano anterior, o rendimento médio dos trabalhadores informais ampliou-se 11%, enquanto o dos empregados com carteira assinada cresceu 2,5%.

4.1 - Considerações Adicionais Sobre Emprego Formal

As informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), apresentam um primeiro semestre positivo porém com desempenho inferior ao de igual período de 2010. Entre janeiro e junho de 2011, foram geradas 1.414.660 novas vagas, assinalando-se o segundo melhor resultado da série para esse período, sendo criados 215.393 novos postos de trabalho somente em junho² (Gráfico 2).

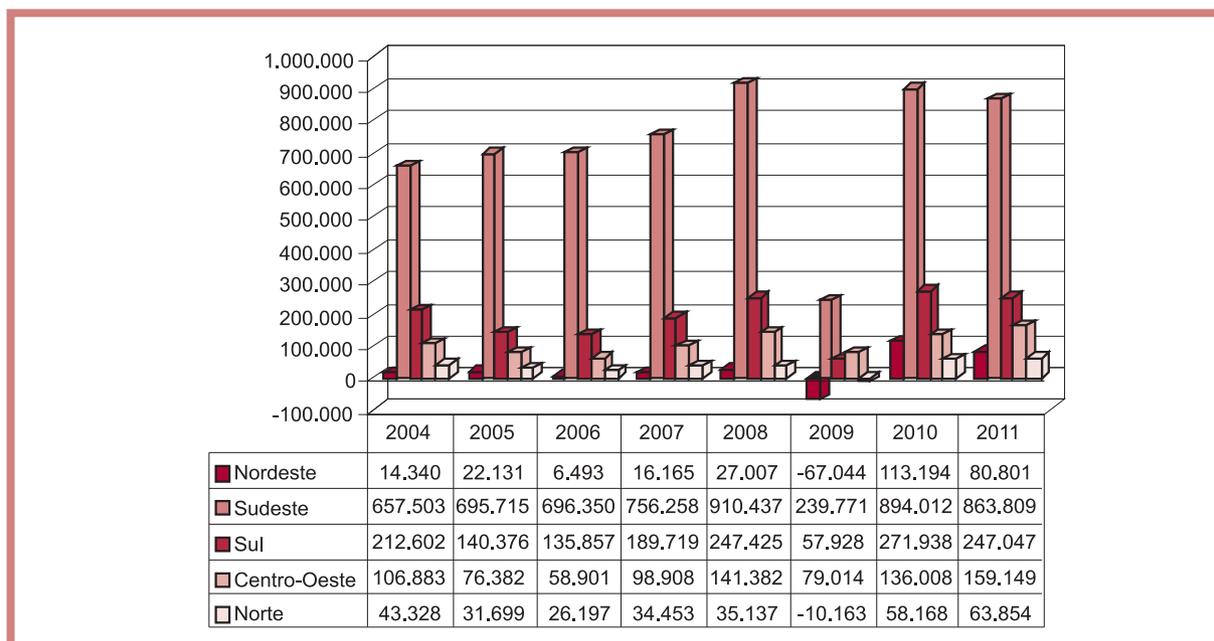


Gráfico 2 – Evolução do Saldo Anual de Empregos nas Cinco Regiões Geográficas do Brasil – Junho de 2004 a Junho de 2011

Fonte: BRASIL, 2011c. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

² O total obtido no acumulado de 2011 apresentou variação negativa na comparação com igual período de 2010 (- 4,0%), o que já era esperado, pois as expectativas para 2011 apontam crescimento da economia inferior ao apresentado no ano anterior, o que, por consequência, demandará menos postos de trabalho do que em 2010.

A Tabela 4 apresenta os saldos acumulados de empregos formais no período de janeiro a junho de 2011, nos âmbitos nacional e regionais, discriminados setorialmente. No total do país, o setor serviços é responsável por 39,9% dos novos empregos gerados no período, seguido pela indústria de transformação (18,5%) e pela agropecuária (16,6%).

Na comparação inter-regional, o Sudeste concentra 61,1% do saldo nacional, enquanto o Nordeste assinala o pior resultado, com apenas 4,5% do saldo nacional, reflexo do desempenho negativo dos primeiros meses do ano. Ademais, com relação ao Nordeste, no tocante ao acumulado do ano, a indústria de transformação ainda apresenta valores negativos, por conta do segmento de alimentos e bebidas. Entretanto, segundo a tendência mensal, esse setor já experimenta forte recuperação. Serviços e construção civil apresentaram, respectivamente, saldos positivos de 72.255 e 30.849 postos de trabalho. Vale salientar que, juntos, esses dois setores representam 75% de todo o saldo positivo da região (Tabela 4).

O Gráfico 3 indica a trajetória mensal da geração de empregos celetistas na região Nordeste. O primeiro trimestre do ano obedece aos efeitos sazonais do período, podendo-se observar em março o pior resultado mensal da série. A partir de abril, percebe-se um cenário mais favorável, que, historicamente, mantém-se até novembro.

Numa análise da evolução nos últimos doze meses, verifica-se que o resultado de junho de 2011 se aproxima daquele obtido em junho de 2010. Essa expansão do saldo alcança seu ápice em setembro, devido ao aumento do volume de contratações em setores como indústria e comércio, consequência das comemorações de final de ano. A partir de novembro, a geração de emprego diminui, chegando a ficar negativa em dezembro, por conta do término de contratos temporários na indústria, no comércio e no setor de serviços. Esse ciclo constante é identificado na análise de anos anteriores.

No Nordeste, todos os estados apresentaram saldo positivo em junho. No acumulado do ano, Alagoas, Paraíba e Rio Grande

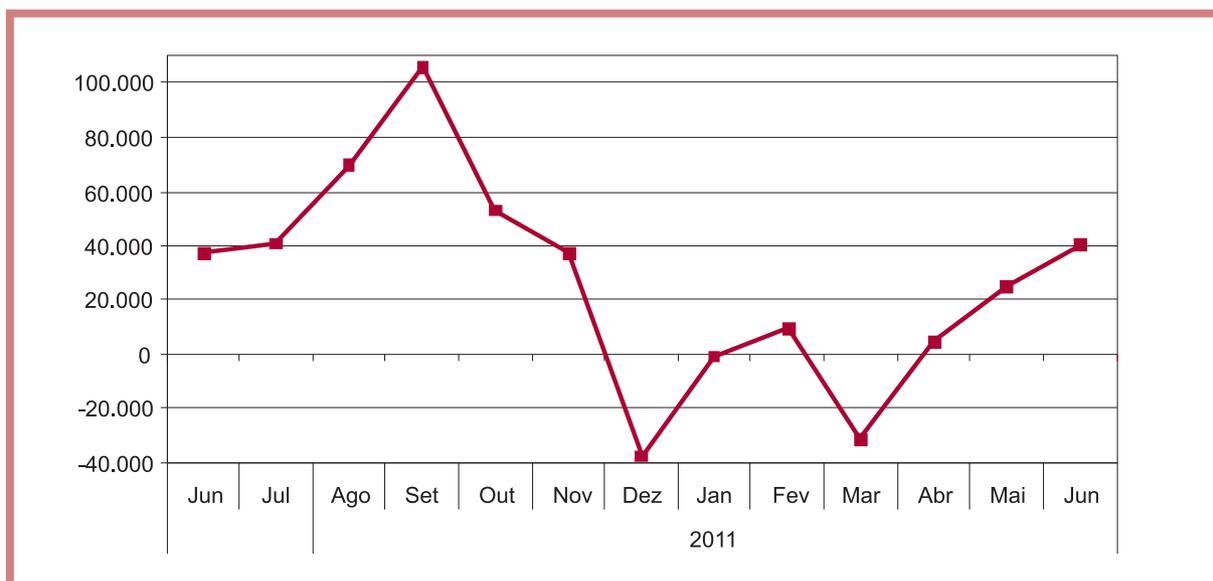


Gráfico 3 – Nordeste – Evolução do Emprego Formal (Mensal). Junho de 2010 a Junho de 2011 (Saldo)

Fonte: BRASIL, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Tabela 4 – Saldos Nacional e Regionais de Empregos Formais, por Setor – Janeiro a Junho de 2011

	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	S.I.U.P	Const. Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária	Total
Brasil	11.373	261.515	6.867	186.224	120.982	564.170	28.148	235.381	1.414.660
Nordeste	1.338	-57.454	1.715	30.849	19.513	72.255	1.136	11.449	80.801
Norte	2.550	16.816	-76	7.939	6.076	26.899	946	2.704	63.854
Sudeste	5.275	174.796	3.962	93.691	50.154	331.058	17.637	187.236	863.809
Sul	624	90.719	1.514	28.442	28.423	87.063	8.586	1.676	247.047
Centro-Oeste	1.586	36.638	-248	25.303	16.816	46.895	-157	32.316	159.149

Fonte: BRASIL, 2011a.

(*) Serviços Industriais de Utilidade Pública

do Norte mantiveram saldo negativo no semestre. Na comparação do acumulado no ano 2010/2011, apenas Pernambuco obteve resultado superior no corrente ano. Nessa base de comparação, a tendência será de variações negativas, significando que em 2011 o desempenho da região será inferior ao de 2010 (Tabela 5).

Entre os setores de atividades do Nordeste, a análise do acumulado no ano revela que

apenas a indústria de transformação continua deficitária, com redução de 57.454 postos de trabalho. Alagoas e Pernambuco contribuíram significativamente para o registro desse resultado negativo. Esses dois estados terminaram o ciclo da colheita da cana-de-açúcar no primeiro trimestre e deram início ao processo de fabricação de etanol e açúcar. Embora tenha se iniciado o ciclo de contratação de mão de obra, que vem se elevando mês a

Tabela 5 – Geração de Empregos Formais no Nordeste (por Estado) e no Brasil (Saldo) – 2010 e 2011

Região/Estado	Resultado Mensal Junho		Acumulado no Ano (Janeiro - Junho)	
	2010	2011	2010	2011
Brasil	212.952	215.393	1.473.320	1.414.660
Nordeste	37.365	39.953	113.194	80.801
Alagoas	-67	1.450	-35.450	-28.537
Bahia	3.705	11.767	61.334	60.472
Ceará	6.318	4.084	30.110	20.352
Maranhão	4.702	4.683	18.440	6.279
Paraíba	2.587	2.504	1.237	-760
Pernambuco	12.538	11.328	9.932	13.485
Piauí	2.871	1.702	13.236	5.770
Rio Grande do Norte	2.670	1.407	8188	-1.703
Sergipe	2.041	1.028	6.167	5.443

Fonte: BRASIL, 2011a.

Tabela 6 – Evolução dos Empregos Celetistas no Nordeste, por Estado (Saldo) – Janeiro a Junho de 2011

Estado	Extrativa Mineral	Ind. de Transformação	S.I.U.P.*	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
Alagoas	8	-36.763	265	5.194	648	2.718	215	-822	-28.537
Bahia	640	6.524	270	12.103	4.739	19.774	567	15.855	60.472
Ceará	195	-818	-34	5.126	2.544	14.025	238	-924	20.352
Maranhão	183	1.969	164	-5.623	1.727	3.598	128	4.133	6.279
Paraíba	34	-4.940	-314	2.824	2.537	3.544	40	-4.485	-760
Pernambuco	120	-21.838	1.066	9.732	3.844	19.445	-32	1.148	13.485
Piauí	-32	1.224	138	-1.908	1.292	3.641	2	1413	5.770
Rio Grande do Norte	144	-3.489	-24	1.342	804	2.401	68	-2.949	-1.703
Sergipe	46	677	184	2.059	1.378	3.109	-90	-1920	5.443
Nordeste	1.338	-57.454	1.715	30.849	19.513	72.255	1.136	11.449	80.801

Fonte: BRASIL, 2011a.

(*) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

mês, essa recuperação ainda não foi capaz de reverter o saldo desse setor na região.

O setor de serviços, com 72.255 novos empregos celetistas, e o comércio, com 19.513 novos postos de trabalho, apresentaram sal-

do positivo nos nove estados da região. Apesar de ter obtido um resultado adverso no Maranhão e no Piauí, a construção civil, com 30.849 postos de trabalho, mantém-se como o segundo maior empregador formal da região, como se pode ver na Tabela 6.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Caged**. Disponível em: <www.caged.gov.br>. Acesso em: 21 jun. 2011a.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Caged**. Disponível em: <www.caged.gov.br>. Acesso em: 25 jul. 2011b.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Caged**. Disponível em: <www.caged.gov.br>. Acesso em: 26 jul. 2011c.

DIEESE. **Preço da cesta básica cai em 14 capitais**. Disponível em: <www.dieese.org.br>. Acesso em: 1 ago. 2011.

IBGE. **Notas metodológicas**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatística/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/pmemet1.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2011a.

_____. **Pesquisa mensal de emprego**, jun.2011. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 21 jul. 2011b.

_____. **Pesquisa mensal de emprego**, jun.2011. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 21 jul. 2011c.

5 - SETOR EXTERNO

5.1 - Câmbio e Balanço de Pagamentos

No primeiro semestre de 2011, o balanço de pagamentos¹ brasileiro registrou resultado geral de US\$ 42,9 bilhões. No período, a conta relativa a transações correntes apresentou déficit de US\$ 25,4 bilhões, equivalente a 2,14% do PIB. Já a conta capital e financeira teve superávit de US\$ 67 bilhões, com destaque para o item investimento direto estrangeiro que somou influxos líquidos de US\$ 32,4 bilhões, cerca de 2,7% do PIB.

O ingresso maciço de dólares deu continuidade à trajetória de valorização do real. De fato, segundo dados do IPEA, a taxa de câmbio efetiva real, medida pela média ponderada do índice de paridade do poder de compra dos 16 maiores parceiros comerciais do país, revela que, entre abril de 2011 e janeiro de 2005, a valorização da moeda nacional já ultrapassou 30%.

A valorização facilita a importação de produtos do exterior e reduz a competitividade da indústria nacional, tendo o governo anunciado providências variadas para contê-la e até reverter a apreciação da moeda nacional derivada da ação especulativa do mercado. Assim, em 27 de julho de 2011, por intermédio da Medida Provisória 539 e do decreto lei nº 7536, foi determinado que as instituições financeiras com posição vendida² em dólar

superior à comprada pagarão 1% de IOF sobre o excedente (medido pelo valor de face das operações), podendo esta alíquota subir até 25%.

Além disto, todas as operações entre empresas privadas de venda e compra de dólares no prazo futuro deverão ser registradas na BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuros), Cetip (Central de Custódia ou Liquidação Financeira de Títulos) ou *Clearing Houses*. Também foi conferido ao Conselho Monetário Nacional o poder de determinar depósito de margem adicional à exigida pela BM&F nas operações.

Estas ações objetivam gerar maior transparência nas operações de câmbio no país e limitar a atuação dos especuladores – já que a posição vendida em dólar será mais custo-

1 Registra as transações entre um país e o resto do mundo. Duas contas se destacam: as transações correntes, que envolvem compra e venda de bens e serviços, e a conta capital e financeira (vendas ou compras internacionais de ativos financeiros).

2 O termo refere-se ao saldo líquido em moeda estrangeira de um banco. O mercado de futuros oferece contratos em que há compromisso de compra ou venda de um ativo numa data futura, por um preço preestabelecido. O cliente assume uma posição comprada ou vendida, ganhando ou perdendo conforme oscilação dos preços. O detentor de posição comprada ganha com a alta (no caso em análise – desvalorização do real); quem tem posição vendida, ganha com a baixa dos preços (valorização do real). Quando a instituição financeira apresenta posição líquida vendida, é um indicativo de que antecipa uma maior valorização do real no futuro.

sa em virtude da necessidade de depósito de margem em operações de mercado futuro.

A valorização cambial vem exercendo impactos diretos sobre o saldo em transações correntes brasileiro. No que toca à balança comercial, observam-se taxas de crescimento bastante distintas para as exportações e as importações. No período 2010/2005, a expansão das exportações foi 70% ante 147% das importações.

A análise desagregada também revela que os maiores aumentos de receitas vieram de produtos básicos, cujas vendas avançaram 160% entre 2010 e 2005, enquanto os industrializados cresceram apenas 32%.

As mudanças no contexto das exportações de produtos industrializados foram explicitadas pelo estudo Sondagem Especial – Exportações Industriais, divulgado pela CNI (Confederação Nacional da Indústria). Segundo a pesquisa, 48% das empresas exportadoras enfrentaram redução no mercado internacional em 2010.

No primeiro semestre de 2011, o Brasil exportou US\$ 118,3 bilhões e importou US\$ 105,3 bilhões. Na comparação com igual período de 2010, o crescimento foi de 32,6% e 29,6%, respectivamente. Esse desempenho do setor exportador não foi homogêneo nos diversos espaços nacionais, conforme é abordado no tópico a seguir.

5.2 - As Exportações Nordestinas

Entre janeiro e junho de 2011, as exportações nordestinas atingiram US\$ 8.459,4 milhões, 9,8% a mais que os valores registrados em igual semestre do ano passado. A soma representa apenas 7,1% do total nacional.

Cinco dos nove estados nordestinos (Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte) tiveram queda nos valores exportados. Por sua vez, Alagoas, Bahia e Sergipe ampliaram em 6,7% sua participação nas exportações regionais, com destaque para a Bahia, responsável por 4,2 pontos desse total. O Maranhão perdeu participação quase que na mesma magnitude do crescimento baiano (-4.1%).

Os Estados Unidos aparecem como principal destino das exportações nordestinas, com 14,5% do total, seguidos por Argentina (10,8%), China (7,8%), Rússia (6,7%) e Holanda (5,9%). A participação dos principais capítulos da NCM (nomenclatura comum do Mercosul) exportados pelo conjunto dos estados nordestinos é expressa na Tabela 1, destacando-se o capítulo açúcares e produtos de confeitaria, com participação relativa de 11,8% no total da pauta regional.

Tabela 1 – Exportações do Nordeste por Capítulo (NCM) – Janeiro/Junho de 2011

Capítulos de Exportação	US\$ FOB mil	Part. (%)
Açúcares e produtos de confeitaria	997.041	11,8
Combustíveis, óleos e ceras minerais, etc.	905.779	10,7
Pastas de madeira ou outras mat. fibrosas, etc.	847.367	10,0
Produtos químicos orgânicos	647.783	7,7
Sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc.	531.229	6,3
Minérios, escórias e cinzas	490.076	5,8
Cobre e suas obras	383.362	4,5
Produtos químicos inorgânicos	378.501	4,5
Ferro fundido, ferro e aço	351.573	4,2
Calçados, polainas, etc. e suas partes	273.310	3,2
Veículos automóveis, tratores, ciclos, etc.	260.571	3,1
Pérolas, pedras preciosas, etc. e s/obras, moedas	245.834	2,9
Frutas, cascas de cítricos e de melões	219.494	2,6
Peles (exceto peleteria) e couros	169.731	2,0
Plásticos e suas obras	164.043	1,9
Outros	160.127	1,9
Resíduos e desperdícios da Ind. Alim., etc.	153.280	1,8
Borracha e suas obras	148.617	1,8
Cacau e suas preparações	144.158	1,7
Algodão	95.541	1,1
Café, chá, mate e especiarias	92.164	1,1
Alumínio e suas obras	80.121	0,9
Gorduras, óleos e ceras, animais e vegetais	79.532	0,9
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	68.055	0,8
Papel e cartão e suas obras	62.933	0,7
Preparações de produtos hortícolas, frutas, etc.	54.643	0,6
Máquinas, aparelhos e mats.elétricos, etc.	53.666	0,6
Produtos diversos das indústrias químicas	43.901	0,5
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal, cimento	43.459	0,5
Reator nuclear, cald., máq.,apar.,instr.mecân.	34.595	0,4
Sabões, ceras artificiais, etc.	27.644	0,3
Demais Capítulos	251.354	3,0
TOTAL	8.459.484	100,0

Fonte: BRASIL, 2011a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

5.2.1 - Panorama das vendas externas por Estado

O comportamento das exportações de cada estado nordestino é relatado a seguir, em ordem alfabética, valendo salientar que a Bahia continua como a economia e o centro exportador mais relevante da região.

Alagoas

As exportações alagoanas cresceram 46,2% no primeiro semestre de 2011 so-

bre o mesmo período de 2010, totalizando US\$ 800,3 milhões. Esse valor corresponde a 82% das vendas externas de todo o ano passado.

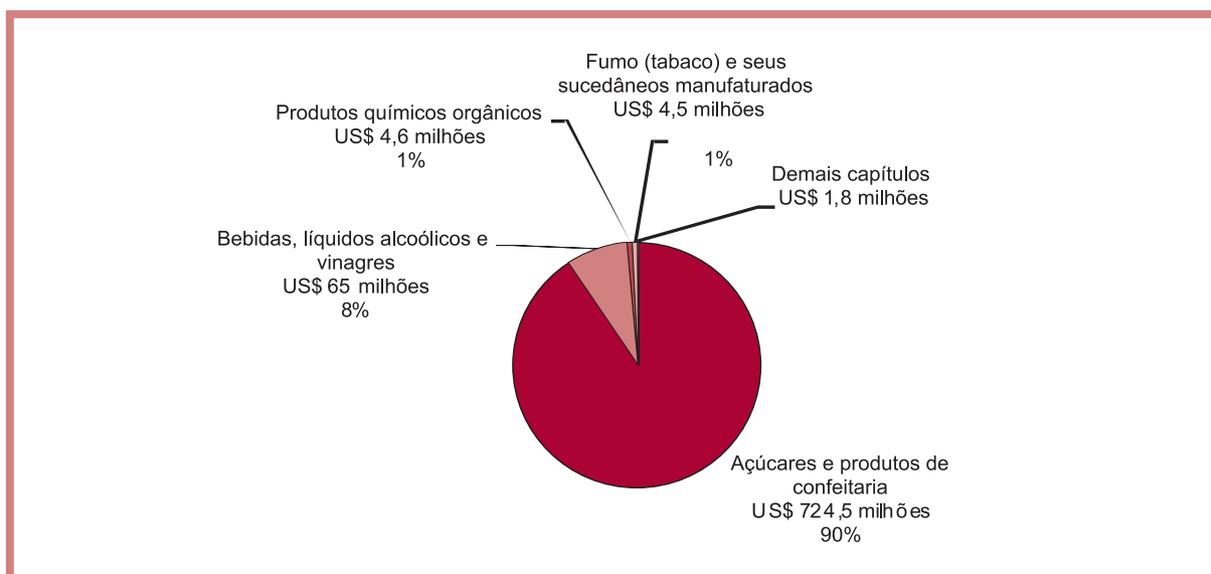


Gráfico 1 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Alagoas – Janeiro/Junho de 2011 US\$ FOB milhões

Fonte: BRASIL, 2011a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

O bom desempenho foi liderado pelo capítulo açúcares e produtos de confeitaria, cujo acréscimo de faturamento ficou em torno de 53%. O açúcar de cana, em bruto, respondeu por 85,9% da pauta. Também contribuíram para esse resultado os capítulos bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres e fumo (tabaco) e seus sucedâneos, com avanços de 40,7% e 166%, respectivamente.

A empresa Copertrading mantém-se no ranking como a principal exportadora de Ala-

goas, detendo 44% do total exportado de janeiro a junho de 2011.

Bahia

A Bahia exportou US\$ 4.095,7 milhões no primeiro semestre, cifra 18% maior que a referente a idêntico período de 2010. Oito produtos foram responsáveis por mais de 50% dos valores exportados pelo estado, como indicado na Tabela 2.

Tabela 2 – Bahia – Principais Produtos Exportados. Janeiro a Junho de 2011

Produtos exportados	Valores (US\$ milhão)	Variação percentual (jan.jun.11/jan.jun. 10)
"Fuel-oil"	883,4	36,9
Pasta química de madeira não confiera a soda/sulfato	658,7	9,5
Outros grãos de soja, mesmo triturados	325,1	21,9
Catodos de cobre refinados/seus elementos	280,2	108,8
Automóveis com motor explosão, 1500<CM3<=3000	231,3	18,2
Pasta química de madeira para a dissolução	188,6	12,7
Bagaços e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja	153,2	47,2
Ouro em barras, fios, perfis de sec. maciça	134,1	62,7

Fonte: BRASIL, 2011b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

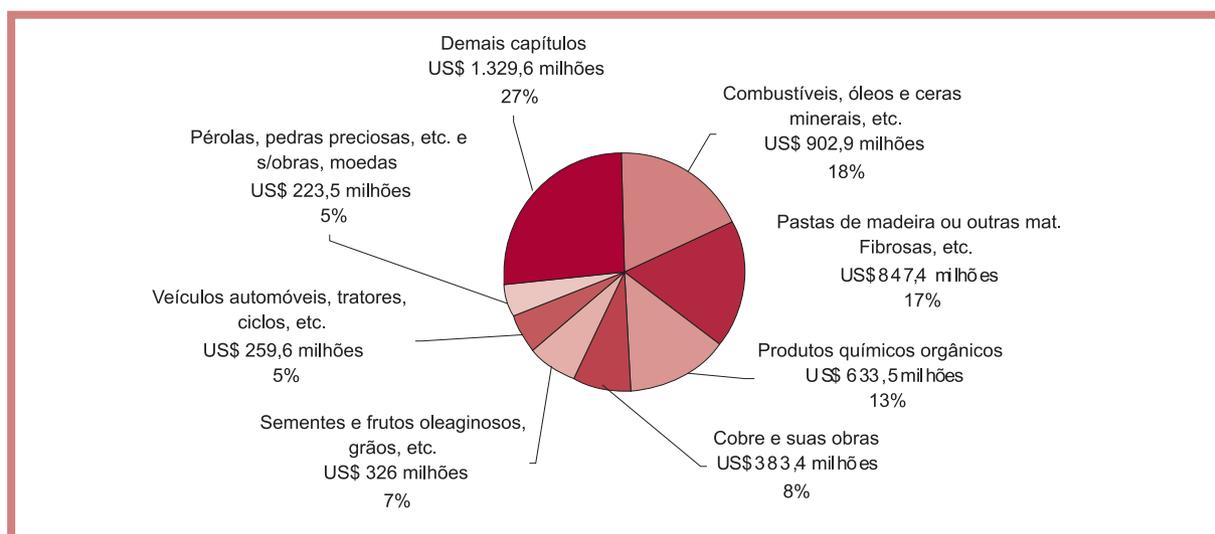


Gráfico 2 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Bahia – Janeiro/Junho de 2011 – US\$ FOB milhões

Fonte: BRASIL, 2011a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Os produtos pasta química de madeira não conífera e soda e pasta química de madeira para a dissolução fazem parte do capítulo pastas de madeira ou outras matérias fibrosas, cujas vendas alcançaram US\$ 847,3 milhões, aumento de 10,2% no semestre ante os primeiros seis meses de 2010. Segundo as empresas Bahia Sul Celulose e Virasse Celulose S.A, maiores exportadoras do capítulo, China e Estados Unidos foram os destinos principais dos produtos.

No caso do cobre, a principal exportadora, a Paranapanema S.A., dona de uma refinaria do produto em Dias D'Ávila (BA), diz que a perspectiva para o setor é auspiciosa. A empresa prevê novos investimentos na Bahia com o objetivo de ampliar em 17% (até 2013) sua capacidade de produção de cobre refinado, atualmente estimada em 240 mil toneladas por ano (CIARELLI, 2011).

O complexo da soja, por sua vez, foi favorecido pela crescente demanda da China que gerou a tendência de alta dos preços no mercado internacional. Os chineses anunciaram investimentos da ordem de R\$ 4 bilhões na

região de Barreiras, Oeste da Bahia. O projeto inclui o processamento de soja e de fertilizantes, além de um sistema de armazenagem e logística de grãos (OLMOS, 2011).

O capítulo veículos automóveis, tratores, ciclos etc. registrou vendas de US\$ 259,6 milhões, com expansão de 11,5% comparativamente ao primeiro semestre de 2010. As vendas concentraram-se em países da América Latina como: Argentina, México e Venezuela.

Ceará

As exportações do Ceará, entre janeiro e junho de 2011, somaram US\$ 610,3 milhões, incremento de 2,5% relativamente ao mesmo período do ano anterior. O capítulo calçados, polainas e suas partes (US\$ 175,8 milhões) permaneceu como o mais representativo da pauta cearense, embora tenha apresentado declínio de 13,8% nas receitas em virtude da queda da quantidade exportada.

De fato, o setor calçadista nacional enfrenta forte competição tanto no comércio internacional como no mercado interno. Entre janeiro e maio deste ano, já foram extin-

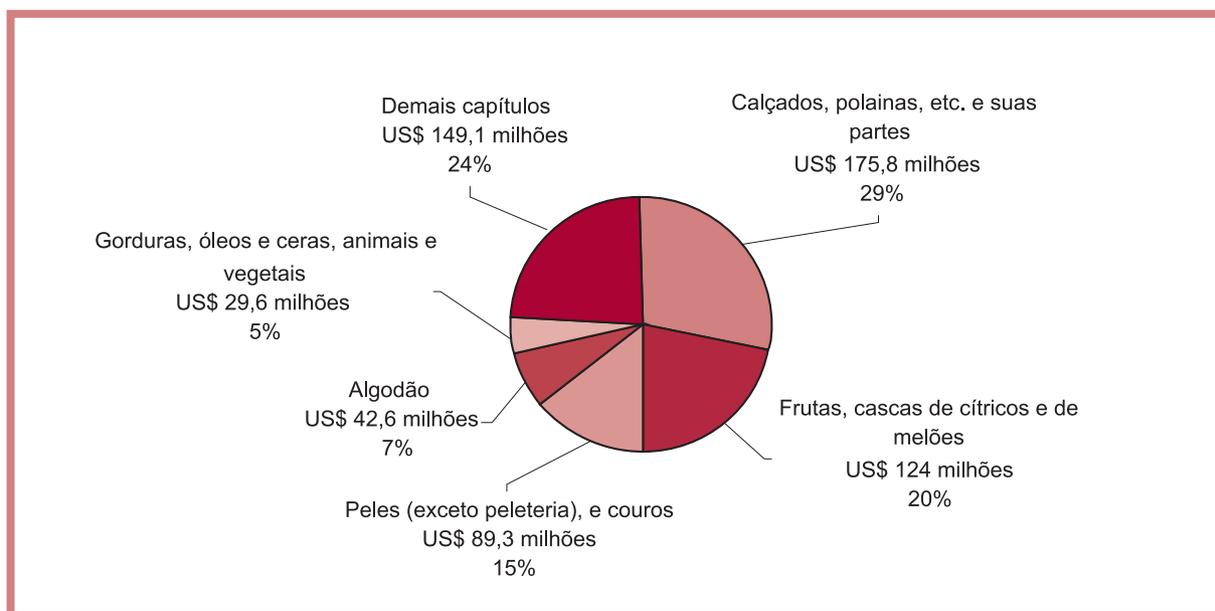


Gráfico 3 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Ceará – Janeiro/Junho de 2011 – US\$ FOB milhões

Fonte: BRASIL, 2011a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

tas 3,4 mil vagas de empregos na indústria calçadista nacional, conforme informações do Ministério do Trabalho/Caged. Ressalte-se que o setor responde por 4,5% dos empregos da indústria de transformação brasileira.

No Ceará, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve uma redução de 11% na produção de calçados e couros nos últimos 12 meses (até maio).

Dados da Abicalçados revelam que o segmento busca a diferenciação do produto para competir no mercado internacional e pressiona as instituições federais no sentido de evitar a triangulação comercial. O mecanismo permite o ingresso de calçados chineses com preços bastante reduzidos para venda no mercado brasileiro.

Outro capítulo que mereceu destaque nas exportações cearenses foi o de frutas, cascas de cítricos e de melões (US\$ 124 milhões e declínio de 3,1%) com os seguintes produ-

tos: castanha de caju (US\$ 96,7 milhões), melões frescos (US\$ 13,8 milhões) e bananas frescas ou secas (US\$ 7,6 milhões).

Maranhão

As vendas externas do Maranhão recuaram 12,2% no primeiro semestre de 2011, relativamente ao mesmo período de 2010. Foram US\$ 1.390,9 milhões concentrados na indústria de mineração e no complexo de soja. O capítulo minérios, escórias e cinza (US\$ 440,3 milhões) teve queda de 52% no valor exportado, decorrente do declínio do *quantum* comercializado, já que foi expressivo o aumento do preço do ferro no período da análise.

O capítulo produtos químicos inorgânicos, no qual se destaca a alumina calcinada, obteve expansão de 113,9% nas receitas em consequência do aumento do preço e da quantidade exportada. O de sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc. teve incremento de receita de 38,6%, comportamento favorecido pela forte demanda chinesa.

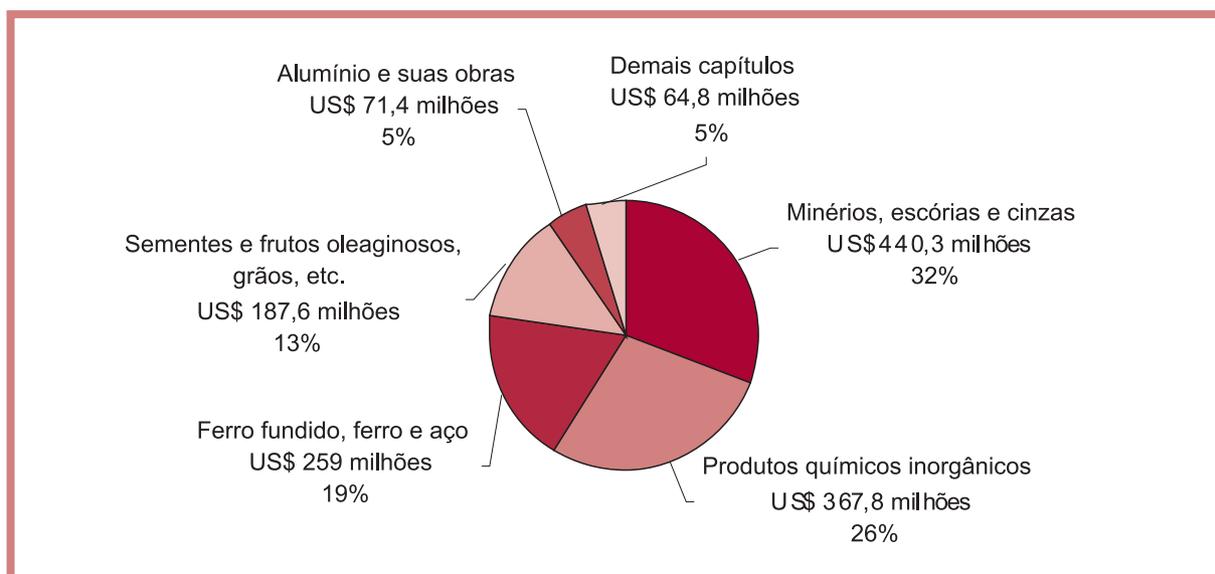


Gráfico 4 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Maranhão – Janeiro/Junho de 2011 – US\$ FOB milhões

Fonte: BRASIL, 2011a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Paraíba

As exportações da Paraíba (US\$ 87,2 milhões) experimentaram queda de 8,4% no primeiro semestre de 2011. Registraram-se decréscimos em todos os meses, exceto em janeiro, quando se verificou um incremento de 50% frente a janeiro de 2010.

A empresa Alpargatas S.A participou com 46% da pauta paraibana, com destaque para o item calçados de borracha que respondeu por 44% das receitas de exportação no período, com aumento de 12,5%. Açúcar de cana em bruto foi o segundo produto mais exportado (16% da pauta), tendo crescido 104% no período.

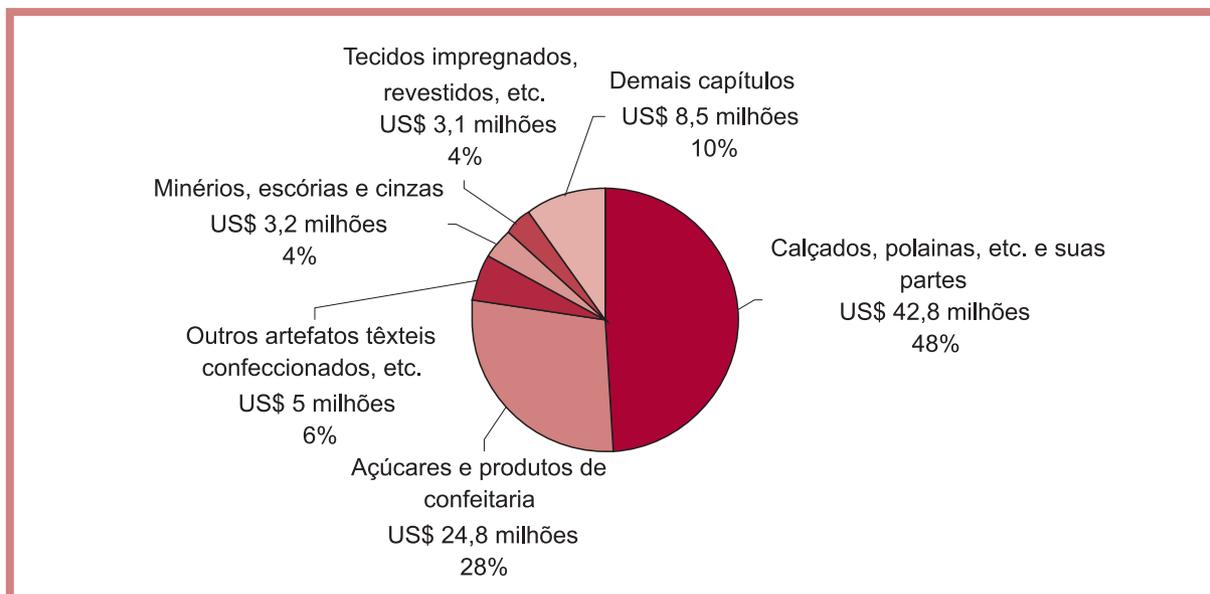


Gráfico 5 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Paraíba – Janeiro/Junho de 2011 – US\$ FOB milhões

Fonte: BRASIL, 2011a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

O resultado negativo das vendas externas da Paraíba deveu-se aos decréscimos de receita de 30 dos 100 principais produtos da pauta estadual, com destaque para dois grupos: roupas de toucador/cozinha, de tecidos atoalhados de algodão (-85,2%) e partes superiores de calçados e seus componentes (-79,6%), produtos que sofreram as maiores quedas dentre os 25 mais relevantes.

Pernambuco

As vendas de Pernambuco totalizaram US\$ 466,7 milhões no semestre, 9,9% abaixo do registrado no mesmo período de 2010. A maior parte dos capítulos exportados pelo estado apresentou ganho de preços, comparativamente a 2010, mas em escala insuficiente para compensar a redução das quantidades vendidas.

O setor sucroalcooleiro, que continua liderando as exportações de Pernambuco (US\$ 230,7 milhões), foi favorecido pelo crescimento em torno de 22% do preço de

seus produtos. Ainda em julho de 2011, os contratos futuros de açúcar registram tendência de alta em virtude do anúncio de que a produção brasileira de cana, em 2011, seria inferior às expectativas.

No médio prazo, são boas as perspectivas do agronegócio da cana-de-açúcar, especialmente quando se considera a expansão potencial do mercado consumidor internacional e da China, em particular. O consumo *per capita* de açúcar entre os chineses, atualmente de 10 kg/ano, tende a crescer nos próximos anos. Os analistas projetam consumo de até 18 kg/hab./ano, que é a média registrada na Índia.

Em Pernambuco, o capítulo plásticos e suas obras, com US\$ 55,9 milhões e declínio de 39% na receita, foi o segundo maior em valor exportado. Os preços das resinas subiram no mercado internacional em virtude do aumento da cotação dos insumos à base de petróleo, freando uma queda ainda maior no valor das vendas de plásticos pelo estado.

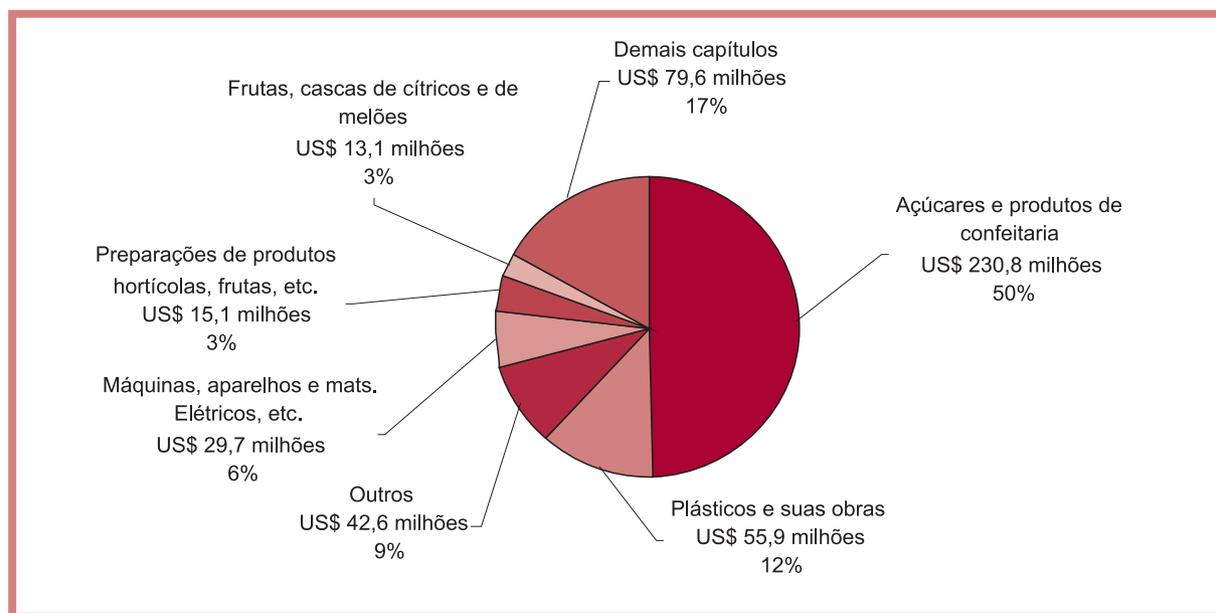


Gráfico 6 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Pernambuco – Janeiro/Junho de 2011 – US\$ FOB milhões

Fonte: BRASIL, 2011a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

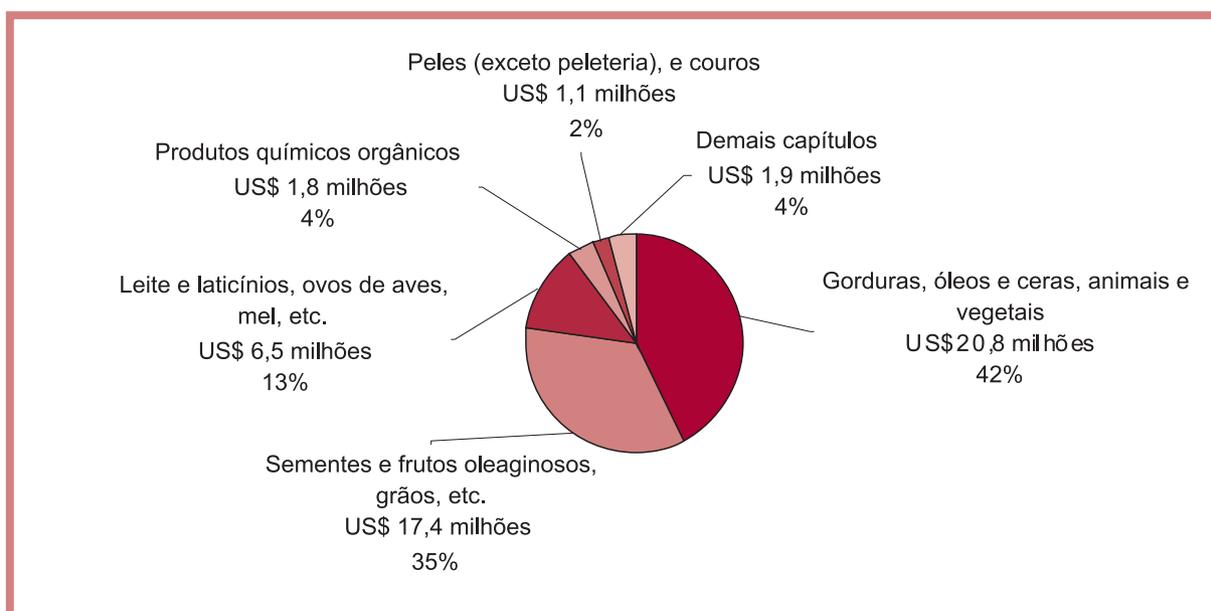


Gráfico 7 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Piauí – Janeiro/Junho de 2011 – US\$ FOB milhões

Fonte: BRASIL, 2011a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

O desempenho do capítulo máquinas, aparelhos e materiais elétricos, em que se sobressaem os acumuladores elétricos de chumbo (baterias) foi 19% melhor que no primeiro semestre de 2010. Do total de US\$ 29,7 milhões exportados, US\$ 19,6 milhões foram realizados pela empresa Acumuladores Moura S.A.

Piauí

O Piauí acumulou US\$ 49,5 milhões em exportações entre janeiro e junho de 2011, com decréscimo de 14,2% frente ao primeiro semestre de 2010. No período de janeiro a maio último, essa queda foi de 24,3%, somente atenuada pelo avanço de 34% verificado em junho.

As vendas do principal produto de exportação do estado – as ceras vegetais (42% da pauta), caíram 10%. Já as receitas obtidas com o complexo da soja (segundo item da pauta estadual, com 35%) diminuíram 16,2%.

Em 17 das 40 principais empresas exportadoras do Piauí houve decréscimo de receita exportadora, sendo relevante destacar o caso da Cargill Agrícola S.A (-61,81%) e Foncepi Comercial Exportadora Ltda. (-21,54%).

Rio Grande do Norte

O Rio Grande do Norte apresentou, no primeiro semestre de 2011, a maior retração nas exportações dentre todos os estados nordestinos. O volume alcançou US\$ 105,7 milhões, com redução de 23,2%.

O recuo se deveu à queda nas receitas de 36 dos 100 principais produtos exportados. Dos dez mais importantes da pauta estadual, as maiores variações negativas atingiram os capítulos ceras vegetais (-39%), outros produtos de origem animal (-38,7%) e sal marinho (-30,8%).

As vendas das cinco principais empresas exportadoras do Rio Grande do Norte corresponderam a 44% do total exportado, com

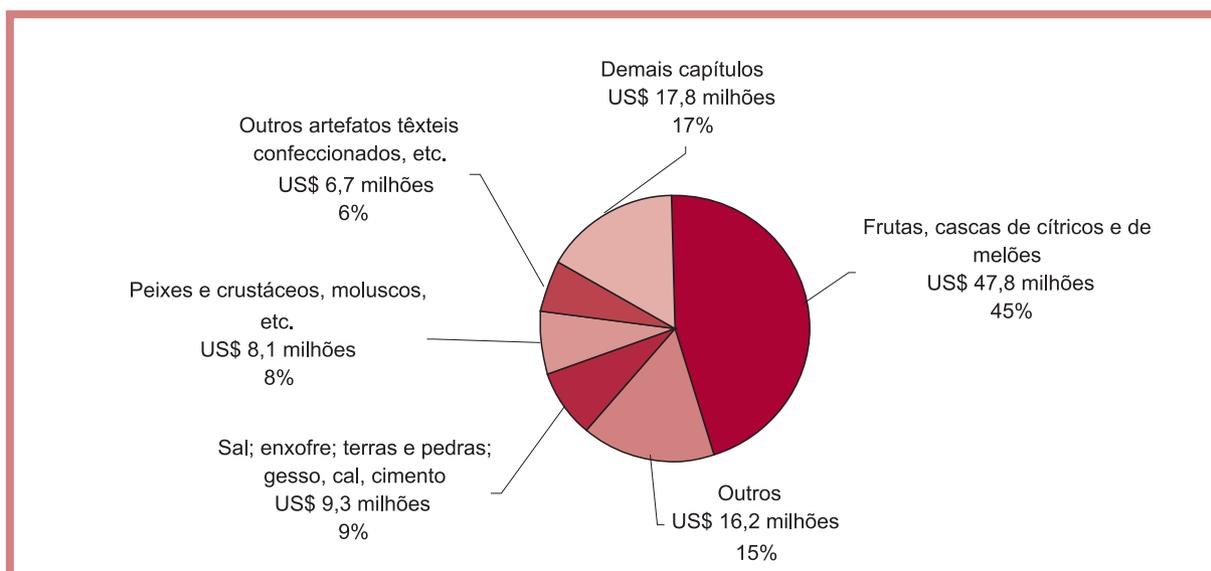


Gráfico 8 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Rio Grande do Norte – Janeiro/Junho de 2011 – US\$ FOB milhões

Fonte: BRASIL, 2011a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

destaque para Usibrás (13,36%) e Petrobras Distribuidora S.A (8,89%).

Sergipe

O maior crescimento registrado dentre os estados nordestinos ocorreu em Sergipe: 54,9% frente ao primeiro semestre de 2010. As vendas totalizaram US\$ 42,8 milhões,

sobressaindo-se as exportações de suco de laranja, principal componente da pauta, com aumento de 27%.

O estado exportou ainda US\$ 8,8 milhões em açúcar de cana em bruto ante US\$ 3,7 milhões no segundo semestre de 2010. O produto, que não teve presença

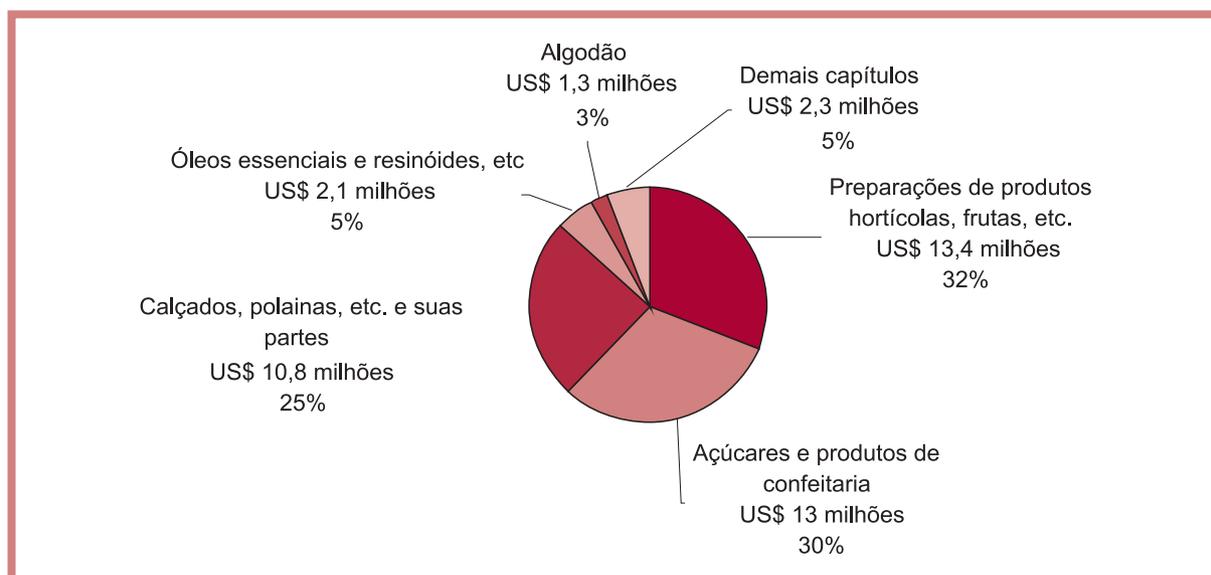


Gráfico 9 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Sergipe Janeiro/Junho de 2011 – US\$ FOB milhões

Fonte: BRASIL, 2011a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

na pauta de 2009, participou com 21,9% das exportações de Sergipe, sendo a Usina Caeté S.A. a responsável pela totalidade das vendas.

O capítulo calçados, polainas e etc. e suas partes representou 25% das vendas externas, somando US\$ 10,7 milhões, dos quais 87% a cargo do grupo Vulcabrás/Azaléia.

5.3 - As Importações Nordestinas

Entre janeiro e junho de 2011, as importações do Nordeste cresceram 33,1%, alcançando US\$ 10.340,0 milhões. Desse montante, 16,8% referem-se a bens de capital, 42,5% a bens intermediários, 9,5% a bens de consumo e 31,2% a combustíveis e lubrificantes.

O desempenho do *quantum* importado mostra um crescimento mais acentuado de bens de consumo e de capitais, comportamento semelhante ao observado na economia nacional.

Quanto à origem das importações do Nordeste, os Estados Unidos (18,5%), a Argentina (9,8%), a China (8%), a Índia (7,3%) e o Chile (5,7%) foram responsáveis por quase metade do total.

REFERÊNCIAS

ABICALÇADOS. IBGE confirma nova queda na produção de calçados. **Notícias**, 01 jul. 2011. Disponível em: <http://www.abicalcados.com.br/noticias_ibge-confirma-nova-queda-na-producao-de-calcados.html>. Acesso em: 31 jul. 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Focus**: relatório de mercado, 22 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 31 jul. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb**. Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 14 jul. 2011a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança comercial por unidade da federação**. Disponível

em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 31 jul. 2011b.

CARRIERI, Marcos. Comércio exterior: decisão da UE prejudica exportação brasileira. **Global 21**. Disponível em: <<http://www.global21.com.br/materias/materia.asp?tipo=noticia&cod=33168>>.

Acesso em: 31 jul. 2011.

CHINA se convertiria em principal destino de açúcar brasileira. Disponível em: <<http://www.udop.com.br/index.php?item=noticias&cod=1076857>>. Acesso em: 31 jul. 2011.

CIARELLI, Mônica. Empresas: vale deve voltar as atenções para a Paranapanema. **Global 21**. Disponível em: <<http://www.global21.com.br/materias/materia>>.

asp?tipo=noticia&cod=33094>. Acesso em: 31 jul. 2011.

EXPORTADORES perdem fatia de mercado no exterior, diz CNI. Disponível em: <<http://si.knowtec.com/scriptssi/MostrarNoticia?idnoticia=34077&origem=secao&nomeCliente=FUNCEX&idcontato=0&data=2011-08-02>>. Acesso em: 2 ago. 2011.

FUNCEX. **Boletim de Comércio Exterior**, ano 15, n. 06, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 31 jul. 2011.

IBGE. **Produção industrial mensal: produção física regional.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpfregional/pim-pf-regional_201105caderno.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2011.

OLMOS, Marli. Investimentos: China investe em energia e agricultura. **Global21.** Disponível em: <<http://www.global21.com.br/materias/materia.asp?tipo=noticia&cod=33164>>. Acesso em: 31 jul. 2011.

6 - FINANÇAS PÚBLICAS

6.1 - Arrecadação de ICMS

A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), no Brasil, cresceu 11,7% entre janeiro e maio de 2011, quando comparada ao mesmo período de 2010, conforme visualizado na Tabela 1. Esse desempenho significa um incremento real¹ de 5,1%.

No Nordeste, a arrecadação do ICMS cresceu 11,2% nos cinco primeiros meses de 2011, correspondente a 4,6% em termos reais. Na comparação interestadual, os crescimentos mais significativos, ou seja, acima das médias da região e do país, ocorreram em

Pernambuco (21,9%), Alagoas (17,9%), Paraíba (16,5%) e Maranhão (15,6%). A Bahia assinalou o menor incremento estadual do Nordeste, em termos proporcionais, destacando-se como o único estado da região a registrar variação real negativa (-3,3%).

Tabela 1 – Arrecadação de ICMS no Nordeste (Total e p/Estado) e no Brasil – 2010 e 2011 (Janeiro a Maio) – Valores em milhões de reais

Estados/ Região	Ano/Valor		Δ% 2011/2010		Ano / Participação (%) s/Brasil	
	2010	2011	Nominal	Real	2010	Var. Real ¹
			2011	2010		
Alagoas	815	961(*)	17,9	10,9	0,8	0,8
Bahia	5.111	5.255	2,8	-3,3	4,8	4,4
Ceará	2.388	2.619	9,7	3,2	2,2	2,2
Maranhão	1.131	1.307	15,6	8,8	1,1	1,1
Paraíba	1.000	1.165	16,5	9,6	0,9	1,0
Pernambuco	3.255	3.968	21,9	14,7	3,0	3,3
Piauí	744	831	11,7	5,1	0,7	0,7
Rio Grande do Norte	1.129	1.221(*)	8,1	1,8	1,1	1,0
Sergipe	728	790	8,5	2,0	0,7	0,7
Nordeste	16.301	18.117	11,1	4,6	15,2	15,1
Brasil	107.262	119.844	11,7	5,1	100,0	100,0

Fonte: BRASIL, 2011a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

(*) Estimativa.

1 O índice utilizado para deflação foi o IPCA (índices médios de janeiro – maio de 2010 e 2011, respectivamente), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O expressivo crescimento de 21,9% na arrecadação de Pernambuco deve-se ao aumento na arrecadação dos setores secundário e terciário, com evoluções de 25,2% e 35,2%, respectivamente. Os dois setores, juntos, respondem por 74% da arrecadação do ICMS no estado. O aumento da arrecadação de Alagoas deve-se, em larga medida, à evolução da arrecadação do setor terciário (17,9%) e dos itens energia elétrica (33,2%) e petróleo, combustíveis e lubrificantes (19,4%). Juntos, os três segmentos detêm 77% da arrecadação do tributo no estado.

Assim como ocorre em Pernambuco, o crescimento da arrecadação do ICMS no Maranhão (15,6%) e na Paraíba (16,5%) pode ser explicado pelo dinamismo verificado nos setores secundário e terciário. Com efeito, esses dois setores cresceram 15,3% e 22,5% no Maranhão e 17,5% e 20,5% na Paraíba, e, juntos,

concentram 62% e 71% das arrecadações do tributo nos dois estados, respectivamente.

O baixo crescimento da arrecadação do ICMS na Bahia deve-se, principalmente, ao desempenho da arrecadação no setor terciário (4,7%) e no item petróleo, combustível e lubrificantes (-1,9%). Os dois segmentos, juntos, concentram 62% da arrecadação do ICMS no estado. Associe-se a esse baixo desempenho a arrecadação do ICMS-Dívida Ativa. No período de janeiro a maio de 2010, foram recolhidos R\$ 110 milhões, caindo a arrecadação para R\$ 8 milhões em idêntico período de 2011 (-93%).

O nível de concentração espacial de renda, no Brasil, pode ser visto por diversos prismas. A arrecadação do ICMS também possibilita essa visão. Os dez estados com as maiores arrecadações do tributo detêm, juntos, 81,8% do total recolhido no país (ver Tabela 2). Pelas

Tabela 2 – Principais Estados Arrecadores do ICMS – R\$ Milhões¹

Estados	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 ²
São Paulo	68 217	74 171	78 253	89 407	87 676	98 180	32 477
Rio de Janeiro	17 924	19 006	19 413	20 902	21 347	24 472	8 261
Minas Gerais	20 915	21 849	23 944	27 218	24 964	28 922	9 336
Rio Grande do Sul	15 209	15 171	15 182	17 378	16 859	19 003	6 299
Paraná	11 716	11 896	12 491	13 791	13 783	14 655	5 086
Bahia	10 472	11 045	11 072	12 007	11 334	12 921	4 222
Santa Catarina	7 801	7 922	8 455	9 308	9 531	11 024	4 127
Pernambuco	5 768	6 245	6 707	7 275	7 669	8 943	3 259
Goiás	5 648	6 031	6 479	7 197	7 503	8 692	3 207
Espírito Santo	6 200	6 537	7 280	8 201	7 458	7 409	2 768
Total	169 870	179 874	189 276	212 685	208 125	234 222	79 041
Brasil	207 519	220 883	232 395	261 484	256 137	287 766	96 633
Participação %	81,9	81,4	81,4	81,3	81,3	81,4	81,8

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

1. A preços de maio (IPCA).

2. Janeiro - maio de 2011.

contas regionais de 2008 (IBGE), a economia desses dez estados corresponde a 81,3% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. O grupo

reúne os três estados do Sul, os quatro do Sudeste, a Bahia, Pernambuco e Goiás¹.

6.2 - Fundos Constitucionais

Os repasses dos fundos constitucionais são calculados com base na arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) recebe 21,5% da arrecadação nacional dos dois tributos, enquanto o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) recebe 23,5% da mesma arrecadação². A parcela do Nordeste no FPE corresponde a 52,5%, enquanto no FPM não passa de 35,2%.

O valor total das transferências constitucionais (FPE e FPM) distribuídas no país neste primeiro semestre foi 29,1% superior ao do primeiro semestre de 2010, representando crescimento real³ de 21,4%.

O crescimento da arrecadação da União, especificamente do IR e do IPI, nos seis primeiros meses de 2011, explica o aumento

das transferências. A expansão da arrecadação do IR e do IPI está diretamente relacionada ao nível de atividade da economia, que se manteve aquecida durante todo o ano passado e no começo de 2011.

Na conjuntura atual, as pressões inflacionárias já foram assimiladas pelas instituições pertinentes do governo federal, que, no âm-

Tabela 3 – Fundo de Participação dos Estados – Nordeste

Estados/Região	1º semestre		Previsão 2011
	2010	2011	
Alagoas	808	1.044	2.102
Bahia	1.826	2.357	4.748
Ceará	1.426	1.841	3.707
Maranhão	1.403	1.811	3.647
Paraíba	931	1.202	2.420
Pernambuco	1.341	1.731	3.486
Piauí	840	1.084	2.183
Rio Grande do Norte	812	1.048	2.111
Sergipe	808	1.043	2.100
Nordeste	10.195	13.161	26.504
Brasil	19.433	25.090	50.526

Fonte: BRASIL, 2011b. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

- 1 Pelas contas regionais de 2008, o Distrito Federal assume o lugar do Espírito Santo no grupo dos dez maiores PIBs estaduais. O Espírito Santo ocupa a 11ª posição.
- 2 Dos 23,5%, 1% é repassado no primeiro decêndio de dezembro de cada ano (Emenda Constitucional nº 55, de 20/09/2007). O valor correspondente aos 22,5% restantes é calculado e repassado em parcelas mensais.
- 3 O índice deflator utilizado foi o IPCA (índices médios dos 1os semestres de 2010 e 2011), já referido.

bito das medidas de controle, implementaram políticas fiscais restritivas em grande escala, destacando-se o fim das desonerações concedidas a título de medida anticíclica, o que também se reflete no crescimento da arrecadação do IPI.

Segundo o Banco Central do Brasil (2011), até junho deste ano as arrecadações de IR e IPI assinalaram crescimento real de 18,3% e 16,5%, respectivamente, na comparação com o primeiro semestre de 2010⁴. Os recursos do FPE transferidos para os estados do Nordeste somaram R\$ 13,2 bilhões no primeiro semestre de 2011, valor correspondente a 49,7% do montante previsto para o ano todo, como mostra a Tabela 3.

As transferências do FPM para os estados nordestinos no primeiro semestre de 2011 totalizaram R\$ 9,4 bilhões, valor equivalente a 47,1% do montante previsto para o ano todo. Esse valor é 29,1% superior ao transferido no primeiro semestre de 2010, conforme ilustrado na Tabela 4.

Como se pode visualizar na Tabela 4, as transferências do FPM para os municípios do Piauí, no primeiro semestre de 2011, cresceram 24,1% quando comparadas às de idêntico período de 2010, proporcionalmente menos, portanto, que os 29,1% do total do país. A participação dos municípios desse estado no total de transferências do FPM, previsto para 2011, correspondente a 2,6%, não chegou a se concretizar no primeiro semestre, deixando de ser repassados aproximadamente R\$ 23 milhões.

Contrapondo-se às dificuldades enfrentadas pelo Piauí, os municípios baianos receberam participação superior à prevista, registrando-se no estado o maior crescimento da região, tanto em valores absolutos como em termos proporcionais (30,7%). Esses movimentos ficam ainda mais claros quando se observam os valores do Fundo de Participação dos Municípios Capitais (FPMC) transferidos para Salvador e Teresina, conforme demonstrado na Tabela 5.

Tabela 4 – Fundo de Participação dos Municípios – Nordeste

Estado/Região	1º semestre		Previsão 2011	Variação 2011/2010 (%)	Realização em 2011 (%)
	2010	2011			
Alagoas	483	625	1.321	29,2	47,3
Bahia	1.844	2.409	5.078	30,7	47,4
Ceará	1.061	1.369	2.901	29,1	47,2
Maranhão	847	1.092	2.322	29,0	47,0
Paraíba	657	848	1.798	29,2	47,2
Pernambuco	1.021	1.317	2.803	28,9	47,0
Piauí	538	668	1.472	24,1	45,4
Rio Grande do Norte	512	661	1.404	29,1	47,1
Sergipe	295	382	808	29,2	47,2
Nordeste	7.258	9.371	19.907	29,1	47,1
Brasil	20.337	26.257	55.926	29,1	46,9

Fonte: BRASIL, 2011a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

4 As diferenças, entre as variações reais dos impostos, IR (18,3%) e IPI (16,5%) e dos fundos, (21,4%), é porque usou-se o IPCA, para manter a conformidade com a variação real do ICMS no item 6.1, e o BACEN usou o IGP-DI. Usando o IGP-DI, para o cálculo da variação dos fundos, esta seria de 17,1%.

Tabela 5 – FPMC – Fundo de Participação dos Municípios – Capitais do Nordeste – R\$ Milhões

Estados/Região	1º semestre		Previsão 2011	Variação 2011/2010	Realização em 2011
	2010	2011			
Maceió	106	138	283	30,2%	48,6%
Salvador	152	220	407	44,7%	54,1%
Fortaleza	211	275	566	30,2%	48,6%
São Luís	106	138	283	30,2%	48,6%
João Pessoa	85	110	226	30,2%	48,7%
Recife	118	154	317	30,2%	48,6%
Teresina	106	110	283	4,2%	38,9%
Natal	68	88	181	30,2%	48,7%
Aracaju	54	70	145	30,2%	48,6%
Nordeste	1.005	1.303	2.691	29,6%	48,4%
Brasil	2.034	2.626	5.581	29,1%	47,0%

Fonte: BRASIL, 2011b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

6.3 - Transferências Voluntárias

No primeiro semestre de 2011, o governo federal realizou transferências voluntárias no valor de R\$ 3,1 bilhões, significando uma redução de 27,6% em relação a idêntico período de 2010. Do valor total transferido, 66,2% beneficiaram diretamente os municípios, enquanto os 33,8% restantes foram alocados nos estados e no Distrito Federal.

De todo o montante de transferências voluntárias da União, R\$ 1 bilhão destinou-se aos estados e aos municípios do Nordeste, valor equivalente a 32,3% do total. O total recebido pela região, nesses seis primeiros meses, foi 47,7% menor que o de idêntico período do ano passado. A variação do fluxo de transferências voluntárias da União os entes federados, que reduziu-se 31,9%, em termos reais⁵, é explicada pelo esforço do

governo federal para equilibrar suas contas, sendo esses recursos um dos poucos instrumentos em que há flexibilidade para cortes nas despesas da União.

A Tabela 6 mostra a evolução do fluxo de transferências voluntárias nos primeiros semestres de 2011 e 2010 para as 27 Unidades da Federação e os municípios do país.

5 Para deflação foi utilizado o IPCA (índices médios dos 1ºs semestres de 2010 e 2011), como anteriormente.

Tabela 6 – Distribuição Regional das Transferências Voluntárias da União – R\$ mil

Estados/Regiões	Municípios		UF's		Total das Transferências				
	1º semestre								
	2010	2011	2010	2011	2010	part %	2011	part %	11/10 (var %)
Região Norte	225.447	207.243	321.779	60.575	547.226	12,6%	267.818	8,5%	-51,1%
Região Nordeste	909.467	779.376	1.023.766	231.179	1.933.233	44,7%	1.010.555	32,3%	-47,7%
Alagoas	52.314	40.547	128.296	13.268	180.610	9,3%	53.815	5,3%	-70,2%
Bahia	213.028	203.314	223.631	43.628	436.659	22,6%	246.943	24,4%	-43,4%
Ceará	167.625	133.336	84.563	32.401	252.188	13,0%	165.737	16,4%	-34,3%
Maranhão	113.123	113.213	91.677	14.966	204.800	10,6%	128.180	12,7%	-37,4%
Paraíba	71.347	58.890	67.144	18.506	138.491	7,2%	77.396	7,7%	-44,1%
Pernambuco	136.509	106.796	242.919	69.978	379.428	19,6%	176.774	17,5%	-53,4%
Piauí	58.798	50.613	86.145	14.057	144.944	7,5%	64.670	6,4%	-55,4%
Rio Grande do Norte	60.249	48.098	67.488	14.978	127.738	6,6%	63.077	6,2%	-50,6%
Sergipe	36.473	24.568	31.904	9.396	68.376	3,5%	33.964	3,4%	-50,3%
Região Sudeste	777.121	667.429	344.996	479.182	1.122.116	25,9%	1.146.611	36,6%	2,2%
Região Sul	372.163	283.238	120.838	178.186	493.001	11,4%	461.424	14,7%	-6,4%
Região Centro-Oeste	148.396	137.519	83.151	108.494	231.547	5,4%	246.013	7,9%	6,2%
Total	2.432.594	2.074.805	1.894.529	1.057.617	4.327.123	100,0%	3.132.422	100,0%	-27,6%

Fonte: BRASIL, 2011c. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

6.4 - Aplicação de Recursos dos Agentes Oficiais de Fomento no Nordeste

As aplicações previstas pelos agentes oficiais de fomento, para 2011, foram definidas em consonância com as prioridades e metas da administração federal e com as disposições da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (LDO de 2011)⁶.

A Tabela 7 apresenta as aplicações de 2009 e 2010, a programação para 2011 e as aplicações de janeiro a abril de 2011. Verificando-se a programação para o país, constata-se que a meta de aplicação está compatível com a política monetária executada pelo governo federal, principalmente nas medidas macroprudenciais adotadas. Há a ex-

pectativa de que o crédito total, abrangendo recursos livres e direcionados, cresça entre 13% e 15%. A intenção é reduzir a demanda agregada associada ao consumidor, de forma a manter a projeção do PIB para algo em torno de 4,5%. As previsões de aplicação para 2011 superam em 10,5% as aplicações realizadas em 2010.

6 Os valores de fluxo das aplicações foram apurados pelas agências financeiras segundo o critério de variação de saldo dos empréstimos e financiamentos, consideradas as apropriações de juros e outros encargos não liquidados, deduzidas as amortizações.

Tabela 7 – Aplicações em Operações de Crédito por Região – R\$ Milhões

Regiões	Saldo em 31.12.2009	2010					2011			
		Concedidas	Recebidas	Saldo em 31/12	Var. % ¹	Pmr	Programação ²	2º Bimestre	Pr (%)	Var. % ³
Norte	44.481	37.895	24.033	58.343	31,2	488	47.723	11.042	23,1	25,9
Nordeste	120.757	87.675	66.100	142.332	17,9	540	130.771	34.907	26,7	49,2
Sudeste	395.184	362.360	223.246	534.298	35,2	462	353.129	132.679	37,6	-2,5
Sul	128.472	118.162	89.119	157.515	22,6	436	133.484	41.843	31,3	13,0
Centro-Oeste	76.165	61.504	47.483	90.186	18,4	487	72.701	26.319	36,2	18,2
Brasil	765.059	667.596	449.981	982.674	28,4	471	737.808	246.790	33,4	10,5

Fonte: BRASIL, 2011d. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Pmr = estimativa do número de dias em que o saldo médio será recebido. Pr = Percentual de realização com relação ao programando para 2011. 1. Variação percentual entre os saldos de 2009 e 2010. 2. Programação do ano. 3. Variação percentual entre a programação de 2011 e as operações de crédito realizadas em de 2010.

O prazo médio de recebimento de empréstimos (Pmr) – que mede o número de dias necessários para o retorno do saldo médio aplicado – do Nordeste é superior ao das demais regiões, devido às operações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e, principalmente, às do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), ambos voltados para o financiamento de operações de longo prazo. O BNDES registra, na região Nordeste, Pmr de 793 dias, enquanto o do BNB chega a 1.340 dias. O Pmr do Banco do Brasil e o da Caixa Econômica Federal são calculados em aproximadamente 300 dias.

Dos R\$ 34,9 bilhões aplicados no período de janeiro a abril de 2011, no Nordeste, as aplicações do BNB representam 8% das operações. O Banco do Brasil aplicou 31% e a Caixa Econômica Federal 46%. O BNDES (inclusas as operações da Agência Especial de Financiamento Industrial – Finame) contratou 14% das operações.

Quando se analisa o destino das aplicações, no mesmo período em referência, nota-se que as aplicações do BNB estão diretamente asso-

ciadas às atividades produtivas, incluindo-se os segmentos rural, industrial e comercial. Essas aplicações corresponderam a 16%, 44% e 20%, respectivamente. Cabe ainda salientar que o BNB concentra aproximadamente 55% das aplicações do setor rural no Nordeste em 2011, no período analisado. Quase todo o restante (37%) cabe ao Banco do Brasil.

No período em foco o BNB detém a maior fatia das aplicações no setor industrial, chegando a 35%. No setor comercial, 55% das aplicações são oriundas do Banco do Brasil.

Quanto ao porte do tomador do financiamento, na região Nordeste, no período analisado, observa-se que 77% das aplicações foram destinadas aos micros e pequenos empreendimentos⁷. Os grandes empreendimentos foram beneficiados com 16% das aplicações. O BNDES aporta recursos essencialmente para grandes projetos, uma vez que, de todo o seu saldo no Nordeste, no final de 2010, 83% encontravam-se alocados nesse segmento. De suas aplicações no período referido de 2011, 68% foram direcionados para médios e grandes empreendimentos.

7 Onde são alocados os empréstimos de curto prazo das agências oficiais de fomento, principalmente BB e CEF que, geralmente, não estão associadas a atividades produtivas.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Indicadores econômicos consolidados. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/indeco.asp>>. Acesso em: jul. 2011.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Confaz. **Boletim do ICMS**. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/confaz/boletim/valores.htm>>. Acesso em: jul. 2011a.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Coordenação Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais. **Estados municípios: transferências constitucionais**. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp>. Acesso em: jul. 2011b.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Coordenação Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais. **Estados municípios: transferências voluntárias**. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_voluntarias.asp>. Acesso em: jul. 2011c.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Orçamento de investimento 2010 e 2011**. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>>. Acesso em: jul. 2011d.

7 - INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

7.1 - Panorama Geral

Após experimentar uma significativa expansão em 2010, a economia brasileira começa a dar sinais de um crescimento mais moderado e sustentável no corrente ano, em consequência da elevação na taxa básica de juros, das medidas macroprudenciais adotadas nos mercados de crédito e de câmbio e do programa de consolidação fiscal, que implementou um corte de R\$ 50 bilhões no orçamento de 2011. Registre-se também, de forma particular, a elevação dos recolhimentos compulsórios e dos encaixes obrigatórios de instituições financeiras, cujos saldos subiram de R\$ 314 bilhões, no final de novembro, para R\$ 419 bilhões, no final de junho último, significando que num período de sete meses foram tirados de circulação R\$ 105 bilhões.

Assim, o Ministério da Fazenda previa que a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) seria menos pronunciada no segundo e no terceiro trimestre. Entretanto, os efeitos desses ajustes já começaram a se fazer sentir. No primeiro semestre, houve uma elevação no grau de comprometimento da renda familiar,

um pequeno aumento dos *spreads* bancários, uma elevação marginal na taxa de inadimplência e um saldo líquido negativo de R\$ 3 bilhões nos depósitos de poupança, sendo que este último resultado não se registrava desde 2006.

7.2 - Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional

No final de maio, o saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional¹ havia alcançado R\$ 1.804,5 bilhões, consideradas as operações financiadas com recursos livres e recursos direcionados, assinalando crescimento de 1,6% sobre o mês anterior e de 20,4% no período de 12 meses. Devido a esse bom desempenho, a participação do estoque de crédito em relação ao PIB, que era de 44,3%, em maio do ano passado, passou para 46,9%,

1 O Sistema Financeiro Nacional (SFN) aqui considerado compreende o sistema bancário (bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial, Caixa Econômica Federal e bancos de investimento), o segmento formado por bancos de desenvolvimento, cooperativas de crédito, agências de fomento, associações de poupança e empréstimo, companhias hipotecárias, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades corretoras de câmbio, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de crédito ao microempreendedor e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários. No final de abril de 2011, o estoque das operações de crédito do sistema bancário correspondia a 87,8% do total do SFN.

em maio último. Mesmo em processo de expansão, esse indicador no Brasil está muito abaixo da média dos países desenvolvidos, onde essa relação, em alguns casos, chega a ultrapassar os 100 por cento, a exemplo da Zona do Euro (105,9%), com destaque para Espanha (163%), Holanda (134,7%), Itália (96,2%), Alemanha (90%) e, por outro lado, os Estados Unidos (86,4%), este último apenas para as dívidas bancárias de pessoas físicas, segundo informações divulgadas pelo Banco Central do Brasil (2011e).

O estoque de crédito financiado com recursos livres alcançou R\$ 1.179,6 bilhões, no final de maio, exibindo incremento de 18,1%, em relação a maio do ano passado. De outra parte, o saldo das operações lastreadas em recursos direcionados (baseadas em recursos compulsórios ou governamentais)

atingiu R\$ 624,9 bilhões, com expansão de 25,1%, resultante do expressivo crescimento dos financiamentos habitacionais (49,8%), influenciado pelo desempenho do programa *Minha Casa Minha Vida* e pelo incremento dos empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da ordem de 21,2%.

Sobre o financiamento habitacional, cabem algumas reflexões. Embora em anos recentes essa modalidade de crédito tenha experimentado grande expansão no Brasil, ainda representa uma reduzida proporção do PIB (4,2%), contrastando com elevados índices registrados em países como Estados Unidos (70,3%), Espanha (61,2%), Holanda (66,1%), França (39,8%) e Alemanha (37,7%), de acordo com informações divulgadas pelo Banco Central do Brasil (2011e).

Tabela 1 – BRASIL – Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Usos e Fontes dos Recursos e Controle de Capital – Maio de 2010 e 2011

Discriminação	Maio		Variação	Participação	Crédito/PIB ⁽¹⁾ , em %	
	2010	2011	Nominal	Maio/11, %	Maio/10	Maio/10
1. Usos dos Recursos	1.498.596	1.804.465	20,4	100,0	44,3	46,9
1.1. Setor Público	61.743	68.151	10,4	3,8	1,8	1,8
Gov. Federal	33.972	33.361	-1,8	1,8	1,0	0,9
Gov. Est. e Mun.	27.771	34.790	25,3	1,9	0,8	0,9
1.2. Setor Privado	1.436.853	1.736.314	20,8	96,2	42,5	45,1
Indústria	312.986	378.466	20,9	21,0	9,3	9,8
Habituação	107.745	161.398	49,8	8,9	3,2	4,2
Rural	116.776	129.742	11,1	7,2	3,5	3,4
Comércio	147.704	183.901	24,5	10,2	4,4	4,8
Pessoas Físicas	492.109	579.498	17,8	32,1	14,5	15,1
Outros Serviços	259.533	303.309	16,9	16,8	7,7	7,9
2. Fontes dos Recursos	1.498.596	1.804.465	20,4	100,0	44,3	46,9
2.1. Livres	999.074	1.179.580	18,1	65,4	29,5	30,7
2.2. Direcionados ⁽²⁾	499.522	624.885	25,1	34,6	14,8	16,2
BNDES	303.801	368.192	21,2	20,4	9,0	9,6
Outros	195.721	256.693	31,2	14,2	5,8	6,7
3. Controle de Capital	1.498.596	1.804.465	20,4	100,0	44,3	46,9
3.1. Inst. Públicas Nacionais	625.560	753.579	20,5	41,8	18,5	19,6
3.2. Inst. Privadas Nacionais	606.753	739.250	21,8	41,0	17,9	19,2
3.3 Instituições Estrangeiras	266.283	311.636	17,0	17,2	7,9	8,1

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

(1) Estimativa do Banco Central para o PIB dos 12 últimos meses - valores correntes.

(2) Operações realizadas com recursos compulsórios ou governamentais.

Dito de outra forma, os financiamentos habitacionais no Brasil contam com uma boa margem de crescimento até se igualar aos níveis vigentes em países ricos.

De outra parte, a oferta do crédito segundo o controle de capital das instituições financeiras nacionais mostra uma quase igualdade entre a taxa de crescimento das instituições privadas (21,8%) e a das instituições públicas (20,5%), bem acima do aumento exibido pelas instituições estrangeiras (17%), nos 12 meses terminados em maio último. Aliás, no final de maio, os bancos públicos, com 41,8%, e os bancos privados, com 41%, concentravam, juntos, 82,8% da oferta de crédito bancário brasileiro, seguido de longe pelos bancos estrangeiros (17,2%), situação um pouco diferente daquela registrada no final de dezembro de 2008, com predomínio dos bancos privados (42,7%), ficando na segunda posição os bancos públicos (36,3%), enquanto os bancos estrangeiros ocuparam a terceira colocação (21%). Nesse período, a taxa de crescimento acumulado das operações de crédito dos bancos públicos (69,4%) superou bastante o ritmo apresentado pelos empréstimos dos bancos privados nacionais (40,9%) e dos bancos estrangeiros (21%). Em outras palavras, os bancos oficiais desempenharam papel estratégico no enfrentamento da crise financeira internacional.

Por outro lado, a taxa de inadimplência (proporção das operações com atraso superior a noventa dias), que vinha em trajetória de queda ao longo do ano passado, apresentou uma leve subida no corrente ano, passando de 3,2%, em janeiro, para 3,4%, em maio último. Esse resultado foi determi-

nado pelo aumento da taxa de inadimplência dos bancos privados nacionais e dos bancos estrangeiros, enquanto manteve-se inalterado nos bancos oficiais. Nesse mesmo período, o saldo das provisões constituídas pelo sistema financeiro, para créditos duvidosos, aumentou de R\$ 95,9 bilhões para R\$ 100,7 bilhões, com incremento de 5% em cinco meses.

Nas operações de crédito referenciais para taxas de juros, com recursos livres, o custo médio do dinheiro para empréstimo passou de 37,4% ao ano (a.a.), no final de janeiro, para 40% a.a., no final de maio, sendo que para as operações com pessoas físicas o aumento (de 43,8% a.a. para 46,8% a.a.) foi bem superior ao do crédito concedido a empresas (de 29,3% a.a. para 31,1% a.a.).

A taxa média de *spread* (diferença entre os juros de aplicação e os de captação de recursos) acompanhou a subida dos juros, passando de 25,6 pontos percentuais (p.p.), para 27,9 p.p., valendo informar que, no final de maio último, a taxa não passava de 19,4 p.p. para operações com pessoas jurídicas, chegando a 34,3 p.p. para pessoas físicas. Essas elevações refletiram os impactos da subida das taxas de juros, do aumento dos recolhimentos compulsórios e da exigência de mais capital em operações de prazos maiores com pessoas físicas, compondo parte do elenco das medidas macroprudenciais adotadas pelo Bacen para conter a expansão do crédito e proporcionar um crescimento mais moderado da economia, de maneira a justificar a absorção doméstica à capacidade de oferta.

7.3 - Operações e Qualidade do Crédito do Sistema Financeiro Nordestino

No final de abril, o estoque de crédito do sistema financeiro nordestino² havia alcançado R\$ 188,7 bilhões, registrando-se um crescimento de 1,6% sobre o mês anterior e de 27,3%, no intervalo de 12 meses, de acordo com informações disponibilizadas pelo Banco Central (2011c). No resultado anualizado, a expansão dos empréstimos do Nordeste foi praticamente igual àquela registrada pela região Norte (27,4%), mas superou os incrementos assinalados no Sul (21,9%), no Centro-Oeste (21,3%) e no Sudeste (21,1%).

Vale registrar que, no final de abril, 56,3% do saldo das operações de crédito no Nordeste foram destinadas às empresas, cabendo a parcela restante (43,7%) às pessoas físicas. Na comparação inter-regional, observa-se

que no Sudeste a maior proporção do crédito foi tomada pelas empresas (65,2%), enquanto no Centro-Oeste predominou o crédito para pessoas físicas (55,2%).

Tabela 2 – Estados do Nordeste e Regiões Brasileiras – Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro¹ e Qualidade do Crédito

Posições em Final de Abril de 2010 e 2011

Estados/Regiões	Saldo Operações R\$ milhões		Variação Nominal (b) / (a) em %	Partic. % abr/11	Índice de Inadimplência ² - Abr/11 (%)		
	Abril 2010 (a)	Abril 2011 (b)			Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Total
Maranhão	11.638	15.393	32,3	8,2	5,9	3,3	4,8
Piauí	6.007	7.505	24,9	4,0	4,9	2,5	3,8
Ceará	21.263	28.201	32,6	14,9	4,7	2,1	3,1
Rio Grande do Norte	8.952	11.611	29,7	6,2	4,6	2,9	3,8
Paraíba	8.228	10.272	24,8	5,4	4,1	3,0	3,7
Pernambuco	36.286	44.637	23,0	23,7	4,7	1,3	2,4
Alagoas	7.542	9.439	25,2	5,0	4,7	2,4	3,6
Sergipe	5.925	8.236	39,0	4,4	3,4	1,9	2,7
Bahia	42.420	53.383	25,8	28,3	5,0	2,1	3,3
NORDESTE	148.261	188.677	27,3	12,1	4,8	2,1	3,2
NORTE	45.481	57.945	27,4	3,7	4,7	2,9	3,8
CENTRO-OESTE	118.309	143.558	21,3	9,2	3,9	2,3	3,1
SUDESTE	728.783	882.473	21,1	56,6	3,8	1,6	2,4
SUL	235.696	287.398	21,9	18,4	3,1	2,0	2,5
TOTAL REGIÕES ³	1.276.530	1.560.051	22,2	100,0	3,8	1,8	2,6

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011c.

¹ Saldo das operações de crédito, com valor superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos múltiplos, bancos comerciais, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, companhias hipotecárias, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil.

² Corresponde ao valor das operações vencidas há mais de 90 dias sobre o total das operações de crédito.

³ Por se tratar de um subconjunto, o total das regiões correspondeu, no final de abril/2011, a 87,8% do total das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional.

2 O sistema financeiro nordestino aqui considerado compreende as operações de crédito, com saldo superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos comerciais, bancos múltiplos, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil.

Entre os estados nordestinos, os maiores aumentos proporcionais no saldo das operações de crédito, nos 12 meses terminados em abril, ocorreram em Sergipe (39%), Ceará (32,6%), Maranhão (32,3%) e Rio Grande do Norte (29,7%). Na destinação do crédito, no final de abril, registrou-se predominância dos empréstimos tomados por pessoas jurídicas em Pernambuco, Ceará e Bahia. Enquanto isso, nos outros seis estados houve preponderância de operações de crédito para pessoas físicas. Essa distribuição sugere que, no primeiro grupo, o crédito foi mais orientado para a produção, enquanto no segundo grupo o crédito foi mais destinado para o consumo.

Repetindo a mesma trajetória observada em âmbito nacional, a taxa de inadimplência das operações de crédito no Nordeste, no decorrer do ano passado, registrou comportamento descendente. Entretanto, na passagem de dezembro para janeiro, houve uma leve subida (de 3,1% para 3,2%), mantendo-se esse último patamar até abril. Nesse último mês, a taxa de inadimplência entre as pessoas físicas alcançou 4,8%, enquanto entre as pessoas jurídicas ficou em 2,1%.

Embora crescendo em anos recentes a um ritmo acima da média nacional, o saldo das operações de crédito no Nordeste ainda representa uma pequena proporção em relação ao tamanho da sua economia. Assim, essa relação, que no final de abril do ano passado era de 30,1%, não passou de 33,3%, em abril último, segundo estimativas da equipe de conjuntura do BNB/Etene, valendo recordar que para o país essa relação passou de 44,3% para 46,9% (nas posições de maio).

Entre os estados, a relação estoque de crédito/PIB alcançou a maior proporção em Pernambuco (45,8%), em decorrência de vultosos investimentos em obras estruturantes daquele estado. Guardando certa distância, seguem-se, em ordem decrescente, os índices registrados em Alagoas (34,1%), Ceará (33,9%), Piauí (31,7%) e Sergipe (30,6%). De qualquer forma, esses indicadores revelam que a intermediação financeira tem ainda muito espaço para se expandir no Nordeste, podendo ser preenchido especialmente pela banca privada, que responde por apenas um terço das operações de crédito da região.

Tabela 3 – Estados do Nordeste – Relação Saldo Operações de Crédito/PIB – Abril de 2010 e 2011

Estados	Em %	
	Abril de 2010	Abril de 2011
Maranhão	24,3	27,5
Piauí	29,3	31,7
Ceará	29,3	33,9
Rio Grande do Norte	27,1	30,5
Paraíba	26,2	28,3
Pernambuco	42,7	45,8
Alagoas	30,9	34,1
Sergipe	25,1	30,6
Bahia	27,6	30,2
NORDESTE	30,1	33,3

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011c. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

7.3.1 - Desembolsos Realizados pelo BNDES

No acumulado de janeiro a abril, os desembolsos realizados pelo BNDES no Nordeste alcançaram R\$ 4,1 bilhões, valor que supera em 14,8% o montante registrado em igual período do ano passado. Enquanto isso, em âmbito nacional ocorreu uma redução de 5,4%, resultante, principalmente, do forte declínio nos desembolsos verificados no Sudeste (- 19,5%). No período analisado, as liberações no Nordeste corresponderam a 12,1% do total nacional, aproximando-se da meta de 13% estabelecida pelo BNDES, correspondente à participação nordestina no PIB brasileiro entre 1985 e 2007.

Na comparação interestadual, verificase que os maiores aumentos nos desembolsos ocorreram em Alagoas (139%), Maranhão (110,8%), Pernambuco (97,4%)

e Sergipe (53,9%). Entretanto, foram anotadas reduções nas liberações do banco no Piauí (-69,2%), no Ceará (-15,7%) e na Bahia (-7%).

Tabela 4 – BNDES – Desembolsos Efetuados nas Regiões Brasileiras

Janeiro a Abril de 2011

Estados/Regiões	Valores R\$ milhões	Variação % (a)	Participação % (b)
Maranhão	387,2	110,8	9,5
Piauí	88,1	-69,2	2,2
Ceará	685,5	-15,7	16,8
Rio Grande do Norte	210,9	1,5	5,2
Paraíba	110,6	6,8	2,7
Pernambuco	1.154,40	97,4	28,3
Alagoas	190,4	139,0	4,7
Sergipe	121,6	53,9	3,0
Bahia	1.128,50	-7,0	27,7
NORDESTE	4.077,2	14,8	12,1
NORTE	2.233,8	11,1	6,6
CENTRO-OESTE	3.584,8	19,2	10,6
SUDESTE	15.680,8	-19,5	46,5
SUL	8.133,2	7,2	24,1
BRASIL	33.709,8	-5,4	100,0

Fonte: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2010; 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

(a) Variação observada no período jan-abr/11, em relação ao mesmo período de 2010.

(b) Participação no período jan-abr/11.

7.4 - Depósitos e Operações de Crédito do Sistema Bancário Nordestino

No final de abril, o saldo dos depósitos captados pelo sistema bancário nordestino³ atingiu R\$ 142 bilhões, assinalando crescimento de 23,5% sobre igual posição do ano passado, ou seja, acima da expansão verificada em escala nacional (16%), segundo informações fornecidas pelo Banco Central do Brasil (2011f).

No âmbito da região, esse resultado foi influenciado pelo incremento dos depósitos captados pelos bancos privados (37,8%), bem acima da expansão verificada nos bancos públicos (16,3%). Entre os bancos oficiais, o Banco do Nordeste (BNB) registrou o maior aumento proporcional na captação de depósitos (21%), seguido de perto pela Caixa Econômica Federal (20,8%). Ocuparam as posições seguintes os bancos estaduais (14,9%) e o Banco do Brasil (12,3%).

Na comparação interestadual, observa-se que o maior incremento proporcional na captação de depósitos ocorreu em Pernambuco (42,2%), seguido de longe por Alagoas (20,3%), Ceará (19,8%) e Bahia (19,4%).

De outra parte, o estoque das operações de crédito no Nordeste, no final de abril, alcançou R\$ 109,3 bilhões⁴, representando expansão de 24,1%, em comparação com abril do ano passado. Do referido montante, um pouco mais da metade (52,4%) corresponde a operações de curto prazo, enquanto a par-

cela aplicada em operações de médio e longo prazos distribui-se em financiamentos imobiliários (18,2%), financiamentos industriais e comerciais (9%), financiamentos rurais e agroindustriais (6,5%) e outros.

No Nordeste, os bancos públicos continuam a liderar o crescimento das operações de crédito (25,5%), assinalando resultado um pouco acima da expansão exibida pela banca privada (21,1%). Entre os bancos oficiais, o maior aumento no saldo dos empréstimos ficou por conta do BNB (40%), seguido pela Caixa Econômica Federal (37,6%), bancos estaduais (32,8%) e Banco do Brasil (15,4%). Os bancos públicos da região respondem por cerca de dois terços das operações de crédito, ou seja, o dobro do saldo dos bancos privados.

Na comparação interestadual, observa-se que Sergipe teve o maior aumento proporcional no saldo dos empréstimos (35,6%), seguido por Rio Grande do Norte (30,5%), Piauí (27,7%) e Alagoas (26,5%).

3 O sistema bancário nordestino aqui considerado é constituído pelos bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e Caixa Econômica Federal, e representa um subconjunto do sistema financeiro nordestino, comentado no tópico anterior.

4 Na referida posição, o saldo das operações de crédito do sistema bancário do Nordeste representava 57,9% do montante total do sistema financeiro nordestino, enquanto em âmbito nacional a proporção alcançava 87,8%. Essa diferença de participação é explicada, em grande medida, pelas operações financiadas com recursos do BNDES e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), gerido pelo BNB, de grande peso nas operações de crédito do Nordeste, e que, por definição, não são agrupadas no sistema bancário nordestino, mas figuram no sistema financeiro da região. Se as duas referidas fontes de recursos fossem consideradas, a participação do sistema bancário nordestino no sistema financeiro da região subiria para 86,1%.

Tabela 5 – NORDESTE – Saldos de Depósitos e Operações de Crédito, por Instituição Financeira(a) – Abril de 2010 e 2011

R\$ Milhões

Discriminação/Posição	Banco do Brasil	Caixa Econômica Federal	Bcos. Federais, exceto BB		Bancos Estaduais	Bancos Públicos	Bancos Privados	Total(c)
			BNB (b)	Total				
Depósitos								
Abril de 2010	39.108	28.947	6.131	6.696	1.928	76.679	38.357	115.036
Abril de 2011	43.914	34.964	7.421	8.096	2.215	89.189	52.840	142.029
Varição nominal, em %	12,3	20,8	21,0	20,9	14,9	16,3	37,8	23,5
Participação Abr/11, em %	30,9	24,6	5,2	5,7	1,6	62,8	37,2	100,0
Operações de Crédito								
Abril de 2010	28.241	21.465	5.805	7.681	1.087	58.474	29.595	88.069
Abril de 2011	32.581	29.536	8.126	9.842	1.444	73.403	35.853	109.256
Varição nominal, em %	15,4	37,6	40,0	28,1	32,8	25,5	21,1	24,1
Participação Abr/11, em %	29,8	27,0	7,4	9,0	1,3	67,2	32,8	100,0

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011f. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

(a) Saldos referentes aos bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica Federal.

(b) Valores correspondentes às operações realizadas pelo BNB nos Estados do Maranhão até a Bahia, sem incluir as agências extrarregionais.

(c) Bancos públicos + bancos privados.

Tabela 6 – NORDESTE – Evolução Nominal e Participação dos Saldos dos Depósitos e das Operações de Crédito dos Estados – Posição em Final de Abril de 2011

Em %

Estados/Região	Depósitos		Operações de Crédito	
	Varição	Participação	Varição	Participação
	Abr-11/Abr-10	Est/NE, Abr/11	Abr-11/Abr-10	Est/NE, Abr/11
Maranhão	10,2	5,4	19,0	6,6
Piauí	13,3	3,1	27,7	4,5
Ceará	19,8	21,8	24,6	13,9
Rio Grande do Norte	15,8	4,9	30,5	6,4
Paraíba	23,4	5,5	24,4	5,9
Pernambuco	42,2	25,0	26,1	24,0
Alagoas	20,3	4,1	26,5	4,5
Sergipe	13,9	4,7	35,6	4,8
Bahia	19,4	25,5	19,5	29,4
NORDESTE ¹	23,5	100,0	24,1	100,0
BRASIL	16,0	...	20,8	...

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011f. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

¹ No Nordeste, no final de abril de 2011, o saldo dos depósitos bancários havia atingido o montante de R\$ 142,0 bilhões e as operações de crédito R\$ 109,3 bilhões. Os saldos referem-se aos bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica Federal. Não estão incluídas as operações de crédito realizadas pelo BNDES e pelo BNB/FNE no Nordeste.

7.5 - BNB – Taxas de Juros, Depósitos e Operações de Crédito

As seguidas elevações na taxa básica de juros da economia, promovidas pelo Comitê de Política Monetária (Copom), ao longo do primeiro semestre, empurraram para cima o custo do dinheiro nas principais operações de crédito do sistema bancário. Pesquisa sistemática realizada pelo Bacen (2011g), junto a um grupo representativo de instituições financeiras em todo o país, mostra com detalhes esse comportamento (Tabela 7).

Assim, pesquisas realizadas entre os dias 24 e 30 de março e entre os dias 21 e 28 de junho último, mostram que o BNB perdeu algumas posições no mercado de crédito brasileiro, após a elevação das taxas de juros praticadas em algumas operações de crédito. Nos negócios realizados com pessoas físicas, o BNB perdeu posições nas taxas de juros co-

bradas no cheque especial (de 13º para 14º) e no crédito pessoal (de 23º para 46º). Entre as pessoas jurídicas, também foram anotadas perdas de posição, como foi o caso das operações de capital de giro prefixado (de 9º para 22º) e da conta garantida (de 7º para 10º). Entretanto, no desconto de duplicata, a taxa de juros cobrada pelo BNB continuou a ser a

Tabela 7 – Taxas Efetivas de Juros de Operações de Crédito – Posição Relativa do Banco do Nordeste do Brasil em Relação ao Mercado Brasileiro de Crédito

Data da Pesquisa/ Modalidade da Operação	Taxas Efetivas ao Mês (%)				Posição do BNB	Nº. Bcos. Pesquisados
	BNB	Média do Mercado	Mínima do Mercado	Máxima do Mercado		
a) 21 a 28 de junho/2011						
Pessoa Física						
Cheque especial	6,94	6,74	1,72	10,13	14º	31
Crédito pessoal	3,08	5,05	1,06	18,54	46º	98
Pessoa Jurídica						
Desconto de duplicata	2,29	2,91	1,57	6,00	12º	51
Capital de giro prefixado	1,69	2,23	1,06	4,72	22º	73
Conta garantida	2,52	3,94	1,16	8,79	10º	44
b) 24 a 30 de março/2011						
Pessoa Física						
Cheque especial	6,24	6,35	1,74	9,76	13º	32
Crédito pessoal	2,19	4,70	1,05	16,30	23º	96
Pessoa Jurídica						
Desconto de duplicata	2,13	2,78	1,19	6,07	12º	53
Capital de giro prefixado	1,22	2,20	0,45	6,45	9º	71
Conta garantida	2,43	4,12	1,44	8,83	7º	39

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011g. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

Obs: As taxas de juros divulgadas representam o custo total da operação para o cliente, incluindo também os encargos fiscais e operacionais, correspondendo à média das taxas cobradas nos períodos indicados. As taxas efetivas mês resultam da capitalização das taxas efetivas dia pelo número de dias úteis existentes no intervalo de 30 dias corridos, excluindo-se o primeiro dia útil e incluindo-se o último. Caso a data final seja um dia não útil, será considerado o próximo dia útil subsequente.

Tabela 8 – BNB – Variação Nominal e Participação dos Estados do Nordeste no Saldo dos Depósitos Bancários e das Operações de Crédito Posição em Final de Maio de 2011

Em %

Estados	Depósitos Bancários		Operações de Crédito	
	Variação	Participação	Variação	Participação
	Maio-11/Maio-10	Est/NE, Maio/11	Maio-11/Maio-10	Est/NE, Maio/11
Maranhão	19,4	3,6	5,4	8,2
Piauí	93,1	2,8	34,4	7,7
Ceará	10,1	55,3	11,0	14,4
Rio Grande do Norte	46,0	4,6	69,8	8,3
Paraíba	73,6	4,0	59,6	6,9
Pernambuco	41,0	11,4	132,6	14,8
Alagoas	48,2	1,9	-11,9	4,2
Sergipe	40,6	3,9	37,3	5,4
Bahia	24,9	12,5	19,5	30,1
NORDESTE (a)	21,6	100,0	31,4	100,0

Fonte: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2011b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

(a) No final de maio/2011, o saldo dos depósitos captados pelo BNB no Nordeste havia alcançado R\$ 7,4 bilhões e as operações de crédito atingiram R\$ 8,3 bilhões. Esses valores e as taxas de variação diferem dos apresentados na Tabela 5, cuja posição é final de abril/2011, enquanto a da Tabela 8 é final de maio. Incluindo-se as agências extrarregionais, o saldo dos depósitos do BNB atingiu R\$ 8,6 bilhões, e as operações de crédito R\$ 10,7 bilhões.

12^a mais baixa do mercado de crédito brasileiro, mantendo-se a mesma posição entre as duas pesquisas consideradas.

No final de maio, o saldo dos depósitos captados pelo BNB na região atingiu R\$ 7,4 bilhões, registrando-se uma expansão de 21,6%, em relação à mesma posição no ano passado. Na comparação interestadual, observa-se que o Piauí registrou o maior aumento proporcional (93,1%), seguido por Paraíba (73,6%), Alagoas (48,2%) e Rio Grande do Norte (46%). Em relação ao volume de depósitos captados pelo BNB no Nordeste, o Ceará registrou a maior participação (55,3%), vindo na segunda posição a Bahia (12,5%), seguida de longe por Pernambuco (11,4%) e Rio Grande do Norte (4,6%).

Por outro lado, o saldo das operações de crédito realizadas pelo BNB no Nordeste, no final de maio, alcançou R\$ 8,3 bilhões, exibindo um incremento de 31,4%, no período de 12 meses. Do referido montante, 47% foram direcionados para operações de curto

prazo, 60,6% destinaram-se a operações de médio e longo prazos, sendo a parcela restante constituída de provisões para devedores duvidosos (-7,6%, entrando com sinal negativo para fechar os 100%). Nas operações de médio e longo prazos, vale destacar a participação dos financiamentos destinados à agropecuária e agroindústria (21,4%), à indústria e comércio (20,7%) e à infraestrutura e desenvolvimento (18,5%).

Pernambuco liderou o crescimento dos empréstimos, com uma expansão de 132,6%, seguido por Rio Grande do Norte (69,8%), Paraíba (59,6%) e Sergipe (37,3%). No final de maio, a Bahia havia absorvido a maior parcela dos empréstimos (30,1%), vindo em seguida Pernambuco (14,8%), Ceará (14,4%) e Maranhão (8,2%).

No elenco de programas operacionalizados pelo BNB, destacam-se pelo menos três, pelos seus impactos econômicos e sociais. Um deles é o CrediAmigo, programa de microcrédito produtivo orientado, destinado a

fomentar e fortalecer pequenos empreendimentos, notadamente de pessoas físicas. No período de janeiro até maio, foram contratadas na região 776,9 mil operações pelo CrediAmigo, significando um ingresso líquido de recursos da ordem de R\$ 985,2 milhões, o que dá um incremento de 35,4% na quantidade e de 39,1% no valor, comparativamente a igual período do ano passado. O CrediAmigo caracteriza-se ainda pela clientela predominantemente feminina (65%) e pelo baixo valor médio das operações (R\$ 1.268,11), assim como pela reduzida taxa de inadimplência (1%), bem abaixo da média verificada no sistema bancário nordestino (4,8%), no tocante às operações de crédito para pessoas físicas.

Outro é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que no período considerado contratou 141,1 mil operações no Nordeste, envolvendo recursos da ordem de R\$ 430,4 milhões, o que significa um incremento de 10% na quantidade e de 23,1% no montante libe-

rado, comparativamente a idêntico período do ano passado.

O terceiro destaque vai para o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), principal fonte de recursos geridos pelo BNB para fomentar o desenvolvimento da região. Nos primeiros cinco meses, foram contratadas no Nordeste 153,5 mil operações, representando um ingresso líquido de R\$ 3.506,3 milhões, o que dá um aumento de 9,8% na quantidade e de 31,2% no valor desembolsado, em relação aos cinco primeiros meses de 2010.

Adicionando-se ao total desembolsado via FNE os valores contratados pelo BNB, o somatório resultante alcança R\$ 7,2 bilhões injetados na economia nordestina, no período de janeiro a maio, significando uma expansão de 31,7% sobre igual período de 2010, com parcela preponderante do referido montante orientada para o financiamento de operações de médio e longo prazos.

Tabela 9 – Estados do Nordeste – Contratações do BNB e do FNE, Variação e Participação
Acumulado de Janeiro a Maio de 2011

Estados	Em R\$ milhões			BNB + FNE	
	BNB	FNE	BNB + FNE (a)	Variação % (b)	Participação % (c)
Maranhão	528,3	505,1	1.033,4	80,8	14,4
Piauí	155,8	145,2	301,0	-8,6	4,2
Ceará	813,4	810,3	1.623,7	24,7	22,6
Rio Grande do Norte	479,6	439,0	918,6	206,2	12,8
Paraíba	96,9	94,9	191,8	4,5	2,7
Pernambuco	456,8	440,1	896,9	-9,6	12,5
Alagoas	122,8	118,7	241,5	29,2	3,4
Sergipe	187,5	172,0	359,5	-5,8	5,0
Bahia	829,9	780,9	1.610,8	34,0	22,4
NORDESTE (d)	3.671,0	3.506,2	7.177,2	31,7	100,0

Fonte: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2011b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

(a) Por determinação legal, o sistema contábil do BNB é separado do FNE.

(b) Variação no período jan/mai-2011 em comparação a jan/mai-2010.

(c) Participação no período jan/mai-2011.

(d) Se forem incluídas as operações das agências extrarregionais, o total do BNB + FNE alcança R\$ 7,5 bilhões.

7.6 - Conclusão

Depois de experimentar um forte crescimento em 2010, a economia brasileira passou a registrar uma expansão mais moderada e sustentável no corrente ano, resultante das seguidas elevações da taxa básica de juros (cinco só em 2011), das medidas macroprudenciais implementadas nos mercados de crédito e de câmbio, da elevação dos recolhimentos compulsórios e dos encaixes obrigatórios das instituições financeiras. Entretanto, os efeitos colaterais desses ajustes já começaram a se manifestar no primeiro semestre, traduzidos pela elevação no grau de comprometimento da renda familiar, pelo aumento, embora pequeno, dos *spreads* bancários, pelo incremento marginal na taxa de inadimplência e pelo saldo líquido negativo nas transações (saques e depósitos) de poupança.

A participação do estoque de crédito no PIB brasileiro vem registrando seguidos aumentos, mas esse índice está bem abaixo do verificado em países desenvolvidos, em muitos casos ultrapassando os cem por cento. Essa diferença é explicada, em grande medida, pelo reduzido peso dos financiamentos habitacionais na economia brasileira, mais de dez vezes menor do que a média dos países desenvolvidos.

No Nordeste, as operações de crédito continuam registrando um vigoroso crescimento, superando o aumento verificado no Sudeste, no Sul e no Centro-Oeste e igualando-se ao apresentado no Norte. Embora crescendo em anos recentes acima da média nacional, o saldo dos empréstimos na região ainda representa cerca de um terço do tamanho de sua economia, mais de treze pontos percentuais

abaixo da média brasileira. Esse resultado revela, por outro lado, que a intermediação financeira pode avançar mais ainda no Nordeste e que esse espaço pode ser preenchido, notadamente, pela banca privada, que responde por apenas um terço do crédito regional.

Entre as instituições oficiais de crédito, o BNB continua liderando o crescimento na captação de depósitos e na concessão de empréstimos. De outra parte, a instituição permanece praticando taxas de juros competitivas nas suas principais operações de crédito. Entretanto, as seguidas elevações na taxa básica de juros da economia fizeram com que o BNB perdesse, no segundo trimestre, algumas posições na classificação das instituições que cobram as menores taxas de juros no mercado de crédito nacional.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Ata da 159ª reunião do COPOM**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 13 jul. 2011a.

_____. **Economia e finanças**: indicadores de conjuntura: indicadores econômicos – moeda

e crédito. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 13 jul. 2011b.

_____. **Economia e finanças**: séries temporais – sistema gerenciador de séries temporais – economia regional – crédito. Disponí-

vel em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 13 jul. 2011c.

_____. Política monetária e operações de crédito do sfn. **Nota para a Imprensa**, 28 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 13 jul. 2011d.

_____. **Relatório de inflação**, v. 13, n.2, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 13 jul. 2011e.

_____. **SISBACEN**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 8 jul. 2011f.

_____. **Sistema financeiro nacional**: informações sobre operações bancárias – taxas de juros de operações de crédito. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 13 jul. 2011g.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **BNB – Conjuntura Mensal**, n. 6, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 13 jul. 2011a.

_____. **Informações da área de controle financeiro**. 2011b.

_____. Informações gerenciais do programa crediamigo. **Cadernos Mensais**, maio de 2010.

_____. Informações gerenciais do programa crediamigo. **Cadernos Mensais**, maio de 2011c.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Desembolso mensal do sistema BNDES por regiões/unidades da federação**. 2010.

_____. **Desembolso mensal do sistema BNDES por regiões/unidades da federação**. 2011.

FERREIRA, Assuero. **Projeções de crescimento da economia do nordeste e respectivos estados**: resultados sintéticos, jul. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Economia Brasileira em Perspectiva**. 11. ed. mar./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 8 jul. 2011.



SAC Banco do Nordeste - Ouvidoria - 0800 728 3030 - www.bnb.gov.br